



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CCHL – DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
NÚCLEO DE ESTUDOS EM INTERAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO
INFANTIL

**CONCEPÇÕES DE PRETENDENTES À ADOÇÃO SOBRE O PROCESSO
ADOTIVO E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

Maria Cecília Vitorino Alves Florencio Moura

João Pessoa – PB
Setembro, 2020

**CONCEPÇÕES DE PRETENDENTES À ADOÇÃO SOBRE O PROCESSO
ADOTIVO E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

Maria Cecília Vitorino Alves Florencio Moura

Trabalho Final de Dissertação elaborado sob orientação da Prof.^a Dr.^a Nádia Maria Ribeiro Salomão, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social pelo Programa de Mestrado em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa
Setembro, 2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M929c Moura, Maria Cecília Vitorino Alves Florencio.
Concepções de pretendentes à adoção sobre o processo
adotivo e o desenvolvimento infantil / Maria Cecília
Vitorino Alves Florencio Moura. - João Pessoa, 2020.
205 f. : il.

Orientação: Nádia Maria Ribeiro Salomão.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Psicologia social. 2. Concepções parentais. 3.
Pretendentes à adoção. 4. Adoção tardia. 5.
Desenvolvimento infantil. 6. Processo adotivo. I.
Salomão, Nádia Maria Ribeiro. II. Título.

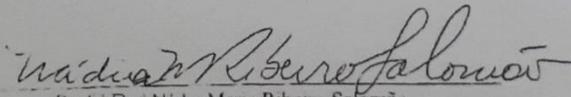
UFPB/BC

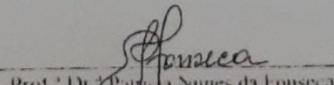
CDU 316.6(043)

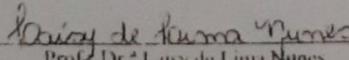


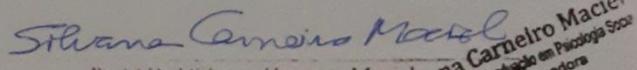
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e vinte, reuniram-se em solenidade pública, via Plataforma Google Meet, os membros da comissão designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social para o exame de Defesa de Dissertação da discente **Maria Cecília Vitorino Alves Florencio Moura** (orientanda, UFPB, CPF: 086.968.624-06). Foram componentes da banca examinadora: Prof.^a Dr.^a Nádia Maria Ribeiro Salomão (UFPB, Orientadora, CPF: 033.696.358-01), Prof.^a Dr.^a Patricia Nunes da Fonseca (UFPB, Membro interno ao programa, CPF: 675.852.564-34) e Prof.^a Dr.^a Laisy de Lima Nunes (UFRO, Membro externo à instituição, CPF: 067.941.874-18). À cerimônia compareceram, além da examinada, alunos de pós-graduação, representantes dos corpos docente e discente da Universidade Federal da Paraíba e interessados em geral. Dando início aos trabalhos, a presidente da banca, Prof.^a Dr.^a Nádia Maria Ribeiro Salomão, após declarar o objetivo da reunião, apresentou a examinada **Maria Cecília Vitorino Alves Florencio Moura** e, em seguida, concedeu-lhe a palavra para que apresentasse o conteúdo do trabalho, intitulado: "CONCEPÇÕES DE PRETENDENTES À ADOÇÃO SOBRE O PROCESSO ADOTIVO E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL". A seguir, a examinada foi arguida pelos examinadores na forma regimental. Ato contínuo, passou a comissão, em secreto, a proceder a avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe a avaliação "APROVADA" na defesa do trabalho final para conclusão do curso de Pós-Graduação em Psicologia Social, nível Mestrado. Nada mais havendo a tratar, eu, Silvana Carneiro Maciel, vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada por todos, assino juntamente com os membros da banca. João Pessoa, 30 de setembro de 2020.


Prof.^a Dr.^a Nádia Maria Ribeiro Salomão


Prof.^a Dr.^a Patricia Nunes da Fonseca


Prof.^a Dr.^a Laisy de Lima Nunes


Prof.^a Dr.^a Silvana Carneiro Maciel
Vice Coordenadora
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social
SIAPE 1285229

**CONCEPÇÕES DE PRETENDENTES À ADOÇÃO SOBRE O PROCESSO
ADOTIVO E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

Banca examinadora

Prof^a Dr^a Nádia Maria Ribeiro Salomão
(Orientadora)

Prof^a Dr^a Patrícia Nunes da Fonseca
(Membro interno)

Prof^a Dr^a Laísy de Lima Nunes
(Membro externo)

DEDICATÓRIA

À minha família: Neto, Lis e João.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me sustentar, me agradecer com ricas dádivas e conduzir o meu caminho. Por ter mostrado seu cuidado e soberania ao longo desse curso, do início ao fim. Obrigada, Senhor, por ter me trazido até aqui!

Ao meu esposo, Neto, por me incentivar a sonhar, a sair do lugar e não me deixar desistir diante de um “não”. Por me fazer ver o meu potencial e se orgulhar das minhas conquistas. Por compartilhar comigo a “graça da vida” e juntos vivermos a “vida comum do lar”, nos auxiliando mutuamente. Por cuidar de Lis e João na minha ausência e na minha presença, ratificando a certeza das minhas escolhas e dando-me confiança e segurança para prosseguir.

Aos meus filhos, Lis e João, cuja gestação e nascimento coexistiram com a construção desse trabalho, ensinando-me a me reinventar, ressignificar e reconstruir algumas concepções e modos de agir, tornando-me uma pessoa mais leve, apesar das novas responsabilidades. Me recordo dos primeiros dias após a licença maternidade, não foi fácil “deixar” vocês para seguir, mas vocês floresceram esse caminho, me trouxeram sorrisos diários e nova força para viver. Vocês são minha recompensa todos os dias. Por vocês, eu me esforcei!

Aos meus pais pela base da educação que me deram e pelos ensinamentos que me acompanham sempre. À minha mãe pelo incentivo, por acreditar, apoiar e se orgulhar de mim. Obrigada por me mostrar que sempre é tempo de sonhar!

Aos meus irmãos, Raphael, Mariana e Marília, que, mesmo tão diferentes uns dos outros, “não importa o que venha na vida, somos irmãos”, suas alegrias e suas lágrimas também são minhas.

Aos meus sogros e minha cunhada, Vivianne, por se preocuparem e cuidarem da nossa família, mesmo longe geograficamente. Quisera eu tê-los por perto sempre!

À minha tia Olímpia, carinhosamente chamada de “Madinha”, pelo cuidado de mãe que dispensa a mim, por se preocupar conosco e sempre perguntar pelo andamento do meu trabalho. A senhora é uma figura central na minha história.

À Naíla, por ter convicção de que algum erro tinha acontecido quando eu não fui aprovada na seleção do Mestrado, acreditar em mim, me ajudar na elaboração do documento e não me deixar aceitar o “não”. Você foi fundamental para que eu não tivesse parado ali. Obrigada!

Aos profissionais da Vara da Infância e Juventude de João Pessoa, Ana Paula, Carol, José, Lidiene, Miucha, Nataly e Tomás, pelo tempo de convivência e aprendizados durante meu estágio na graduação em Psicologia, período que foi crucial para a escolha do meu tema de pesquisa no Mestrado. Agradecimento especial por terem me ajudado a recrutar participantes para este estudo.

Aos pretendentes à adoção que se disponibilizaram a participar da pesquisa, por compartilhar comigo seus sentimentos, dores, frustrações, dúvidas, incertezas e expectativas. Gratidão porque, mesmo fragilizados, aceitaram o convite! Se ainda não foram contemplados, espero que em breve seus filhos estejam juntos de si.

À minha orientadora Nádia Salomão pela paciência, humanidade, gentileza e sensibilidade com as quais me orientou e conduziu esse processo. Obrigada pela compreensão com as demandas da minha maternidade, pelo acolhimento, palavras de ânimo e encorajamento. Gratidão pela competência e pelas ricas contribuições na minha formação profissional, desde a graduação.

À professora Patrícia Fonseca pelos elogios e contribuições desde a Jornada de Mestrado, quando meu trabalho ainda estava tão insipiente. Suas palavras naquele dia renovaram o meu fôlego num momento de desânimo. À professora Laísy Nunes, por me inspirar desde que a conheci, quando fora estagiária em docência na minha turma da

graduação em Psicologia, durante o 5º período. Obrigada por compartilhar seus conhecimentos sempre de forma solícita. Às duas, agradeço por terem aceito o convite para compor a banca e pela leitura cuidadosa.

Aos integrantes do NEISDI, especialmente, Giu, Gabi, Emellyne e Fernanda, pelas dicas, ensinamentos e disposição em me ajudar na construção do projeto, nas buscas de artigos, coleta, análise de dados, e por me acudir em outros momentos.

Aos professores do PPGPS/UFPB, os quais contribuíram com a minha formação profissional e, especialmente, aqueles que, de forma compreensiva, me ajudaram a concluir o período letivo no final da minha gestação.

Aos funcionários do PPGPS/UFPB pela atenção e ajuda sempre que necessário.
Gratidão especial à Denize!

À FAPESQPB pelo apoio financeiro durante o Mestrado.

A todos os familiares e amigos que não foram citados nominalmente, mas que foram importantes nesse processo. Obrigada a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que este trabalho fosse realizado. Gratidão!

EPÍGRAFE

*Porque todas as coisas são dele, por Ele e para
Ele. A Ele seja a glória eternamente!*
(Romanos 11:36)

RESUMO

As concepções parentais influenciam as interações entre pais e filhos, que são de fundamental importância para o desenvolvimento infantil. Logo, salienta-se o papel da família na promoção do desenvolvimento das crianças, destacando-se o papel das famílias adotivas nesse processo. O presente estudo tem por objetivo analisar as concepções de pretendentes à adoção sobre o processo de adoção e o desenvolvimento infantil. Para isso, participaram deste estudo catorze pretendentes à adoção, sendo oito mulheres e seis homens, cujas idades variaram entre 32 e 50 anos ($M=38$). Doze participantes estavam inseridos no Sistema Nacional de Adoção e dois estavam em processo de Habilitação para Adoção. Apenas um deles pleiteava uma adoção unilateral, enquanto os demais ($n=13$) desejavam adotar juntamente com o(a) cônjuge. Os mesmos responderam a um questionário sócio-demográfico, questionário quanto ao perfil da criança desejada e a uma entrevista semiestruturada. O perfil desejado pelos candidatos é de até duas crianças de até cinco anos de idade, independente do sexo e da cor e com possibilidade de ter alguma doença passível de tratamento. Os dados das entrevistas foram analisados com base na Análise de Conteúdo de Bardin (2011) e apontaram dois eixos de resultados: concepções sobre adoção e concepções sobre desenvolvimento infantil. No primeiro eixo, os participantes apresentaram significados, motivações, planejamento, expectativas, dificuldades, desafios e concepções sobre adoção tardia. No segundo eixo temático, os participantes falaram sobre aspectos genéticos e ambientais que acreditam influenciar o desenvolvimento da criança; aspectos que consideram importantes para promover o desenvolvimento infantil e sobre a rede de apoio e informações, citaram a ajuda de familiares, amigos, profissionais, além de informações obtidas na literatura e na *internet*. Portanto, foi possível compreender as concepções de pretendentes à adoção sobre o processo adotivo e o desenvolvimento infantil, informações essas que podem auxiliar na elaboração de estratégias mais eficazes de orientação de postulantes, pais e profissionais.

Palavras-chave: concepções parentais; pretendentes à adoção; adoção; desenvolvimento infantil.

ABSTRACT

Parental conceptions influence interactions between parents and children, which are important for child development. Therefore, the role of the family in promoting children's development is emphasized, highlighting the role of adoptive families in this process. This study aims to analyze the conceptions of adoption applicants about the adoption process and child development. For this, fourteen applicants for adoption participated in this study, eight women and six men, whose ages varied between 32 and 50 years ($M = 38$). Twelve participants were included in the National Adoption System and two were in the process of Qualifying for Adoption. Only one of them requested unilateral adoption, while the others ($n = 13$) wished to adopt together with their spouse. They answered a socio-demographic questionnaire, a questionnaire about the profile of the desired child and a semi-structured interview. The profile desired by the candidates is up to two children aged five years or less, regardless of sex and race and with the possibility of having a disease that can be treated. The data were analyzed by using Bardin's Content Analysis (2011) and pointed out two axes of results: conceptions about adoption and conceptions about child development. In the first axis, the participants presented meanings, motivations, planning, expectations, difficulties, challenges and conceptions about late adoption. In the second thematic axis, the participants talk about genetic and environmental aspects that they believe to influence the child's development; aspects that they consider important to promote child development and about the support and information network, they mentioned the help of family, friends, professionals, in addition to information obtained in the literature and on the internet. Thus, it was possible to understand the conceptions of applicants for adoption about the adoptive process and child development, and use this information to assist in the development of more effective strategies for the orientation of postulants, parents and professionals.

Keywords: parental conceptions; adoption applicants; adoption; child development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – CONCEPÇÕES PARENTAIS	14
Revisão sistemática da literatura	31
CAPÍTULO 2 – ADOÇÃO	57
METODOLOGIA.....	112
Participantes.....	112
Instrumentos	112
Procedimentos de coleta de dados	113
Procedimentos de análise de dados.....	114
RESULTADOS E DISCUSSÃO	116
Análise do perfil sociodemográfico dos participantes do estudo	116
Análise do perfil da criança delineado pelos participantes do estudo	119
Concepções sobre adoção e desenvolvimento infantil	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS	192
APÊNDICE A	200
APÊNDICE B.....	201
APÊNDICE C.....	202

INTRODUÇÃO

As diferentes concepções de desenvolvimento passam pela discussão de como a hereditariedade e o ambiente influenciam a pessoa e o seu desenvolvimento, incorrendo em três correntes, inatista, ambientalista ou interacionista, a depender da ênfase dada a um desses dois aspectos. Dentre as diferentes perspectivas no estudo da interação pais-criança, têm-se a perspectiva contextualista, cujas ideias fundamentais são: 1) O desenvolvimento é uma síntese que emerge das interações entre a) indivíduos em desenvolvimento que participam em b) contextos de desenvolvimento; 2) Aquilo que se considera adequado para o desenvolvimento da criança, assim como as práticas utilizadas para alcançar esses objetivos, variam de cultura para cultura e ao longo do tempo, ainda que dentro da mesma cultura. Logo, conforme a perspectiva contextualista, questiona-se que dados coletados em uma sociedade e em um determinado momento histórico possam ser tão relevantes quanto são em outra sociedade e em um período diferente, respectivamente (Tudge & Freitas, 2012).

Fundamentando-se nessa perspectiva, pode-se afirmar que o desenvolvimento humano é um fenômeno sócio-histórico-cultural que está em constante transformação, caracterizado por mudanças ordenadas e relativamente duradouras que ocorrem ao longo da vida, em função das relações estabelecidas pelo sujeito com o ambiente e o contexto (Villachan-Lyra, Queiroz, Moura, & Gil, 2017). Além disso, salienta-se que tais relações são dinâmicas e mutuamente reguladas por aspectos comportamentais (práticas) e representacionais, como crenças, valores, atitudes e cognições (Sachetti, 2009).

Nesse sentido, no estudo do desenvolvimento infantil salienta-se a relevância das relações familiares, através das quais a criança constrói seu conhecimento acerca de objetos físicos e sociais e dá sentido ao contexto no qual está imersa. Por isso, ressalta-se a relevância de concepções parentais acerca da parentalidade e do desenvolvimento

infantil que atuam mediando as interações sociais e práticas dos pais em relação aos filhos.

Porém, tendo em vista que essas concepções variam a depender de fatores individuais, históricos e culturais, salienta-se que o modelo de configuração familiar pode ser um dos aspectos relevantes nesse processo, incluindo a natureza dos laços familiares. Logo, admitindo que nem toda parentalidade e filiação se fundamenta em laços consanguíneos, pretende-se assinalar que ser pai e mãe por via da adoção pode ser um importante fator a ser considerado na análise das concepções parentais e das relações paterno-filiais.

O fato de ser uma família adotiva traz vicissitudes que precisam ser examinadas de forma legítima desde a fase de preparação dos pretendentes a pais adotivos. Nesse quesito, muitos adotantes apresentam critérios rígidos ao traçarem o perfil da criança que desejam adotar que, muitas vezes, não contemplam a realidade das crianças disponíveis para adoção, levando a um desencontro de interesses.

Nesse ínterim, no Brasil há uma disparidade entre o número de crianças disponíveis para adoção (n=5.039) e a quantidade de famílias pretendentes na lista de espera (n=42.489). O número de famílias adotantes chega a ser mais de oito vezes maior que a quantidade de crianças e adolescentes que aguardam pela adoção, segundo os dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNJ, 2019). No estado da Paraíba a desproporção é ainda mais ampla: o número de pretendentes (n=586) é mais de onze vezes maior que a quantidade de crianças e adolescentes (n=52; CNJ, 2019).

Além disso, há algumas décadas, o país ocupou a quarta posição quanto ao maior número de doações para candidatos estrangeiros, uma vez que tais pretendentes não impõem tantas exigências a respeito do perfil da criança esperada. A fim de reduzir esse

indicador e estimular a colocação da criança em famílias brasileiras, foram implementadas novas leis no país (Passos, Cavallari, & Gomes, 2018).

Tendo em vista que as ações das pessoas se fundamentam em suas concepções sobre um fenômeno em apreço, essa disparidade entre os números mencionados que denota o perfil de crianças disponíveis e a escolha dos candidatos pode refletir as concepções destes acerca dessa modalidade de família como também acerca do desenvolvimento infantil, uma vez que as crianças/adolescentes podem ser vistas de forma distinta, somente pela condição social que vivenciam.

Portanto, salienta-se a importância da realização de pesquisas com os pretendentes à adoção, haja vista a possibilidade de mudança de concepções equivocadas durante o processo de preparação psicossocial que antecede a adoção. Desta feita, haja vista as singularidades da parentalidade adotiva e a relevância das concepções parentais na interação entre pais e filhos, o presente estudo busca conhecer as concepções de pretendentes à adoção sobre o processo adotivo e o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

A fundamentação teórica deste estudo está estruturada em dois capítulos, sendo o primeiro dedicado à compreensão histórico-cultural das concepções parentais e do desenvolvimento infantil. O segundo capítulo aborda os aspectos psicológicos da adoção, apresentando-se também elementos históricos, jurídicos e culturais. Na sequência, têm-se a descrição da metodologia do estudo, que abrange a descrição dos participantes, dos instrumentos, procedimento de coleta e análise de dados. No capítulo quatro são apresentados e discutidos o perfil sócio demográfico dos participantes, o perfil da criança delineado pelos mesmos e os resultados sobre as concepções acerca da adoção e do desenvolvimento infantil. Por fim, são apresentadas as considerações finais, as referências e os apêndices.

CAPÍTULO 1

CONCEPÇÕES PARENTAIS

Por volta da década de 1950, como resultado de uma revolução científica, chamada de revolução cognitiva, associada a uma crise do *behaviorismo*, inaugurou-se na Psicologia um novo paradigma centrado no estudo dos processos cognitivos. Logo, o estudo da mente passou a ser realizado no campo da Psicologia Social Cognitiva ou Cognição Social (Álvaro & Garrido, 2006).

À medida que as pesquisas foram se desenvolvendo, evidenciou-se a natureza social dos processos mentais, considerando as emoções, o contexto social, a cultura e a história aspectos relevantes na sua abordagem. Nesse ínterim, o conteúdo da mente é o resultado de processos interpretativos aprendidos no decurso da interação social e cuja origem, então, é cultural (Álvaro & Garrido, 2006).

Portanto, a cognição social consiste numa área de estudo, mas também faz referência aos processos cognitivos em si. Conforme Ferreira (2011), a cognição social se volta para a análise das estratégias utilizadas pelas pessoas para formar impressões, crenças ou cognições sobre os estímulos sociais circundantes (seja o próprio indivíduo, outras pessoas, grupos ou eventos sociais), e da maneira pela qual tais objetos afetam seu comportamento.

A esse respeito, Rodrigues, Assmar e Jablonski (2014) mencionam que na interação social sempre há a formação de impressões da pessoa com a qual se interage. Conforme tais autores, cognição social diz respeito ao processo cognitivo de coletar informações, processá-las e realizar julgamentos, a fim de conhecer a si próprio e aos outros, dando sentido ao contexto social no qual se vive.

Nesse sentido, duas das linhas de pesquisa mais representativas na área da cognição social são o estudo sobre os processos de inferência e sobre a representação do conhecimento (Álvaro & Garrido, 2006), uma vez que um dos fatores importantes na análise do comportamento humano é a maneira de compreender os eventos e de explicar as causas geradoras dos mesmos (Dela Coleta & Dela Coleta, 2011).

A análise da atribuição da causalidade foi uma das contribuições mais importantes para o desenvolvimento do estudo da percepção social. Essa linha de pesquisa surgiu na Psicologia Social na década de 1950 a partir da introdução dos princípios da *Gestalt* sobre a percepção de objetos que passaram a ser aplicados à percepção das pessoas e do comportamento social. Logo, na tentativa de explicar o comportamento das pessoas, pode-se atribuí-lo a fatores internos, como a personalidade, capacidade intelectual e atitudes, ou a fatores externos, como a situação, o azar, etc. (Álvaro & Garrido, 2006).

Sendo assim, as ações humanas podem derivar de causalidade pessoal (interna) ou impessoal (externa), quando é derivada de forças sobre as quais a pessoa não tem controle, ainda que seja localizada nela mesma, a exemplo de uma doença mental (Rodrigues, Assmar, & Jablonski, 2014). Além das atribuições, a representação da informação percebida é um elemento essencial do processo de cognição social, uma vez que este se refere aos processos cognitivos pelos quais as pessoas compreendem e explicam a si mesmas e às outras, como propõe Tróccoli (2011).

As representações, referidas também como crenças, conceitos, percepções, suposições, definições, concepções, além de outros termos (Kobarg, Sachetti, & Vieira, 2006; Mendes, 1995), são estruturas cognitivas, ou informações, nas quais os indivíduos se baseiam para descrever o que percebem, elaborar teorias sobre a determinação de um fenômeno específico ou, ainda, fazer previsões relativas a este fenômeno. Esses termos têm sido utilizados indiscriminadamente, sem que haja uma definição rigorosa e precisa

de cada um deles (Nunes, 2018). Assim, é possível encontrar diferentes nomenclaturas que fazem referência ao mesmo objeto de estudo (Kobarg, Sachetti, & Vieira, 2006).

Em suma, eles apontam uma noção implícita de que há comportamentos encobertos, os quais não são diretamente observáveis, mas que são, também, influenciadores do comportamento manifesto (Mendes, 1995). Nesse sentido, uma das funções das estruturas cognitivas é fornecer um marco interpretativo a partir do qual cada indivíduo significa o fenômeno e constrói o conhecimento sobre a realidade (Nunes, 2018; Trócolli, 2011).

Diante da multiplicidade de nomenclaturas que aludem às estruturas cognitivas, este estudo adota o termo *concepções* para referir-se a variáveis complexas influenciadoras das interações sociais entre os sujeitos que se relacionam em torno de um fenômeno, tal como propõe Mendes (1995). Para esta autora, o termo concepção pode ser definido mais precisamente como:

o resultado do conjunto de informações que habilitam indivíduos, grupos sociais, a sociedade, ou a cultura, a: descrever as características do fenômeno, ou a forma como ele se manifesta; identificar o fenômeno com base nas características descritas; explicar sua ocorrência através do estabelecimento de relações entre eventos determinados e consequentes; derivar estratégias para intervir na condição (p. 8)

Mendes (1995) ainda menciona que cada indivíduo constrói sua própria concepção de um fenômeno a partir de experiências interpessoais, partindo de informações particulares, compartilhadas por grupos sociais ou ainda pelo aspecto cultural mais amplo, no qual ele se insere. Assim, segundo esta autora, as concepções consistem num repertório de conhecimentos adquiridos ao longo da vida das pessoas.

A definição de Mendes (1995) está de acordo com a conceituação de Rossi e Batista (2006), segundo os quais, concepção é uma construção individual da mente a respeito de algo, formada com base nas sensações e experiências prévias do sujeito,

denotando, assim, uma forma particular pela qual o indivíduo percebe, apreende e compreende um fenômeno.

Apesar de individuais, as concepções são formadas dentro de um processo histórico-cultural, no qual se incluem as crenças e valores de cada indivíduo (Monteiro & Manzini, 2008). A esse respeito, destaca-se que o conteúdo da mente, de forma geral, é originado culturalmente, uma vez que os processos interpretativos são aprendidos por meio da interação social (Álvaro & Garrido, 2006). Monteiro e Manzini (2008) ainda destacam a possibilidade de mudança nas concepções de uma pessoa, de modo que estas não devem ser encaradas como dogmas ou verdades absolutas.

Em termos funcionais, as concepções que as pessoas têm sobre determinado assunto embasam as ações, soluções, iniciativas e inovações que buscam realizar (Monteiro & Manzini, 2008). Em outras palavras, as ações que as pessoas executam são influenciadas pelas concepções que elas têm sobre determinado assunto (Agrisino-Ramos & Salomão, 2014).

Os estudos científicos que têm como objetivo investigar as concepções, em geral, buscam identificar e descrever o que uma população específica pensa sobre o fenômeno investigado (Mendes, 1995). O presente estudo, por sua vez, analisa as concepções a partir de uma perspectiva teórica que reconhece a existência de transações implícitas e representações subjacentes às interações sociais que promovem o desenvolvimento humano (Piccinini *et al.*, 2001). Outrossim, com base neste posicionamento teórico, pensa-se o sujeito inseparável do contexto social, de modo que este está relacionado ao seu desenvolvimento.

Desta feita, destaca-se a teoria sociocultural ou sócio histórica num dos seus principais representantes, Lev Vygotski, de acordo com o qual, o conhecimento, os saberes, as práticas e os modos de viver de um sujeito são aqueles vivenciados e

compartilhados pelos membros de sua sociedade em um determinado momento histórico, apontando, assim, para uma estreita relação entre o desenvolvimento humano e o desenvolvimento histórico e cultural.

Além disso, Vygotski (1991) enfoca que a aprendizagem ocorre através das trocas sociais, seguindo do plano social para o individual, de modo que o conhecimento histórico-social é internalizado e transformado pela própria criança através das interações que estabelece com outros indivíduos. A esse respeito, Papalia e Feldman (2013) destacam que a atividade mediada oferece o suporte para que a criança internalize os conceitos e modos de pensar de sua sociedade ou contexto cultural. Assim, é importante destacar que a relação entre o indivíduo e a cultura não é passiva, antes é constituída mutuamente mediante a interação social.

Nesse sentido, cabe mencionar que as interações sociais que os indivíduos estabelecem entre si são afetadas, direta ou indiretamente, pelas concepções dos sujeitos envolvidos, assim como influenciam na construção e manutenção destas últimas. Seidl-de-Moura e Ribas (1998) pontuam que as representações e expectativas que os adultos têm acerca do mundo e da criança podem influenciar a qualidade de suas interações. Assim, a maneira como os pais compreendem o desenvolvimento infantil pode influenciar o modo como interagem com os filhos, o ambiente que promovem para eles, bem como os recursos que utilizam (Piovanotti, 2007; Sachetti, 2009; Tudge & Freitas, 2012).

Conforme a etimologia da palavra, a interação (inter, “entre” + ação) diz respeito à realização de ação entre duas ou mais pessoas. Nesse sentido, desde a década de 1960, estudos começaram a mostrar que os bebês lançam mão de recursos para interagir com outros seres humanos, favorecendo a adoção de modelos teóricos baseados na ação recíproca e na bidirecionalidade das trocas entre crianças e adultos. Assim, em vez de modelos unidirecionais centrados apenas nas influências que os adultos exercem sobre as

crianças, dá-se lugar a perspectivas que consideram a adaptação mútua entre os parceiros, os quais mantêm uma relação diádica e co-construída (Piccinini *et al.*, 2001; Polonia, Dessen, & Silva, 2008; Seidl-de-Moura & Ribas, 1998).

Desse modo, pensa-se em interações entre parceiros de capacidades distintas, mas igualmente ativos, em que a criança utiliza os recursos existentes em cada estágio de desenvolvimento para se comunicar, sendo seu comportamento interpretado e respondido pelo adulto (Aquino & Salomão, 2011; Borges & Salomão, 2015; Brum & Schermann, 2004; Lins, Salomão, Borges, Lins, & Carneiro, 2015; Nunes & Salomão, 2016; Ramos & Salomão, 2016; Salomão, 2010; Schermann, 2001; Seidl-de-Moura & Ribas, 1998, 2000; Silva & Porto, 2016; Piccinini *et al.*, 2001; Zornig, 2015). À vista disso, pode-se dizer que a interação social é um processo dinâmico, à medida que ambas as partes participam ativamente e o comportamento de uma torna-se fonte de estímulos para a outra.

Inicialmente, a criança se desenvolve em um contexto mediado pelos pais, de modo que a estrutura familiar e o ambiente que o adulto prepara e organiza para ela estabelecem limites e possibilidades para seu desenvolvimento (Sachetti, 2009). Assim, a família é o primeiro sistema de socialização do sujeito e também sua primeira manifestação cultural (Machado, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2015).

Embora muitos estudos testifiquem a importância das interações iniciais adulto-criança e mãe-bebê para o desenvolvimento infantil (e. g., Kennel & Klaus, 1998; Klaus & Kennel, 1992; Lecannelier, 2006; Schaefer & Donelli, 2017; Schermann, 2001; Ribas & Seidl-de-Moura, 1999; Seidl-de-Moura & Ribas, 1998, 2000, 2004; Seidl-de-Moura *et al.*, 2008; Silva & Porto, 2016), as interações vivenciadas ao longo da vida da criança também são de fundamental importância para seu desenvolvimento (Zornig & Levy,

2006). Por isso, salienta-se a importância de se estudar outras interações adulto-criança, como também criança-criança.

Fundamentado na orientação teórica de Vygotski, Valsiner (2012) apresenta o Modelo Bidirecional de Transferência Cultural, o qual pressupõe que a cultura é um processo de mediação semiótica das funções psicológicas humanas intra (sentir, planejar, pensar, memorizar, etc) e interpessoais (conversar, persuadir, evitar uma pessoa, entre outras formas de interação social).

Ou seja, a cultura não é uma entidade externa ao sujeito, mas é inerente às funções psicológicas, funcionando como mediadora e reguladora dos processos inter e intrapsicológicos humanos, através dos signos. O papel regulador dos signos funciona em duas direções paralelas: eles regulam a si próprios (função autorreguladora), como também a outros signos e processos psicológicos (função heterorreguladora) (Valsiner, 2012).

Decorrente da suposta capacidade de criar e usar signos, que são os recursos ou dispositivos semióticos, os seres humanos são capazes de se distanciar de seus contextos de vida imediatos para construir seus próprios significados. À medida que se distanciam, as pessoas conseguem refletir sobre o contexto de qual são parte, assumir a perspectiva de outras pessoas, sob a forma de empatia e, assim, criar seus próprios significados (Valsiner, 2012).

Todavia, o processo de formação dos significados pessoais mantém uma estreita relação com a cultura coletiva, tendo em vista que ao mesmo tempo em que as pessoas se distanciam do cenário no qual estão imersas, suas construções pessoais não são independentes de tais contextos, mas assumem a forma de reconstruções dos significados sociais. Assim, a construção dos significados pessoais se dá pelo processo de

internalização, o qual consiste em analisar os materiais semióticos externos ao sujeito e sintetizá-los no domínio intrapsicológico (Valsiner, 2012).

Os significados pessoais, por sua vez, possuem um papel na conduta do sujeito, o que ocorre mediante o processo de externalização. Mediante esse processo, o sujeito analisa os materiais subjetivos e externaliza a síntese elaborada, modificando, assim, o ambiente externo (Valsiner, 2012). Logo, a internalização e a externalização possibilitam a manutenção e a transformação da cultura (Valério & Lyra, 2014).

Desta feita, pode-se dizer que as concepções ou significados pessoais, nos termos do Modelo Bidirecional de Transferência Cultural, possuem o papel de regular as interações sociais, uma vez que os signos pessoais e culturais possuem a função de regular os processos intra e interpsicológicos, nos quais se inserem as interações sociais.

Destaca-se também a relevância da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, proposta por Bronfenbrenner, segundo a qual, o desenvolvimento humano ocorre sob influência dos eventos e condições ambientais, que são divididos pelo autor em cinco níveis: microssistema, mesossistema, exossistema, macrosistema e cronossistema (Merçon-Vargas, Rosa, & Dell’Aglia, 2014; Papalia & Feldman, 2013). Dessa maneira, os processos a nível individual (microssistema), onde se encontram as concepções das pessoas, são construídos a partir das interações entre fatores inerentes aos cinco níveis de análise.

Um dos elementos centrais da Teoria Bioecológica é o aspecto da bidirecionalidade, que consiste na mútua influência entre o indivíduo e seu ambiente, a qual ocorre através das relações interpessoais e das trocas permanentes entre os contextos de desenvolvimento. Para Bronfenbrenner, o desenvolvimento humano consiste numa contínua reorganização que acontece dentro da unidade tempo-espço, se estabelecendo a partir da interação recíproca entre aspectos biológicos, psicológicos e ambientais. Por

isso, o desenvolvimento é visto como produto e como processo, uma vez essa perspectiva permite avaliar a efetividade dos processos que operam na pessoa e no ambiente, produzindo mudanças significativas em ambos, mas também os resultados desses processos, ou seja, o produto do desenvolvimento (Polonia, Dessen, & Silva, 2008).

Além disso, destaca-se o modelo de interação genética-ambiente proposto pela teoria de Bronfenbrenner, segundo o qual as variáveis genéticas e ambientais se complementam e produzem modificações no desenvolvimento humano, de modo que os componentes hereditários se articulam às interações e ao ambiente onde os indivíduos estão. Assim, os efeitos ambientais não-compartilhados dizem respeito às influências e acontecimentos do contexto onde os sujeitos estão inseridos que repercutem diferentemente em cada pessoa, sendo experienciados e compartilhados de maneiras distintas por cada indivíduo (Polonia, Dessen, & Silva, 2008).

Considerando as abordagens teóricas indicadas acima, o presente estudo adota uma perspectiva que valoriza as interações sociais no desenvolvimento infantil e sua relação recíproca com a construção e manutenção das concepções, as quais, embora individuais, são construídas a partir da interação do sujeito com um contexto físico, cultural e temporal específicos.

Polonia, Dessen e Silva (2008) mencionam que para conhecer o percurso do desenvolvimento, é necessário identificar as mudanças que ocorrem nas concepções e nas atividades do indivíduo, e como tais modificações são transferidas para outros ambientes e momentos que a pessoa participa. Na abordagem desse tema, Harkness e Super (1994) apresentam o conceito de nicho de desenvolvimento ou nicho ecológico para fornecer a compreensão de como a cultura guia o processo de desenvolvimento.

Em suma, o nicho se desenvolve em resposta a mudanças da criança e a outras influências, contrapondo uma visão do desenvolvimento segundo a qual a criança tem

que se sujeitar completamente ao ambiente. Para estes autores uma criança específica situa-se no centro do nicho, ao redor da qual três sistemas interconectados interagem entre si e são influenciados pela conjuntura ecológica mais ampla. Os três sistemas são: (1) ambiente físico e social onde a criança vive; (2) costumes e práticas relacionados ao cuidado parental; e (3) psicologia dos cuidadores.

O ambiente físico e social diz respeito a fatos básicos da vida diária da criança, como quem são as suas companhias ao longo do dia, os horários de dormir e comer, o tamanho e a forma do espaço onde ela vive, entre outros aspectos. Como a expressão sugere, os costumes e práticas dos cuidadores fazem referência à forma usual com que os adultos exercem o cuidado pelas crianças, sendo vistos pelos membros de um grupo como a forma natural de fazer as coisas (Super & Harkness, 1994).

A psicologia dos cuidados diz respeito às formas de pensar e sentir mantidas pelos pais e outros cuidadores. Embora tais formas de pensar sejam uma dimensão abstrata, Super e Harkness (1994) apontam que o estudo dos costumes pode fornecer indícios sobre o sistema de crenças que organizam a vida das famílias e crianças.

Dentre os estudos sobre as concepções, destaca-se a importância dos estudos sobre as concepções parentais. Desta feita, o que os pais pensam em relação ao comportamento, educação e desenvolvimento do filho tem sido explorado sob uma ampla variedade de termos, tais como crenças, atitudes, objetivos, teorias e esquemas dos pais. Apesar dos termos utilizados, os pesquisadores compartilham a convicção de que as ideias parentais são importantes e que os pais têm ideias sobre a criação de seus filhos (Miguel, Valentin, & Carugati, 2009).

Os autores citados elencam três eixos fundamentais nos quais se dividem as pesquisas acerca das concepções parentais sobre o desenvolvimento infantil. O primeiro diz respeito à natureza das ideias parentais, ou seja, o que os pais pensam sobre seus filhos

e como explicam o comportamento das crianças. O segundo refere-se à origem das ideias parentais que são discutidas a partir de duas perspectivas: do impacto da experiência direta com crianças e da construção social do conhecimento. Por fim, o terceiro eixo fundamental diz respeito às consequências das ideias dos pais para os filhos e para eles mesmos.

Apesar de os três eixos estarem interligados, o presente estudo situa-se no primeiro, uma vez que busca conhecer as ideias de candidatos a pais adotivos acerca do desenvolvimento de crianças e adolescentes. Em geral, os pais têm ideias sobre como devem cuidar de seus filhos que estão implícitas nas decisões que tomam, na maneira de criar os filhos, nos objetivos e metas que estabelecem (Sachetti, 2009). Em outras palavras, eles têm noções do que acreditam ser bom ou ruim, certo ou errado na criação das crianças.

As diferentes concepções parentais acerca do desenvolvimento infantil apontam para a dimensão cultural nelas presente. Nesse sentido, estudos (e. g., Piovanotti, 2007; Martins, Vieira, Seidl-de-Moura, & Macarini, 2011) mostram que há diferenças nas concepções parentais, de acordo com a raça, etnia ou classe social, por exemplo.

Em suma, as concepções parentais não são universais, mas se desenvolvem em um contexto específico, em um local e tempo determinados, isto é, são forjadas social, cultural e historicamente e se traduzem em termos de ações quanto à criação de filhos que exercem influência na saúde e desenvolvimento das crianças (Shwalb, Shwalb, & Shoji, 1995). Todavia, o sistema de crenças, a despeito de ser cultural, é também subjetivo e único de cada indivíduo, pois o seu processo de formação é protagonizado por sujeitos ativos que, enquanto compartilham as crenças do grupo, as reconstróem através de mecanismos psicológicos (Sachetti, 2009; Tudge & Freitas, 2012).

A suposição de que as avaliações dos pais sobre a natureza e o desenvolvimento de seus filhos e sobre seu papel na criação dos mesmos influenciariam as práticas parentais levou a uma crescente atenção sobre o papel das ideias dos pais na mediação de seus comportamentos relacionados aos filhos. Logo, as concepções parentais podem ser importantes preditores do comportamento dos pais, uma vez que elas podem influenciar as atitudes sociais e as ações em relação a determinado fenômeno (Monteiro & Manzini, 2008), tais quais a formação de conceitos sobre o desenvolvimento, a autoavaliação dos papéis e competências parentais e o estabelecimento de metas de socialização (Nunes, 2018).

Tudge e Freitas (2012) elencam três componentes essenciais que influenciam as interações e atividades e, conseqüentemente, o desenvolvimento humano: cultura, características dos indivíduos e momento histórico. Os autores afirmam que as interações e atividades que os indivíduos realizam são práticas culturais, tendo em vista que os grupos aos quais os indivíduos pertencem influenciam a disponibilidade e a natureza das atividades e interações diárias. Além disso, as características individuais (e. g., idade, gênero, temperamento e motivação) dos sujeitos envolvidos também influenciam a maneira como as atividades e as interações acontecem. Por fim, eles mencionam que a cultura muda ao longo do tempo em função do contato com outras culturas, como também pela mudança que os membros mais novos realizam, adaptando, rejeitando, transformando os valores e práticas de seus pais, ou até mesmo criando outros novos.

Por isso, no intuito de observar em que medida os pais estão disponíveis aos filhos e o quanto eles se envolvem nas atividades destes em três cidades de três países (Greensboro, nos Estados Unidos, Kisumu, no Quênia e Porto Alegre, no Brasil), Tudge e Freitas (2012) apresentam as diferenças culturais quanto aos lugares onde as crianças passam o tempo, às atividades que desenvolvem e quem são seus parceiros nessas

atividades de acordo com os grupos culturais ao quais pertencem (nacionalidade, etnia e classe social). Barroso e Machado (2010) destacam, nesse sentido, que, ao contrário da tradição teórica que realça a importância dos pais na socialização das crianças, alguns estudos têm indicado, recentemente, uma maior influência de fatores externos à família nesse processo, a exemplo dos pares e vizinhança.

Na pesquisa de Tudge e Freitas (2012), as crianças, que na época das observações tinham três anos de idade, passavam a maior parte do tempo em casa ou em suas proximidades envolvidas em atividades de brincar. Entretanto, nesse período, seus pais não estavam envolvidos nessas atividades. Em contrapartida, estes se envolviam mais nas outras atividades enfocadas (lições, trabalho e conversação), que foram bem menos recorrentes que as brincadeiras. Além disso, a disponibilidade de tempo da mãe era cerca do dobro da disponibilidade dos pais. Entretanto, levando em consideração sua menor disponibilidade e analisando em termos proporcionais, no Brasil e no Quênia, os pais se envolvem com os filhos tanto quanto as mães, especialmente nas brincadeiras.

Embora as crianças dos três países despendessem a maior parte do tempo brincando, os padrões de suas atividades e interações diferiram de país para país e conforme a classe social em cada cidade. Para ilustrar tais diferenças, os autores recorrem ao fato de que em Kisumu, as crianças da classe trabalhadora frequentavam menos a creche e estavam mais envolvidas com trabalho que as da classe média. Nessa cidade, as crianças que se encontravam em creches estavam sendo preparadas para a escola. Já em Porto Alegre, as crianças estavam mais na creche, onde se envolviam com brincadeiras. Em contrapartida, em Greensboro, as crianças que estavam na creche passavam maior parte do tempo envolvidas com lições e brincavam com objetos escolares que as crianças de Porto Alegre.

Portanto, Tudge e Freitas (2012) concluem que se devem considerar os objetivos do grupo cultural para que se possa avaliar se os padrões de interação e as práticas parentais favorecem o desenvolvimento da criança. Dessa maneira, é inviável comparar os padrões dos diferentes grupos sociais sem, antes, levar em conta seus valores e crenças. Desta feita, a depender da cultura, do contexto e do tempo histórico, as concepções parentais e práticas utilizadas pelos pais podem variar, além das diferenças individuais entre os mesmos que também repercutem sobre o repertório estimado por eles.

Nesse sentido, a pesquisa realizada por Piovanotti (2007) descreveu a relação entre metas de socialização infantil e práticas de cuidado parental valorizadas entre mães primíparas. Participaram 50 mães com filhos de até 3 anos de idade. Não houve diferença significativa entre as metas de socialização infantil, apesar da diferença de escolaridade entre as participantes. Por outro lado, a escolaridade da mãe se relacionou com a valorização de práticas de cuidado parental. Esses resultados reforçam a hipótese de que as metas são compartilhadas, enquanto as crenças sobre a forma de alcançá-las dependem do contexto do grupo social.

Martins *et al.* (2011), por sua vez, compararam as crenças e práticas de cuidado entre 299 mães de capitais brasileiras e 307 residentes em cidades pequenas. Os dados demonstraram que mães das cidades pequenas afirmaram realizar significativamente mais práticas de cuidados primários do que mães das capitais, as quais afirmaram realizar e valorizar significativamente mais práticas de estimulação. Em parte, pode-se explicar essa diferença pelas dissimilaridades dos contextos sociogeográficos nos quais as mães estão localizadas, ainda que sejam da mesma nacionalidade.

Portanto, as crenças e ideologias maternas parecem ser mais homogêneas em um dado contexto cultural, ou seja, elas são compartilhadas pelos membros que vivem em tal realidade. Por outro lado, as práticas parentais são mais afetadas pelas condições de vida

do contexto mais imediato da família (Martins *et al.*, 2011; Piovanotti, 2007; Sachetti, 2009), além de fatores como gênero, temperamento e outras características da criança (Tudge & Freitas, 2012). Assim, parece que as crenças são mais resistentes e duradouras, ao passo que as práticas são mais sensíveis às variações no contexto do grupo social, talvez porque, como apontam Martins *et al.* (2011), as crenças nem sempre são modificadas imediatamente por informações às quais se tem acesso.

De modo geral, tanto as concepções quanto as práticas parentais variam de cultura para cultura (Barroso & Machado, 2010), isto porque as concepções parentais, enquanto parte do conjunto de suas crenças, constituem a base para o comportamento dos pais, por vezes, de forma implícita e sem que os mesmos tenham consciência disso (Nunes, Aquino, & Villachan-Lyra, 2015; Sachetti, 2009).

Assim sendo, os critérios que definem uma parentalidade suficiente ou adequada são construídos socialmente, uma vez que essa conceituação depende de impressões subjetivas, crenças culturais ou preocupações admitidas em determinados contextos. Assim, a forma como as pessoas pensam, se comportam, tomam decisões e definem eventos e experiências, entre as quais a sua parentalidade, tende a ser delineadas pela cultura.

Todavia, embora exista uma estreita relação entre as concepções e as práticas parentais, é importante destacar que essa relação não é simples e determinista (Martins *et al.*, 2011). Nesse seguimento, Miguel, Valentin e Carugati (2009) admitem que essa relação entre ideias e práticas parentais é mais complexa do que inicialmente se reconheceria. Assim, tais autores argumentam que quanto maior a sobreposição entre o conteúdo das ideias e o comportamento, maior será a relação, não se esperando, portanto, que ideias globais prevejam comportamentos específicos.

É importante destacar também que as práticas podem levar à formação de novas concepções ou modificação daquelas já existentes, havendo, portanto, uma relação de interdependência entre ambas. Destarte, concepções e práticas parentais são elementos que constituem a base da parentalidade.

Segundo Tudge e Freitas (2012), parentalidade é, principalmente, fazer, no sentido daquilo que ocorre cotidianamente durante as práticas educativas, as quais são influenciadas, em parte, por valores e crenças. Sendo assim, a história e a cultura estão necessariamente envolvidas nesse processo, uma vez que valores e crenças variam ao longo do tempo e nos diferentes grupos culturais.

A parentalidade também é definida por alguns estudiosos como sendo o conjunto de atividades propositadas para assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da criança, num ambiente seguro, de modo a socializá-la e torná-la progressivamente mais autônoma (Barroso & Machado, 2010).

Os autores supracitados apresentam um modelo, proposto por Hoghughi (2004), que dimensiona a parentalidade, segundo o qual ela subdivide-se em atividades parentais, áreas funcionais e pré-requisitos. No tocante às atividades parentais, que visam uma parentalidade suficientemente adequada, encontram-se as atividades voltadas para o cuidado (físico, emocional e social), disciplina e desenvolvimento. As atividades de desenvolvimento, particularmente, são guiadas pelos desejos parentais de que a criança desenvolva o seu potencial em todas as áreas.

Portanto, a parentalidade representa uma importante etapa do desenvolvimento adulto, sendo entendida também como uma série de alterações psicossociais vivenciadas pelos pais decorrente da realização desse desejo, com o objetivo de facilitar a adaptação à nova fase. À medida que se compreende essas alterações, é possível entender as suas

implicações para os pais, para o desenvolvimento infantil e para a relação pais-filho (Machado, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2015; Silva, Nunes, & Almeida, 2017).

Haja vista o lugar que a mãe tem ocupado, ao longo da história, como figura mais vinculada ao cuidado diário da criança (Borsa & Nunes, 2011; Sachetti, 2009), o papel do pai tem sido menos discutido nas teorias sobre desenvolvimento infantil, quando comparado ao estudo da relação mãe/filho (Borsa & Nunes, 2011; Ruiz *et al.*, 2019). Apesar disso, a função paterna não pode ser desconsiderada ou minimizada como coadjuvante no cuidado com os filhos; antes, os pais são uma figura importante no desenvolvimento dos filhos. Nessa direção, a sociedade atual vem exigindo uma paternidade mais participativa nas tarefas domésticas e no envolvimento afetivo e educacional com as crianças (Ruiz *et al.*, 2019).

A tendência dos estudos focados na figura materna repercute também nos estudos quanto à parentalidade adotiva. Na revisão da literatura feita por Ruiz *et al.* (2019), cujo objetivo foi analisar como as pesquisas realizadas no contexto da adoção abordam as questões de gênero, apenas dois dos 17 artigos analisados tinham homens como sujeitos do estudo. Logo, as pesquisas tendem a se basear nos discursos das mulheres para compreender o processo de construção da parentalidade das famílias adotivas e o próprio processo de adoção.

Bueno, Vieira e Crepaldi (2016) ressaltam que ser pai adotivo poderá interferir na forma como este se envolve com o filho, sendo essa interferência resultante de inúmeros fatores, como o fato de haver maior igualdade entre pais e mães adotivos quanto às tarefas de cuidado das crianças. Além disso, as concepções de pretendentes à adoção acerca da criança adotada influenciam a forma como se desenvolverão as interações entre pais e filhos. Nesse sentido, foi realizada uma revisão sistemática da literatura para acessar os estudos acerca das concepções de pretendentes à adoção.

1.1. Revisão sistemática da literatura

A revisão foi feita com base na recomendação PRISMA (Principais Itens para relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises), a qual visa a atender aos avanços conceituais e práticos na ciência das revisões sistemáticas, garantindo a qualidade dos relatos de estudos de revisão (Galvão, Pansani, & Harrad, 2015). Em conformidade com os autores citados, uma revisão sistemática diz respeito à revisão de uma pergunta formulada de forma clara, utilizando métodos sistemáticos e explícitos na identificação, seleção e avaliação crítica de pesquisas relevantes. Assim, uma revisão sistemática pode ser considerada uma evidência científica de alta qualidade (Donato & Donato, 2019), servindo como base para a tomada de decisões na prática profissional.

A revisão integrativa, por sua vez, é a abordagem metodológica de revisão mais ampla, pois abrange estudos experimentais e não-experimentais, a fim de compreender o fenômeno analisado da maneira mais completa possível (Souza, Silva, & Carvalho, 2010). Assim, ainda conforme os autores supracitados, ela evidencia conclusões gerais sobre uma área específica de estudo, uma vez que visa apresentar uma síntese de vários estudos publicados em determinada área.

Mendes, Silveira e Galvão (2008) propõem alguns procedimentos para a realização de uma revisão sistemática da literatura, os quais foram adotados no presente estudo: 1) identificação do tema e questão de pesquisa; 2) estabelecimento dos critérios de inclusão/exclusão dos estudos; 3) categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos incluídos; 5) interpretação dos resultados; 6) apresentação da síntese do conhecimento.

Nesse sentido, a fim de conhecer os estudos disponíveis acerca das concepções de pretendentes à adoção, a questão norteadora foi formulada, com base na estratégia PICO

(Santos, Pimenta, & Nobre, 2007), que representa um acrônimo para "Paciente", "Intervenção", "Comparação" e "Resultado". Com base nessa estratégia, a questão norteadora deste estudo foi: O que a literatura tem discutido, nos últimos dez anos (O), sobre as concepções (I) de pretendentes à adoção (P)? Como o objetivo do estudo não era comparativo, a estratégia PICO foi implementada sem o critério "C" (comparação).

Assim, foram consultadas as bases de dados eletrônicas Lilacs, IndexPsi Periódicos Científicos, Pepsic e Scielo. LILACS é um índice bibliográfico da literatura na área das ciências da saúde, publicada nos países da América Latina e Caribe desde 1982 (Neves, Jankoski, & Schnaider, 2013). Criado em 1998, o Index Psi Periódicos Científicos é a base indexadora da literatura publicada em Periódicos Científicos brasileiros em Psicologia, reunindo conteúdo que data desde 1949 (BVS, n.d.). O PePSIC foi lançado oficialmente em 2005 e, atualmente, publica títulos de 11 países em acesso aberto, visando contribuir para a visibilidade do conhecimento psicológico e científico gerado nos países da América Latina (PePSIC, n.d.). Por fim, a SciELO (Scientific Electronic Library Online) é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros (SciELO Brasil, n.d.).

Para acessar as bases de dados, utilizaram-se as seguintes combinações de descritores: 1) adoção *and* criança; 2) adoção *and* adolescente; 3) concepç\$ *and* adoç\$; 4) percepç\$ *and* adoç\$; 5) representaç\$ *and* adoç\$; 6) crenç\$ *and* adoç\$; 7) idei\$ *and* adoç\$; 8) expectativa\$ *and* adoç\$; 9) perspectiv\$ *and* adoç\$; 10) significad\$ *and* adoç\$; 11) sentid\$ *and* adoç\$. O operador booleano *and* foi utilizado para identificar artigos que possuíssem as duas palavras, concomitantemente. Ademais, o símbolo de truncagem \$ (cifrão) foi usado, a fim de localizar palavras com a mesma raiz.

Posteriormente, estabeleceram-se critérios de inclusão dos estudos localizados, a saber: 1) ser um artigo científico; 2) apresentar concepções de pretendentes à adoção

sobre a adoção de crianças e/ou adolescentes; 3) ser escritos em português; 4) publicado no período de 2009-2019 (ou seja, trabalhos da última década e do ano no qual a busca estava sendo realizada); 5) os descritores deveriam aparecer no resumo do texto; e 6) ter o texto completo disponível. Em consequência, foram excluídos 1) artigos de revisão da literatura e artigos teóricos; 2) trabalhos que não são artigos, como monografias, dissertações, teses, livros e capítulos de livros; 3) artigos que não contemplam concepções de pretendentes à adoção; 4) artigos publicados anteriormente a 2009; e 5) artigos repetidos intra ou interbase.

Assim, a elegibilidade dos estudos seguiu um percurso de três etapas: leitura dos títulos, dos resumos e dos artigos na íntegra. Os títulos levantados nas bases de dados foram lidos e aqueles que não condiziam à temática da adoção, estavam repetidos e/ou fora do período de tempo selecionado para cada estudo, foram excluídos. Posteriormente, os resumos dos estudos remanescentes foram lidos e aqueles que correspondiam aos critérios de inclusão adotados foram selecionados. Trabalhos que se distanciavam do foco do trabalho foram descartados, dando ênfase àqueles que apresentavam concepções de pretendentes à adoção. A partir desse levantamento prévio, procedeu-se à recuperação dos trabalhos completos e leitura na íntegra dos estudos pré-selecionados. Mediante a leitura na íntegra, foi feito o último refinamento para formar o *corpus* do estudo.

Foram recuperados 1797 títulos, dos quais 1708 foram excluídos por não atenderem os critérios de elegibilidade, totalizando 89 resumos que foram lidos. Destes, 43 foram excluídos por não corresponderem aos critérios de inclusão e 46 artigos foram lidos na íntegra, dos quais 9 estudos compuseram o *corpus* de análise da revisão sistemática. Esses passos metodológicos são exibidos na Figura 1.

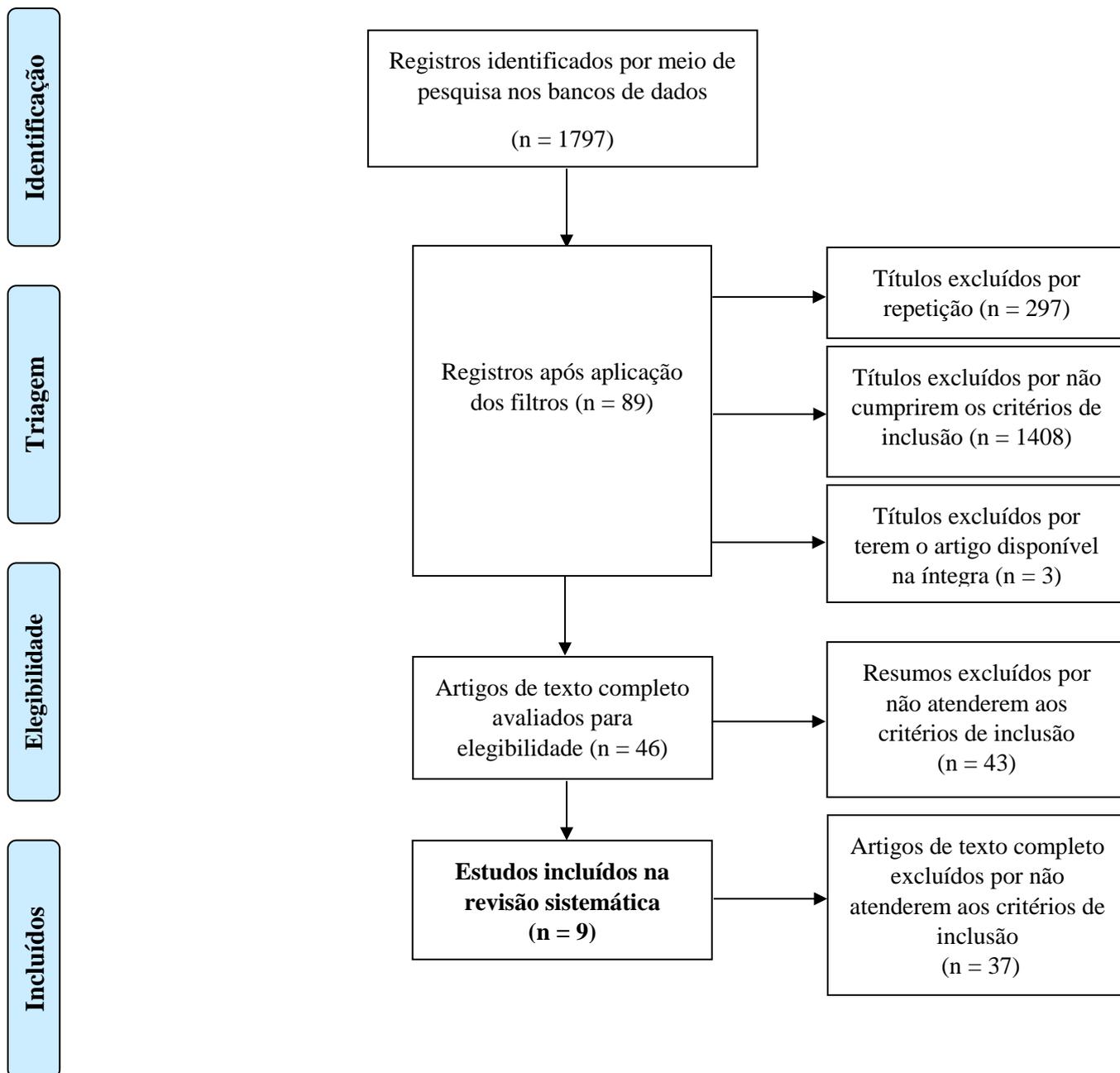


Figura 1. Fluxograma do levantamento bibliográfico nas bases de dados.

Na Tabela 1 é possível observar o quantitativo de artigos encontrados, excluídos e selecionados de acordo com cada base de dados acessada.

TABELA 1

Demonstrativo de publicações em termos de bases de dados.

Base de dados	Publicações encontradas	Publicações excluídas por não cumprirem os critérios de inclusão	Publicações excluídas por repetição intra ou interbases	Publicações selecionadas para análise
LILACS	796	697	95	4
IndexPsi	216	124	91	1
PEPSIC	226	159	63	4
SciELO	559	511	48	0
Total	1797	1491	297	9

A Tabela 2 apresenta, de maneira sintética, os títulos, autores e ano de publicação dos artigos analisados.

TABELA 2

Artigos selecionados em termos de títulos, autores e ano de publicação.

Título	Autor (es)	Ano de publicação
(1) Pais por adoção: a adoção na perspectiva dos casais em fila de espera	Huber e Siqueira	2010
(2) Motivações, dificuldades e expectativas acerca da adoção: perspectivas de futuros pais adotivos	Araujo e Faro	2017
(3) Adoção tardia: o desafio da garantia do direito à convivência familiar e comunitária	Queiroz e Brito	2013
(4) Tempo de espera: narrativas de casais que aguardam pelo primeiro filho adotivo	Pekny e Granato	2019
(5) Representações Sociais Elaboradas por Postulantes sobre Adoção Convencional e Adoção Tardia	Albuquerque, Souza e Silva	2019
(6) Homoparentalidade e Adoção: (Re) afirmando seu lugar como família	Machin	2016
(7) Vivenciando uma Oficina Preparatória para Adoção: um relato de experiência	Cecílio, Hueb e Farinelli	2018
(8) Adoção e Psicanálise: a Escuta do Desejo de Filiação	Oliveira, Souto e Silva-Junior	2017
(9) Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos	Sequeira e Stella	2014

Destaca-se uma tímida produção nos estudos sobre as concepções de pretendentes à adoção na última década, uma vez que a média de publicações foi de menos de um estudo por ano, conforme mostrado na Tabela 3. Ou seja, no decurso de dez anos, foram publicados nove estudos que contemplam as concepções de postulantes à adoção. As publicações ocorreram entre os anos de 2010 e 2019, não havendo nenhuma nos anos 2009, 2011, 2012 e 2015. Em contrapartida, houve um discreto aumento nos anos 2017 e 2019, nos quais dois estudos foram publicados em cada ano. Nos demais (2010, 2013, 2014, 2016 e 2018) foi publicado um estudo em cada ano.

Maux e Dutra (2010) identificaram resultado semelhante, pois embora mostrem aumento de publicações sobre a temática entre os anos 2000 e 2009, alertam para o tempo de existência de famílias adotivas no Brasil. Essa realidade, portanto, contribui para a manutenção de mitos, estereótipos, preconceitos e concepções distorcidas acerca da adoção.

TABELA 3
Publicações dispostas ao longo do tempo (2010-2019).

Ano	Publicações
2009	Não houve publicações
2010	Huber e Siqueira
2011	Não houve publicações
2012	Não houve publicações
2013	Queiroz e Brito
2014	Sequeira e Stella
2015	Não houve publicações
2016	Machin
2017	Araujo e Faro Oliveira, Souto e Silva-Junior
2018	Cecílio, Hueb e Farinelli
2019	Albuquerque, Souza e Silva Pekny e Granato

Salienta-se que em dois momentos durante o período de tempo analisado (2009-2019), a temática da adoção ganhou maior notoriedade social devido à promulgação de novas leis brasileiras que tangem à esta temática, a saber, a Lei Nacional de Adoção (Lei nº 12.010), em 2009 e a Lei nº 13.509, em 2017. Todavia tais acontecimentos parecem

não ter repercutido sobre o campo da pesquisa com os pretendentes à adoção, de maneira que nos anos seguintes à publicação dessas leis, não houve aumento significativo nas pesquisas que buscassem conhecer as concepções dos postulantes à adoção. Assim, não é possível inferir empiricamente a incidência das leis brasileiras sobre as concepções de pessoas que desejam adotar, embora, de maneira geral, se reconheça a mútua interação entre as concepções e o macrosistema no qual o indivíduo está inserido.

A partir da especificação presente no artigo ou da análise feita após a leitura dos artigos, a tipologia dos estudos que compõem o *corpus* da revisão sistemática foi dividida em duas categorias: pesquisa de campo (n=7) e relato de experiência (n=2), conforme mostra a Tabela 4.

TABELA 4

Artigos selecionados em termos de títulos, autores, ano de publicação, tipos de estudo, abordagens e instrumentos.

Título	Autor (es) e ano de publicação	Tipo de estudo	Instrumento (s)
Pais por adoção: a adoção na perspectiva dos casais em fila de espera	Huber e Siqueira (2010)	Pesquisa de campo	Entrev. semiestruturadas e grupos focais
Motivações, dificuldades e expectativas acerca da adoção: perspectivas de futuros pais adotivos	Araujo e Faro (2017)	Pesquisa de campo	Entrev. com roteiro aberto e Cadastro de Adoção
Adoção tardia: o desafio da garantia do direito à convivência familiar e comunitária	Queiroz e Brito (2013)	Pesquisa de campo	Entrev. semiestruturadas, observação direta e diário de campo
Tempo de espera: narrativas de casais que aguardam pelo primeiro filho adotivo	Pekny e Granato (2019)	Pesquisa de campo	Entrev. com narrativas interativas
Representações Sociais Elaboradas por Postulantes sobre Adoção Convencional e Adoção Tardia	Albuquerque, Souza e Silva (2019)	Pesquisa de campo	Questionário sociodemográfico e entrev. em profundidade
Homoparentalidade e Adoção: (Re)afirmando seu lugar como família	Machin (2016)	Pesquisa de campo	Entrev. em profundidade
Vivenciando uma Oficina Preparatória para Adoção: um relato de experiência	Cecílio, Hueb e Farinelli (2018)	Relato de experiência	Grupos reflexivos
Adoção e Psicanálise: a Escuta do Desejo de Filiação	Oliveira, Souto e Silva-Junior (2017)	Pesquisa de campo	Entrev. semiestruturadas
Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos	Sequeira e Stella (2014)	Relato de experiência	Encontros grupais

Tais dados apontam a proeminência da abordagem qualitativa nas pesquisas que buscam conhecer as concepções de pretendentes à adoção. Dos nove estudos, apenas um utilizou a abordagem quanti-quali (Queiroz & Brito, 2013), ao passo que os demais foram de natureza qualitativa. Nesse sentido, salienta-se que os estudos de caráter qualitativo permitem a reflexão dos resultados obtidos diante de contextos distintos (Alves, Hueb, & Scorsolini-Comin, 2017), sendo possível aprofundar o conhecimento de uma dada realidade, apreender suas peculiaridades e as semelhanças que a aproximam de outras situações.

Com exceção dos relatos de experiência que decorreram de encontros grupais, todas as outras pesquisas utilizaram entrevistas (semiestruturadas, com roteiro aberto, em profundidade e com uso de narrativas interativas) para acessar as concepções dos pretendentes à adoção. A narrativa interativa consiste em uma história fictícia, elaborada pelo pesquisador, cuja trama se interrompe em um momento de clímax, convocando o participante a se identificar com os personagens e dar um desfecho e um sentido à história, situação ou conflito (Pekny & Granato, 2019). Destaca-se que a realização de entrevistas, além de servir à coleta de dados para o pesquisador, consiste também numa forma de intervenção social, à medida que permite aos participantes refletirem acerca do tema abordado.

Além de entrevistas, em alguns casos, outros instrumentos foram associados; assim, os pesquisadores recorreram também a grupos focais (Huber & Siqueira, 2010) e diário de campo (Queiroz & Brito, 2013). Portanto, apreende-se a utilização de variados instrumentos na pesquisa sobre as concepções de pretendentes à adoção, o que pode significar avanço metodológico na área.

Além da literatura recente sobre a adoção, os aportes teóricos utilizados para fundamentar os dados obtidos nos estudos foram os seguintes: Teoria Bioecológica do

Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner (Huber & Siqueira, 2010), Teoria das Representações Sociais (Albuquerque, Souza, & Silva, 2019), Teoria Psicanalítica (Cecílio, Hueb, & Farinelli, 2018; Oliveira, Souto, & Silva-Junior, 2017; Sequeira & Stella, 2014), Teoria Psicanalítica sobre o Desenvolvimento Emocional de Winnicott (Pekny & Granato, 2019) e Teoria dos Campos de Fábio Herrmann (Pekny & Granato, 2019). Três estudos (Araujo & Faro, 2017; Machin, 2016; Queiroz & Brito, 2013) não recorreram a alguma teoria específica para fundamentar a análise dos resultados, utilizando somente a literatura recente sobre a temática da adoção.

Assim, destaca-se a predominância o uso da abordagem psicanalítica para fundamentar o estudo das concepções de pretendentes à adoção, uma vez que dentre os artigos que utilizaram teorias específicas para analisar os seus resultados (n=6), quatro deles foram de orientação psicanalítica.

Por último, passa-se a dispor a categorização dos artigos quanto à temática abordada, cujas categorias foram sistematizadas a partir dos assuntos tratados especificamente em cada estudo, como mostra o Tabela 5.

TABELA 5

Artigos selecionados em termos dos aportes teóricos utilizados e temática principal abordada.

Título	Autor (es) e ano de publicação	Aporte teórico	Temática principal
(1) Pais por adoção: a adoção na perspectiva dos casais em fila de espera	Huber e Siqueira (2010)	Bronfenbrenner	Concepções sobre adoção
(2) Motivações, dificuldades e expectativas acerca da adoção: perspectivas de futuros pais adotivos	Araujo e Faro (2017)	Não menciona teoria específica	Concepções sobre adoção
(3) Adoção tardia: o desafio da garantia do direito à convivência familiar e comunitária	Queiroz e Brito (2013)	Não menciona teoria específica	Concepções sobre adoção tardia
(4) Tempo de espera: narrativas de casais que aguardam pelo primeiro filho adotivo	Pekny e Granato (2019)	Winnicotti e Teoria dos Campos de Fábio Herrmann	Concepções sobre adoção
(5) Representações Sociais Elaboradas por Postulantes sobre Adoção Convencional e Adoção Tardia	Albuquerque, Souza e Silva (2019)	Teoria das Representações Sociais	Concepções sobre adoção tardia
(6) Homoparentalidade e Adoção: (Re) afirmando seu lugar como família	Machin (2016)	Não menciona teoria específica	Concepções sobre adoção por homossexuais
(7) Vivenciando uma Oficina Preparatória para Adoção: um relato de experiência	Cecílio, Hueb e Farinelli (2018)	Teoria Psicanalítica	Concepções sobre adoção
(8) Adoção e Psicanálise: a Escuta do Desejo de Filiação	Oliveira, Souto e Silva-Junior (2017)	Teoria Psicanalítica	Concepções sobre adoção
(9) Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos	Sequeira e Stella (2014)	Teoria Psicanalítica	Concepções sobre participação em grupos de apoio à adoção

Assim, o *corpus* foi categorizado nos seguintes eixos temáticos: concepções sobre adoção (n=5), concepções sobre adoção tardia (n=2), concepções sobre adoção por

homossexuais (n=1) e concepções sobre a participação em grupos de apoio à adoção (n=1). Os eixos temáticos, categorias e subcategorias estão dispostas no Tabela 6.

TABELA 6

Eixos temáticos, Categorias, Subcategorias e estudos correspondentes.

Eixo temático	Categorias	Subcategorias	Estudos
Concepções sobre adoção (n=5)	Entendimento sobre adoção		- Araujo e Faro (2017) - Cecílio, Hueb e Farinelli (2018) - Huber e Siqueira (2010) - Oliveira, Souto e Silva-Junior (2017) - Pekny e Granato (2019)
	Iniciativa e Motivações do desejo pela adoção		
	Expectativas	Adoção Preparação Processo Apoio	
	Receios e dificuldades	Herança biológica História da criança Filhos reais Revelação Responsabilidade Espera e processo	
	Perfil da criança	Sexo Cor Idade	
Concepções sobre adoção tardia (n=2)	Concepções, significados e percepções da adoção tardia		- Albuquerque, Souza e Silva (2019) - Queiroz e Brito (2013)
Concepções sobre adoção por homossexuais (n=1)	Perfil das crianças		Machin (2016)
	Projeto de adoção		
	Processo de adoção		
Concepções sobre a participação em grupos de apoio à adoção (n=1)	Temas trabalhados		Sequeira e Stella (2014)
	Contribuições do grupo		

O primeiro eixo engloba os estudos de Araujo e Faro (2017), Cecílio, Hueb e Farinelli (2018), Huber e Siqueira (2010), Oliveira, Souto e Silva-Junior (2017) e Pekny e Granato (2019). Nestes estudos, os autores discutem o entendimento que os pretendentes têm acerca da adoção, suas motivações, receios e dificuldades, além de suas expectativas e o perfil das crianças que desejam adotar.

O estudo de Oliveira, Souto e Silva-Junior (2017) mostra que os postulantes à adoção a entendem como um ato divino, gesto de amor, doação e entrega, que constituem uma tentativa de ajudar uma criança, a qual demanda responsabilidade e dever de cuidar por parte dos pais. Assim, os postulantes acreditam também que a adoção é uma possibilidade para construir uma família.

Dessa forma, a expressão “unir o útil ao agradável” (p. 918), utilizada por um dos participantes do referido estudo, resume algumas concepções dos pretendentes, ou seja, à medida que buscam ajudar a criança, provendo-lhe um lar (aquilo que é útil), almejam também satisfazer suas necessidades (aquilo que é agradável), as quais, muitas vezes, decorrem de frustrações de desejos não realizados, como, por exemplo, a impossibilidade de ter filhos biológicos ou a perda de um filho.

Na categoria “Motivações”, Oliveira, Souto e Silva-Junior (2017) apontam que a iniciativa de adotar um filho surgiu do desejo de um dos parceiros e em outros casos, de uma decisão comum entre ambos. Os motivos do desejo pela adoção foram diversos, a saber: infertilidade, vasectomia, riscos de saúde em caso de uma gestação, impossibilidade de gerar uma criança, desejo de ser mãe/pai e formar uma família, desejo de dar uma família a uma criança, de ter um filho pela adoção, desejo de cuidar de alguém para ser cuidado na velhice quando assim necessitar, influência de pais ou parentes próximos, desejo de fazer a diferença, para agradar o companheiro(a), pela convivência

com os filhos e, ainda, por motivos religiosos (Araujo & Faro, 2017; Cecílio, Hueb, & Farinelli, 2018; Oliveira, Souto, & Silva-Junior, 2017).

Destaca-se, portanto, a necessidade de combater o desejo de ajudar o próximo através da adoção de crianças e adolescentes, como solução para problemas pessoais ou sociais (Cecílio, Hueb, & Farinelli, 2018), uma vez que essa deve ser uma prática fundamentada no campo do desejo dos requerentes e suas necessidades pessoais ou sociais nem sempre se coadunam com o desejo genuíno por ter filhos por meio dos laços adotivos.

A esse respeito, é importante destacar que a adoção tem a dupla finalidade de possibilitar à criança um ambiente satisfatório para o seu desenvolvimento através de um novo lar e, em contrapartida, viabilizar aos pais o exercício da parentalidade (Merçon-Vargas, Rosa, & Dell’Aglío, 2014; Schettini, Amazonas, & Dias, 2006). Conforme Liminaña (2009), trata-se de unir os desejos das famílias e as necessidades das crianças.

Na categoria das “Expectativas” têm-se as subcategorias: adoção, preparação, processo e apoio. As expectativas giram em torno da chegada do filho (Araujo & Faro, 2017), com a qual os postulantes almejam alcançar a felicidade (Oliveira, Souto, & Silva-Junior, 2017). Na fase de preparação para adoção os requerentes esperam sanar dúvidas e obter auxílio para a chegada da criança (Cecílio, Hueb, & Farinelli, 2018), assim como esperam que seu processo conclua o mais rápido possível, dada a morosidade do Judiciário para que se concretize a adoção (Oliveira, Souto, & Silva-Junior, 2017). Também salientam a importância de apoio pessoal e profissional (Araujo & Faro, 2017) durante a espera pelo filho e após a adoção, para que possam expressar angústias e serem orientados (Huber & Siqueira, 2010).

Em relação à categoria dos “Receios e Dificuldades” apresentados pelos postulantes, no estudo de Araujo e Faro (2017) alguns deles apontaram uma suposta

ausência de dificuldades, dada a concepção de que terão a criança certa, a qual é muito desejada, e que o amor entre pais e filhos é suficiente para dirimir as dificuldades. Nota-se, pois, que tais requerentes idealizam a relação entre pais e filhos, chegando a negar a existência de conflitos.

Machin (2016) destaca que no âmbito da adoção, a ausência da suposta força do sangue dá lugar a outra concepção: de que a adoção é um encontro místico, predestinado, cujo vínculo é conspirado pelas forças do universo. Destarte, o vínculo é tido como natural, inerente, involuntário e destinado a acontecer sob quaisquer circunstâncias, e assim sendo, não requer que os sujeitos (pais e filhos) engendrem esforços no sentido de construí-lo.

Porém, assim como todo relacionamento humano, a relação entre pais e filhos, adotivos ou biológicos, é um processo delicado e marcado por entraves em alguns momentos. Desta feita, os desafios da parentalidade se fazem presentes na educação de filhos adotivos e biológicos, de modo que a forma de os enfrentar é fundamental para a criança e sua família, requerendo muitas vezes a disponibilidade de apoio externo (Huber & Siqueira, 2010).

Em contrapartida, algumas dificuldades e receios também são apresentadas por pretendentes à adoção, tais quais: ansiedade pelo momento da revelação; receio da herança biológica da criança (Huber & Siqueira, 2010); de sua história pregressa à adoção; medo da criança se sentir excluída, caso ela apresente características físicas distintas das dos pretendentes, tal qual a cor da pele (Cecílio, Hueb, & Farinelli, 2018); ansiedade quanto à demora do processo (Araujo & Faro, 2017), que leva à sensação de desamparo pela legislação e, em alguns postulantes, o desejo de burlar a lei e adotar uma criança de forma ilegal; a contínua avaliação, que angustia os pretendentes e conduz ao sentimento de impotência; e receio sobre a própria capacidade parental, diante da

responsabilidade de educar a criança, resgatá-la do luto pela perda da família de origem e oferecer-lhe um cuidado que compense as privações que sofrera em seu ambiente de origem (Pekny & Granato, 2019).

Assim como a suposta ausência de dificuldades apresentada por alguns pretendentes decorre de concepções equivocadas acerca da adoção, o mesmo ocorre quanto a medos reais que os pretendentes mencionam. Isto é, embora alguns receios se fundamentem na realidade concreta, tal qual o peso da responsabilidade pela educação de uma criança, alguns receios se embasam em mitos e preconceitos disseminados na sociedade acerca da adoção, como é o caso do medo pela herança biológica e história pregressa da criança.

Nesse sentido, o mito do “sangue ruim” ou “sangue mau” faz referência a uma carga hereditária devido à qual as crianças apresentam comportamentos negativos próprios de seus pais biológicos (Otuka, Scorsolini-Comim, & Santos, 2012b; Sequeira & Stella, 2014). Assim, alguns comportamentos como curiosidade sexual e agressão são vistos como reflexos do “mau sangue” da criança (Levinzon, 2006). Schettini, Amazonas e Dias (2006) mencionam que esse pensamento se fundamenta no pressuposto de que todas as suspeitas quanto ao gene do outro são justas e cabíveis, uma vez que o bom gene é sempre o seu.

Em um estudo com seis mães e cinco pais adotivos, Paulina *et al.* (2018) observaram que os participantes de sua pesquisa manifestaram expectativas de que os filhos fossem de boa índole e bem-sucedidos no futuro, revelando, assim, implicitamente, receio de que seus filhos tivessem herdado de seus genitores aspectos negativos da personalidade.

Nesse sentido, Huber e Siqueira (2010) alertam que só é possível garantir às crianças e aos adolescentes sem famílias o direito à convivência familiar e comunitária

quando se compreende que toda criança tem o direito de ter uma família, ser acolhida, amada e educada por ela, independentemente de sua herança genética. Nesse sentido, apesar das mudanças legislativas e sociais que vêm ocorrendo no contexto brasileiro e mundial acerca da adoção, a compreensão do desenvolvimento infantil ainda é marcada por uma visão organicista caracterizada “pelo determinismo, previsibilidade e continuidade no desenvolvimento” (Pauli & Rossetti-Ferreira, 2009, p. 886).

Em relação à família biológica, os postulantes destacam as condições socioeconômicas, o arranjo familiar supostamente desestruturado, o uso e abuso de álcool e outras drogas, demandas de uma família numerosa e a percepção de que se seriam pessoas sem caráter (Cecílio, Hueb, & Farinelli, 2018). Também se sentem inseguros e fracassados diante da possibilidade de os filhos quererem procurar os pais biológicos (Huber & Siqueira, 2010).

Assim, no que diz respeito à influência da história anterior à adoção sobre o comportamento da criança, as concepções sociais se fundamentam no pressuposto de que as dificuldades vivenciadas na família de origem, tais como privações e maus tratos, são fatores que prejudicam determinantemente o desenvolvimento, equivalendo a uma sina. Em outras palavras, esse passado “fatalmente se concretizará em um destino de desequilíbrios e anormalidades” (Pauli & Rossetti-Ferreira, 2009, p. 884).

Ademais, acreditam na supremacia do vínculo sanguíneo sobre o vínculo afetivo, ou seja, concebem a família adotiva como sendo uma constituição familiar inferior à família biológica. Logo, uma vez que os pretendentes à adoção possuam formas de pensar dessa natureza, a tendência é desconsiderar as vicissitudes da família adotiva e, assim, prejudicar as relações entre os membros familiares.

Em suma, pode-se dizer que a existência ou não, assim como o conteúdo dos receios, dificuldades e expectativas se relacionam aos mitos existentes em torno da

adoção, o que pode contribuir com o insucesso da adoção, reiterando-se, assim, a necessidade de promover iniciativas para minimizá-los ou até eliminá-los (Araujo & Faro, 2017).

A última categoria do eixo temático “Concepções sobre adoção” diz respeito ao “Perfil da criança”. Nota-se que a escolha do perfil por parte dos pretendentes está em estreita relação com as concepções que eles possuem acerca da adoção, bem como às suas motivações, expectativas, receios e dificuldades. Desta feita, o estudo de Araujo e Faro (2017) apontou que 53,8% dos participantes não apresentaram preferência quanto ao sexo da criança pretendida, ao passo que os demais participantes (46,2%) escolheram adotar uma menina.

Nota-se, assim, que não houve escolha exclusiva por meninos, como houve no caso do sexo feminino, o que Fonsêca *et al.* (2018) explica com base nas representações sociais do sexo feminino, uma vez que as mulheres são vistas como mais dóceis e adaptáveis a novos ambientes. No referido estudo destes autores com pais adotivos, 75% dos filhos adotados eram meninas, corroborando, assim, os dados apresentados pelos postulantes à adoção. Em contrapartida, destaca-se uma tendência positiva em não restringir o sexo da criança pretendida, o que aponta para a superação de estereótipos arraigados.

Em relação à cor, 76,92% dos postulantes que participaram do estudo de Araujo e Faro (2017) escolheram adotar uma criança cuja cor fosse semelhante à sua, os quais eram predominantemente brancos ou pardos. Os demais pretendentes (23,07%) não restringiram a cor da criança a ser adotada. No estudo de Albuquerque, Souza e Silva (2019), a maioria dos participantes também pretendia adotar crianças brancas ou pardas.

Nesse sentido, alguns postulantes buscam por crianças com características físicas semelhantes às suas (e. g. Araujo & Faro, 2017), o que remete à negação da origem

adotiva do filho, sob o pressuposto de que tal semelhança ajudaria a criança a identificar-se com os pais e evitaria constrangimentos ou explicações, à medida que não aparente ser um filho por adoção (Huber & Siqueira, 2010).

Outra característica importante na definição do perfil da criança que o requerente deseja adotar é a idade da mesma. Huber e Siqueira (2010) identificaram em seu estudo a preferência pela adoção de bebês, o que se alinha aos resultados de outros estudos (Albuquerque, Souza, & Silva, 2019; Fonsêca *et al.*, 2018, Morelli, Scorsolini-Comin, & Santeiro, 2015; Otuka, Scorsolini-Comin, & Santos, 2012a).

Nessa direção, o segundo eixo temático, que engloba os artigos de Albuquerque, Souza e Silva (2019) e Queiroz e Brito (2013), propõe a discussão das concepções, significados e percepções frente à adoção tardia. De acordo com estes estudos, os postulantes concebem a adoção tardia “como a adoção de jovens abandonados pela família em instituições de acolhimento” (Albuquerque, Souza, & Silva, 2019, p. 29).

Logo, embora não descartem a possibilidade de adotar uma criança maior, alegam dificuldades nessa prática que ao menos postergaria a decisão, tais quais, a necessidade de dedicação, convicção e maturidade para realizar uma adoção de crianças e adolescentes com mais de dois anos de idade. Desta feita, os pretendentes fazem referência à adoção tardia numa perspectiva secundária, futura e dependente da adoção convencional (Albuquerque, Souza, & Silva, 2019; Queiroz & Brito, 2013).

Ademais, os postulantes fazem referência ao receio em adotar crianças institucionalizadas pelos maus hábitos que trariam, pois consideram que haveria dificuldade em desconstruir aspectos da personalidade das crianças maiores de dois anos e adolescentes (Albuquerque, Souza, & Silva, 2019). Os participantes do estudo de Queiroz e Brito (2013), por sua vez, apresentam percepções de preconceitos sofridos

pelos pretendentes a partir de terceiros que mencionam que a criança irá trazer problemas para os pais.

Nesse sentido, os postulantes sentem-se preocupados, inseguros e duvidosos quanto aos impasses que possam surgir frente à adoção tardia. Assim, em geral, os adotantes privilegiam a adoção convencional por considerarem a adoção tardia mais difícil devido à idade mais avançada da criança, sua herança biológica e bagagem familiar (Albuquerque, Souza, & Silva, 2019).

Machin (2016) ressalta que a preferência por adotar uma criança recém-nascida e com biótipo próximo aos pais adotivos visa neutralizar a carga genética dos genitores, pressupondo uma compreensão que confere peso à genética herdada. Assim, esta autora ainda salienta que essa busca se movimenta no intuito de diminuir os supostos efeitos do tempo que a criança esteve exposta à institucionalização, abandono ou mesmo condições de vida difícil, sociabilidade essa que se julga negativa pelos pretendentes à adoção.

Nesse sentido, a escolha das características do filho adotivo está ligada a estereótipos e preconceitos dos adotantes relacionados aos ideais de família. Ademais, a escolha das características do filho adotivo é marcada também por expectativas, estereótipos, preconceitos e mitos compartilhados socialmente, os quais limitam as possibilidades da adoção (Araujo & Faro, 2017).

O perfil das crianças também é discutido no terceiro eixo temático, que diz respeito às “Concepções sobre adoção por homossexuais”. Nele, Machin (2016) menciona que a busca por recém-nascidos é prevalente entre as mulheres que desejam vivenciar a experiência de cuidar de bebês; ao passo que os homens valorizam a adoção de crianças mais velhas, que não demandaria a dependência de cuidadoras, o que, por sua vez, implica em menor autonomia dos pais no processo. Em contrapartida, os demandantes (homens ou mulheres) não buscam exclusivamente crianças com

características fenotípicas similares às suas; não havendo também prevalência de um determinado perfil quanto ao sexo ou mesmo cor/etnia do adotado. Assim, parece haver maior flexibilidade por parte de pretendentes homossexuais na escolha do perfil da criança a ser adotada.

Entretanto, embora tais pretendentes não busquem por semelhanças físicas, o que poderia indicar uma concepção positiva a respeito da adoção, a revisão da literatura feita por Ruiz *et al.* (2019) aponta concepções por parte de postulantes homossexuais que conferem preponderância do vínculo biológico sobre o social (adoção). O estudo mostra que tanto os casais formados por mulheres quanto aqueles formados por homens preferem o uso de tecnologias reprodutivas para acessar a parentalidade, sendo a adoção a segunda opção. Ressalva-se que os homens escolham a adoção por observarem alguns impedimentos e preocupações relativos às tecnologias reprodutivas, como as implicações legais decorrentes do processo e o medo do vínculo filho-genitora que poderia ser estabelecido, uma vez que precisariam de uma mulher para gestar; desta feita, temem perder o filho em virtude da suposta supremacia do vínculo biológico.

Esse dado, mais uma vez, contrasta com o resultado da pesquisa de Machin (2016), segundo a qual a utilização das tecnologias reprodutivas foi referida como hipotética entre os homens, embora o desejo pela consanguinidade tenha aparecido nos discursos de alguns casais. Assim, segundo a autora supracitada, a adoção entre casais gays foge ao contexto de aproximação com o modelo biológico, havendo, assim, a valorização da adoção como um ato social.

Ao passo que entre os casais heterossexuais, a iniciativa da adoção do desejo da mulher, em alguns casos; do homem, em outros; e, ainda, de uma decisão comum entre ambos (Oliveira, Souto, & Silva-Junior, 2017), entre gays o desejo é individual e,

posteriormente, se efetiva como um projeto de casal; e entre lésbicas o projeto, *a priori*, é expresso como um desejo do casal (Machin, 2016).

De acordo com o estudo de Machin (2016), o desejo pela paternidade entre os casais homossexuais masculinos está atrelado à infância, ao nascimento e cuidado de primos e sobrinhos até que a decisão de ter filhos tomou forma a partir de relacionamentos prévios (alguns heterossexuais) e, especialmente, na relação atual. A decisão pela adoção, por sua vez, envolve a familiarização com os trâmites jurídicos, cujo processo é considerado difícil, moroso e incerto. A adoção legal é valorizada pelos pretendentes homossexuais do sexo masculino, uma vez que garante o reconhecimento jurídico das famílias e preza pelo bem-estar da criança acolhida. Por outro lado, acreditam que outras formas de acolher crianças ilegalmente podem criar vulnerabilidades para a família, pois há o risco de haver disputas judiciais com a família biológica. Portanto, em suma, a adoção é vista pelos pretendentes homossexuais como um compromisso social (Machin, 2016).

Por fim, o último eixo temático desta revisão da literatura diz respeito às “Concepções sobre a participação em grupos de apoio à adoção”, o qual compreende o artigo de Sequeira e Stella (2014). Este artigo apresenta uma experiência em grupo de apoio a candidatos à adoção, no qual foram tratados diversos assuntos, a saber: aspectos legais; mitos e preconceitos em relação à adoção; perfil das crianças abrigadas no Brasil; realidade e cotidiano dos abrigos; principais motivos do abrigamento de crianças no Brasil; diferença entre dar um filho para quem não tem e dar um lar para uma criança; motivação para a adoção; projeto de vida com e sem filhos; maternidade e paternidade responsável, filiação como ato simbólico; criança ideal *versus* criança real; ansiedade no tempo de espera para adoção; revelação da adoção; filhos biológicos *versus* filhos adotivos; educação de filhos; rede familiar; direitos das crianças e dos adolescentes.

O estudo de Pekny e Granato (2019) aponta que a aceitação da criança real é um dos assuntos mais citados pelos participantes do seu estudo como objetivo principal dos grupos de apoio à adoção. Segundo estas autoras, esse processo parece instar os candidatos à adoção a abandonar seus sonhos sem qualquer elaboração desse processo. Assim, deve-se atentar à forma como ele é conduzido pelos profissionais, a fim de que os pais sejam capazes de aceitar o filho adotivo sem aprisioná-lo em seus critérios ideais.

Destaca-se que este artigo foi incluído no primeiro eixo temático, pois as entrevistas foram realizadas com os casais individualmente, e não em grupo, embora o contato com os participantes tenha se dado através do grupo de apoio à adoção. Além disso, a discussão dos resultados não teve como foco a participação dos candidatos nos grupos de apoio, tampouco o seu funcionamento.

Nesse sentido, Pekny e Granato (2019) propõem que o exercício da parentalidade deve articular fatores internos e externos; em outras palavras, poder-se-ia dizer que deve transitar no equilíbrio entre fatores ideais e reais, a fim de que o indivíduo não submeta completamente seu desejo a uma situação, fazendo transparecer um desejo irreal que não se sustentará por muito tempo. Antes, segundo as autoras supramencionadas, devia-se compreender e elaborar as construções imaginativas, colaborando para enriquecer a experiência parental e ajudar os pretendentes a lidar com o filho real (Pekny & Granato, 2019).

Assim, é importante não impor aos pais crianças que eles não seriam capazes de aceitar, tendo em vista a probabilidade de haver rejeição por parte dos mesmos (Lage, dos Santos, & Nazareth, 2014), que pode culminar num relacionamento mecânico e marcado por intolerâncias ou mesmo na devolução da criança e tudo o que não se deseja é que esta enfrente um segundo abandono, dentro ou fora do novo lar.

Destarte, frequentemente, os candidatos avaliam positivamente a vivência do grupo, uma vez que é possível compartilhar dúvidas, ansiedades, medos e descobertas. Ademais, as autoras pontuam a percepção de mudanças nos candidatos, uma vez que se abrem ao diálogo e à discussão. Ademais, faz-se notório o descontentamento por parte dos pretendentes com o processo legal, assim como o medo relacionado aos aspectos hereditários que a criança possa trazer consigo (Sequeira & Stella, 2014).

Assim, reitera-se que o processo de preparação dos candidatos a pais adotivos é uma oportunidade para refletir sobre estereótipos e preconceitos relacionados ao perfil das crianças que se deseja adotar, servindo a ocasião para possibilitar mudança nas concepções equivocadas dos pretendentes acerca da adoção.

A partir dos aspectos analisados na presente revisão da literatura, aponta-se a presença frequente entre as concepções dos pretendentes do receio quanto à influência de fatores biológicos ou congênitos sobre o comportamento da criança adotada, tanto entre candidatos à adoção convencional quanto aqueles que aceitam adotar crianças mais velhas e adolescentes.

Desta feita, o próximo capítulo discorrerá sobre aspectos que permeiam a parentalidade e filiação adotiva, os quais perpassam as concepções e interações familiares que, por sua vez, incorrem sobre o desenvolvimento da criança ou adolescente adotado.

CAPÍTULO 2

ADOÇÃO

As mudanças ocorridas ao longo das últimas décadas apontam para novas formas de conjugalidade e configurações familiares. Assim, por um lado, a sociedade ainda valoriza a consanguinidade na garantia dos vínculos; mas por outro, as novas configurações familiares exigem uma ampliação dos padrões filiativos (Passos, Cavallari, & Gomes, 2018; Schettini, Amazonas, & Dias, 2006).

Nesse cenário de novas organizações familiares baseadas na valorização da vinculação de parentesco por aliança afetiva, encontra-se a filiação adotiva. Considera-se, então que ela é reconhecida como outra possibilidade de se constituir uma família, para além da ligação de sangue (Levinzon, 2006; Machado, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2015; Schettini, Amazonas, & Dias, 2006).

A esse respeito, Passos, Cavallari e Gomes (2018) afirmam que os vínculos são tecidos entre os sujeitos de um grupo familiar tendo como base a afetividade e não apenas a consanguinidade, de modo que a garantia para que se configurem vínculos saudáveis não é a égide biológica. Logo, é necessário reconhecer a criança como filho, independente da forma pela qual a parentalidade ocorre (Fernandes & Santos, 2019).

Nesse sentido, Sequeira e Stella (2014) afirmam que na filiação biológica também é preciso ocorrer um processo de adoção, pois uma criança que chega sempre é muito diferente da criança imaginada e idealizada pelos pais. Ainda nessa perspectiva, Huber e Siqueira (2010) defendem que os laços familiares são construídos na relação, na convivência e através da disposição de todos os envolvidos, de modo que ter o mesmo sangue não garante o amor e a boa relação entre os membros de uma família.

Tais afirmações vão ao encontro da ideia levantada por Elisabeth Badinter (1985), no livro intitulado “Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno”, no qual defende que o amor materno não está inscrito na natureza feminina. Uma vez que o interesse e a dedicação da mãe à criança não existiram em todas as épocas e em todos os meios sociais, a referida autora argumenta que o suposto amor materno é um sentimento como qualquer outro e, portanto, adquirido de acordo com a época e os costumes de um determinado grupo cultural.

Portanto, pode-se afirmar que o vínculo afetivo entre pais e filhos é o que valida a parentalidade e a filiação, uma vez que o amor é construído entre os membros de uma família adotiva, assim como se faz necessário numa família biológica, demandando preparação em ambas as formas de parentalidade (Weber, 2000).

A parentalidade e a filiação adotivas só são possíveis quando há uma descontinuidade com a família de origem da criança adotiva, independentemente de quais forem os motivos para isso. Nesse sentido, diante da ausência do fator biológico, faz-se necessário valorizar o papel jurídico para a legitimação dos laços de parentesco, além dos aspectos afetivos (Machado, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2015). Assim, como afirma Macêdo (2014), pode-se dizer que o lugar do filho na família não se estabelece “pelo sangue, nem pelo imperativo jurídico, mas pelo campo do desejo” (p. 699).

Assim, a construção dos papéis parentais se inicia no desejo e na decisão de adotar, sendo apropriados pelo sujeito adotante a partir dos vínculos estabelecidos com a criança ou adolescente adotado (Rosa, Boris, Melo, & Santos, 2016), o que inclui a participação e atividade desta (e) na relação (Macêdo, 2014). Estes autores acrescentam que o desenvolvimento desses papéis é, ainda, influenciado pelo reconhecimento social daquela pessoa como pai ou mãe.

Portanto, para a consolidação dos laços de parentesco há, pois, um fator de reconhecimento mútuo, constituindo um ato de reciprocidade, haja vista que a criança participa ativamente nesse processo. Isso não implica em colocá-la como a responsável pela vinculação, até porque, como criança, ela tem menos recursos psíquicos para assumir esse lugar (Machado, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2015).

Este novo paradigma nas relações de parentesco vem sendo debatido em estudos e pesquisas nas universidades, congressos e eventos específicos, bibliografia recente, mídia, associações e grupos de apoio à adoção, o que representa a aceitação social da filiação afetiva como legítima. Assim, essa explicitação nas discussões sociais tem contribuído para a “normalização da família adotiva”, conforme apontam Schettini, Amazonas e Dias (2006, p. 286), defendendo-se, assim, um modelo familiar, no qual o filho adotivo tem um lugar psíquico e afetivo no seio da família que adota, tal como propõem Cecílio, Hueb e Farinelli (2018).

A adoção, por sua vez, é uma prática existente há séculos, desde as mais antigas civilizações das quais se tem conhecimento, assumindo diferentes significados e atendendo a objetivos diversos ao longo do tempo, como por exemplo, gerar descendentes para famílias sem prole (Fonsêca, Palito, Machado, Santos, & Souza Filho, 2018). Passagens bíblicas mostram histórias de adoção entre os hebreus, como Moisés que foi adotado pela filha do Faraó; Ester, filha adotiva de Mardoqueu; e a história de Sara que adotou os filhos de sua serva, Agar. Assim, a prática de criar filhos de outras pessoas pode ser vista em diferentes civilizações antigas, como Egito, Índia, China, Grécia e Roma, nas quais regulamentações de situações de adoção foram encontradas, sendo a mais antiga, presente no Código de Hammurabi (2800 a.C.) (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007). Em geral, essas regulamentações asseguravam um modelo que atendia aos interesses dos

adultos (Nakamura, 2018), os quais, por muito tempo, prevaleceram às custas da infância de muitas crianças.

Bortolatto, Loos e Delvan (2016) mencionam que as diversas transformações no significado e nas práticas de adoção no decorrer da história se baseiam nas crenças existentes em cada época. A esse respeito, Valério e Lyra (2014) salientam que estudar a adoção a partir de um contexto social e histórico específico permite entender os significados sobre adoção no contexto proposto, mas também a relação da cultura coletiva com a construção pessoal e única de significados.

Ademais, Merçon-Vargas, Rosa e Dell’Aglío (2014) salientam que os processos de adoção envolvem uma complexa inter-relação entre questões simbólicas (como os valores, crenças e discursos presentes na sociedade), estruturais (como leis, regulamentos e procedimentos), questões microssistêmicas (como a família, comunidade e interações pessoais) e aspectos individuais, os quais estão em permanente transformação, influenciando e sendo influenciados pelas pessoas por meio de suas vivências cotidianas.

No Brasil, a adoção só veio aparecer nos textos normativos através do Código Civil Brasileiro de 1917, segundo o qual, a adoção era revogável. Em 1957, quarenta anos depois, o adotado adquiriu o direito de usar o nome dos adotantes, todavia, se o casal possuísse filhos legítimos, o adotado não teria direitos sucessórios (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007).

Em 1965, a adoção passou a ser irrevogável após um período de guarda de três anos, mas o corte de todos os laços com a família biológica e a emissão de um novo Registro de Nascimento, que configuram a Adoção Plena, só vieram a existir em 1979, a partir do Código de Menores. Ainda assim, a adoção só poderia ser requerida para crianças que estivessem em algumas condições específicas, como por exemplo, para menores de sete anos ou para maiores dessa idade, desde que já estivessem sob guarda

dos adotantes (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007), sendo necessário também um estágio de convivência anterior à adoção (Bortolatto, Loos, & Delvan, 2016).

Até então, as crianças foram tomadas em algumas práticas que se desenvolveram no país, a exemplo da “adoção direta” ou *intuitio personae*, que consiste em escolher a família a quem entregar o filho; e da “adoção à brasileira”, que consistia em registrar como filho legítimo uma criança nascida de outra mulher, sem se submeter aos trâmites legais de adoção (Kusano, 2006; Weber, 2011).

A filosofia relativa à adoção que preza pelo melhor interesse para a criança, cujo princípio é protegê-la e dar-lhe uma família, só veio ter origem no mundo recentemente (Costa & Rossetti-Ferreira 2007; Shettini, Amazonas, & Dias, 2006; Weber, 2011). No Brasil, essa filosofia foi respaldada pela criação da atual Constituição Nacional (1988), legitimando uma nova perspectiva diferente do modelo objetualizante e baseado no pressuposto do menorismo que marcara as práticas de adoção no país até então.

Conforme Cabral e Serafim (2017), o período menorista da história brasileira teve início com o Código de Menores de 1927 e perdurou até a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), documentos que introduziram no plano jurídico um novo olhar sobre a criança, através do Paradigma da Proteção Integral. Conforme tais autoras, no período menorista verificou-se a incapacidade do Estado em ofertar uma política assistencial mínima, cuja atuação se dava, portanto, pelo viés da repressão.

Sendo assim, a nova Constituição deu origem a uma legislação específica para crianças e adolescentes, elevando-os à condição de cidadãos e garantindo-lhes direitos. Esta legislação, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pertinente à Lei nº 8.069/1990, zela pela proteção integral das crianças e adolescentes e fundamenta-se em três princípios: 1) o reconhecimento de crianças e adolescentes enquanto sujeito de

direitos; 2) afirmação de sua condição peculiar de desenvolvimento; e 3) prioridade absoluta no atendimento a seus direitos (Amin, 2016).

Com a criação do ECA, a adoção passou a ser uma medida excepcional que visa o cumprimento do direito fundamental da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária, conforme pontua o Art. 19 dessa legislação: “Toda criança ou adolescente tem o direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária (...)”. Além disso, passou a garantir que filhos adotivos e biológicos possuam os mesmos direitos. Desse modo, o Estatuto prioriza que a adoção tenha reais vantagens para o adotando (e. g. Art. 43 do ECA), uma vez que considera crianças e adolescentes como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais (Art. 15, Brasil, 1990).

Destarte, embora o Paradigma da Proteção Integral tenha rompido juridicamente com o pressuposto do menorismo, a utilização indiscriminada de algumas expressões, como “menor” revelam o não entendimento ou não absorção do novo direito da criança e do adolescente, assim como de toda a sua base principiológica e fundadora (Cabral & Serafim, 2017). Assim, apesar das inovações no texto estatutário, subsistiram crenças, valores e pontos de vista que culminaram em práticas como o afastamento de crianças e adolescentes sem fundamentação técnica, acolhimentos prolongados, entre outros procedimentos (Nakamura, 2018).

Por isso, após 19 anos da criação do ECA, aprovou-se a Lei Nacional de Adoção ou Lei Nacional da Convivência Familiar (Lei nº 12.010/2009), a qual alterou 54 artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente, promovendo algumas inovações e dando à adoção um lugar de reconhecimento (Sampaio, Magalhães, & Féres-Carneiro, 2018). Esta lei define quem pode adotar e ser adotado, os requisitos para a adoção, o processo de habilitação, a forma de cadastramento, o prazo máximo para abrigamento de crianças

institucionalizadas, os tipos de adoção e o estágio de convivência entre adotante e adotado (Apolinário & Antunes, 2015).

Antes de tudo, porém, as alterações propostas pela Lei nº 12.010/2009 pretendem assegurar que as crianças e adolescentes convivam prioritariamente com seus familiares e em comunidade, sendo a adoção uma última alternativa (Bortolatto, Loos, & Delvan, 2016). Nesse sentido, conforme o § 1º do Art. 39 da Lei 12.010/2009 (Brasil, 2009), para que a adoção ocorra, é necessária a comprovação do rompimento definitivo dos vínculos com os pais e parentes biológicos e, portanto, a destituição do poder familiar destes sobre a criança. Assim, a nova lei, então, veio reforçar que a adoção se fundamentasse na construção de vínculos entre pais e filhos, e não entre pessoas que ajudam e aquelas que são ajudadas (Cecílio & Scorsolini-Comin, 2016).

Nesse sentido, Nakamura (2018) diferencia a “adoção clássica” da “adoção moderna”, a qual visa garantir o direito da criança de crescer e ser educada em uma família, priorizando o seu interesse, e não o do adulto. Desse modo, atualmente pensa-se a adoção no sentido de “dar pais a quem não os têm, do que em dar filhos a quem não os têm” (Weber, 1996, p. 1), uma vez que a adoção deixou de ser a “obtenção de um filho” através da lei (Weber, 2011).

Nova lei sobre a adoção foi promulgada em 2017, a Lei 13.509, a qual alterou alguns artigos do ECA. Dentre as mudanças, a referida lei estabeleceu novos prazos para o trâmite dos processos de adoção, buscando acelerar o processo e garantir a prioridade e celeridade nos processos de adoção de grupos de irmãos, crianças e/ou adolescentes, pessoas com doenças crônicas, e/ou com necessidades específicas de saúde (Fernandes & Santos, 2019). Nesse sentido, reduziu o prazo de reavaliação das crianças e adolescentes que se encontram em programa de acolhimento de seis para três meses, a fim de verificar a possibilidade de reintegração ou sua colocação em família substituta (Art. 19, §1º,

Brasil, 2017). Ademais, o limite máximo de permanência da criança em acolhimento institucional passou de dois anos para dezoito meses, salvo se comprovada necessidade de permanência (Art. 19, §2º, Brasil, 2017).

Assim, os esforços engendrados na criação de dispositivos jurídicos que garantam a diminuição do tempo que crianças institucionalizadas fiquem à espera da adoção denotam que essa é uma preocupação ainda recente no Brasil cuja solução está em contínua construção (Fernandes & Santos, 2019).

As últimas mudanças não afetaram o entendimento da adoção como uma medida de proteção à criança ou adolescente que vive em situação de risco, representando uma vantagem por garantir seu bem-estar biopsicossocial. A adoção ampara-se na convicção de que o contexto familiar representa o melhor lugar para o equilíbrio emocional da criança e o seu desenvolvimento (Pauli & Rossetti-Ferreira, 2009). Por isso, essa é a principal medida para reconstruir um ambiente familiar que atenda às necessidades da criança, cujo histórico é marcado por perdas e separações, seja com a família ou com os profissionais da instituição de acolhimento (Alvarenga & Bittencourt, 2013; Sampaio, Magalhães, & Féres-Carneiro, 2018).

Nesse ínterim, as mudanças legislativas, especialmente a partir da Constituição de 1988, deram início, no país, a um novo momento social, o qual vem se consolidando através de avanços em diversos aspectos que envolvem a prática da adoção. Na literatura nacional, o reconhecimento dessa tendência no Brasil já vinha sendo apontado desde o início do milênio, sendo chamada de uma nova cultura de adoção (Weber, 2000).

Shettini, Amazonas e Dias (2006) atribuem essa “reversão positiva no cenário da adoção” (p. 287) aos esforços conjuntos da sociedade e às adoções bem-sucedidas de que se tem notícia. Desse modo, as autoras supracitadas demarcam que o cenário marcado por mitos e preconceitos arraigados no imaginário popular e pela clandestinidade da adoção

tem se alterado favoravelmente e as famílias adotivas vêm saindo desse contexto marginal e adquirindo visibilidade.

Portanto, viu-se surgir um movimento, no qual os interesses da criança são tomados como prioridade, sendo esta a principal marca do que alguns autores têm chamado de “nova cultura de adoção” (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Machado, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2015; Merçon-Vargas, Rosa, & Dell’Aglia, 2014; Otuka, Scorsolini-Comin, & Santos, 2009), a qual ainda se consolida o país. Essa nova cultura de adoção baseada na supremacia do interesse da criança sobre o adulto é uma tendência mundial presente em diferentes países. Apesar disso, existem diferenças legislativas que regem a adoção em diferentes nacionalidades.

A lei argentina de adoção é de 1997 e prevê dois tipos de adoção: a simples e a adoção plena. Na adoção simples o adotado mantém um vínculo legal com sua família de origem, podendo herdar bens e manter o sobrenome, acrescentando apenas o sobrenome da família adotante; ao passo que a adoção plena é semelhante à modalidade brasileira, a qual é irrevogável e estende ao adotado todos os direitos do filho biológico. Além disso, a lei argentina orienta que os adotantes devem manter seu filho informado quanto à sua realidade biológica e prevê acesso dos adotados aos seus dossiês administrativos, quando maiores de idade (Fonseca, 2009), o que também se assemelha à lei brasileira, segundo a qual “o adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos” (Art. 48 do ECA). Ademais, caso o adotado tenha interesse em conhecer seu processo antes de completar a maioridade, é possível que lhe seja deferido, sendo assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica (Parágrafo único do Art. 48 do ECA).

Na Argentina, a adoção só é permitida a pessoas com menos de 30 anos de idade, quando estas comprovarem a impossibilidade de ter filhos biológicos, sendo que em todos os casos deve haver uma diferença mínima de 18 anos entre a idade do adotante e do adotando (Senado Federal, 2013). No Brasil a adoção é permitida a pessoas a partir de 18 anos, desde que esta tenha uma diferença mínima de 16 anos de idade do adotando (Art. 42, § 3º do ECA).

O estágio de convivência inicia a partir da concessão da guarda pelo juiz e deve durar de seis meses a um ano (Senado Federal, 2013), ao passo que no Brasil o prazo legal máximo é de 90 dias (Art. 46 do ECA), podendo ser postergado, se a decisão for devidamente motivada, a fim de que a inserção da criança na família substituta aconteça de forma gradativa e programada, conforme menciona o Ministério Público do Estado do Paraná (2018).

Os pais biológicos argentinos não são consultados caso tenham perdido o poder familiar, expressado a vontade de entregar a criança para adoção, ou ainda se tiverem abandonado a criança por mais de um ano ou tenham negligenciado amparo moral e material mínimos. Realidade semelhante é encontrada na legislação brasileira, segundo a qual dispensa-se o consentimento dos pais ou do representante legal do adotando quando esses forem desconhecidos ou tenham sido destituídos do poder familiar (Art. 45 do ECA). A Tabela 7 apresenta um comparativo entre a adoção no Brasil e na Argentina.

TABELA 7

Comparativo entre as características da adoção no Brasil e na Argentina.

País / Características	Brasil	Argentina
Modalidades de adoção	Adoção plena	Adoção simples e plena
Consentimento dos genitores	A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando, exceto se esses forem desconhecidos ou tenham sido destituídos do poder familiar (Art. 45 do ECA)	Os genitores perdem o direito de serem consultados caso tenham abandonado a criança por mais de um ano, tenham faltado com um mínimo de amparo moral e material, tenham perdido o poder familiar ou tenham expressado a vontade de entregar a criança para ser adotada
Idade dos candidatos	Mínimo de 18 anos e diferença mínima de 16 anos entre o adotante e o adotado (Art. 42, § 3º do ECA)	Mínimo de 30 anos, exceto quando comprovada impossibilidade de ter filhos biológicos. Diferença mínima de 18 anos entre o adotante e o adotado
Acesso do adotados à sua história	Direito a conhecer sua origem biológica e acesso irrestrito ao processo após completar 18 anos (Art. 48 do ECA)	Direito a conhecer sua origem biológica e ao acesso dos seus dossiês administrativos quando maiores de idade
Estágio de convivência	Prazo máximo de noventa dias (Art. 46 do ECA)	A partir da concessão da guarda pelo juiz e deve durar de seis meses a um ano
Leis	Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) Lei 12.10/2009 (Nacional de Adoção) Lei 13.509/2017	Lei de Adoção de 1997

Nos Estados Unidos da América (EUA), as leis de adoção variam a depender do estado, mas em geral é possível adotar através de órgãos públicos ou agências e advogados particulares, sendo que a análise de adequação da família é feita pela agência de adoção junto aos serviços sociais de cada cidade. Para tanto, não se exige pré-requisitos de renda e casa própria (Senado Federal, 2013). No Brasil, por sua vez, os postulantes

devem apresentar comprovante de renda e domicílio, os quais são analisados em conjunto com outros aspectos pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude (Art. 197-A do ECA; Art. 197-C do ECA), mas não são impedimentos para se habilitar à adoção.

No estado da Carolina do Norte, por exemplo, só podem adotar pessoas maiores de 18 anos de idade e solteiros também podem adotar, sendo exigida investigação dos antecedentes criminais de todos os membros da família que tiverem mais de 18 anos (Senado Federal, 2013). No Brasil a idade mínima para se candidatar a pais adotivos também é 18 anos e, semelhantemente aos EUA, não há restrição quanto ao estado civil dos mesmos (Art. 42 do ECA). Em contrapartida, só é obrigatório apresentar a certidão de antecedentes criminais dos postulantes (Art 197-A).

Na Carolina do Norte (EUA) quando o candidato é aprovado, inicia-se a etapa de visitação à criança e depois o estágio de convivência que dura em torno de seis meses. A guarda das crianças disponíveis para adoção é entregue a famílias que ganham por isso, e não a abrigos, sendo chamados de lares provisórios (*foster cares*). Cerca de 41% das adoções são de crianças provenientes desses lares e são realizadas junto aos serviços sociais públicos. A adoção privada por meio de agências ou advogados, as de indígenas, e as feitas por parentes totalizam cerca de 46%. Por fim, 13% das adoções são de crianças de outras nacionalidades (Senado Federal, 2013). A comparação entre as adoções brasileiras e norte-americanas podem ser vistas na Tabela 8.

TABELA 8

Comparativo entre as características da adoção no Brasil e nos Estados Unidos.

País / Características	Brasil	Estados Unidos (Carolina do Norte)
Idade dos candidatos	Mínimo de 18 anos e diferença mínima de 16 anos entre o adotante e o adotado (Art. 42, § 3º do ECA)	Maiores de 18 anos
Estado civil dos candidatos	Não há restrições (Art. 42 do ECA).	Solteiros também podem adotar
Aspectos socioeconômicos	Não há pré-requisitos (Art. 197-A do ECA; Art. 197-C do ECA)	Não há pré-requisitos
Avaliação	A análise de adequação da família é feita por equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude (Art. 197-C do ECA)	A análise de adequação da família é feita pela agência de adoção junto aos serviços sociais de cada cidade
Antecedentes criminais	Exige-se certificação de antecedentes criminais dos pretendentes (Art. 197-A do ECA)	Investigação dos antecedentes criminais dos candidatos e de todos os membros da família maiores de 18 anos
Estágios	Estágio de aproximação com duração variável a depender do caso e o estágio de convivência com prazo máximo de noventa dias (Art. 46 do ECA)	Etapa de visitação à criança e estágio de convivência, em geral de seis meses
Guarda das crianças disponíveis para adoção	Acolhimento familiar ou institucional (p. e. Art. 101, § 1º do ECA)	Famílias (lares provisórios - <i>foster cares</i>)
Órgãos responsáveis por intermediar a adoção	Justiça da Infância e da Juventude	Serviços sociais públicos (adoção pública) Agências e advogados particulares (adoção privada)
Leis	Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) Lei 12.10/2009 (Nacional de Adoção) Lei 13.509/2017	Variam a depender do estado

Assim como nos Estados Unidos, no Canadá as adoções também são realizadas por intermédio de órgãos públicos ou agências e advogados particulares, sendo as leis

específicas de cada província ou território. Os lares provisórios (*foster cares*) geralmente recebem a maioria das crianças mais velhas, enquanto os bebês recém-nascidos são colocados para adoção por agências privadas. É preciso esperar em média oito anos por um recém-nascido saudável por meio dos sistemas governamentais, o que leva as pessoas a optarem pela adoção privada que, por sua vez, custa muito caro. É exigido dos candidatos que apresentem históricos médico e socioeconômico e participem de cursos de adoção, além de serem feitas inspeções nos domicílios (Senado Federal, 2013). No Brasil, são feitas as mesmas exigências com acréscimo da apresentação de certidão de antecedentes criminais e certidão negativa de distribuição cível (Art. 197-A do ECA). As visitas domiciliares não são obrigatórias para que o candidato se habilite à adoção, embora sejam feitas pelas equipes interprofissionais a fim de agregar subsídios que permitam aferir o preparo dos postulantes para o exercício da parentalidade.

A adoção aberta é uma modalidade permitida no Canadá, em que os pais biológicos escolhem quem irá adotar seu filho. Nesse caso, o candidato escolhido deve receber aconselhamento jurídico e psicológico e lhe é exigido a apresentação de histórico médico (Senado Federal, 2013). Atualmente no Brasil não é mais permitido realizar esse tipo de adoção *intuitu personae*, devendo os candidatos aguardarem sua convocação de acordo com a ordem cronológica de habilitação (Art. 197-E do ECA). Essa e outras diferenças entre as adoções brasileiras e canadenses podem ser visualizadas na Tabela 9.

As exceções a este caso, em que os requerentes não precisam aguardar o andamento da fila, são as adoções em família ou unilaterais. A primeira acontece quando a criança é adotada por algum parente (exceto ascendentes e irmãos do adotando, os quais não podem adotar a criança em tela, conforme o § 1º do Art. 42 do ECA). A adoção unilateral, por sua vez, é aquela em que um cônjuge adota o filho do companheiro (a).

Ainda no Canadá, as adoções de crianças mais velhas (de 2 a 18 anos) e deficientes ocorrem mais rápido, ao passo que a conclusão do processo de adoção de crianças mais novas leva de um a dois anos. Ademais, as famílias que adotam crianças com deficiência dispõem de uma rede de assistência e até suporte financeiro (Senado Federal, 2013).

TABELA 9

Comparativo entre as características da adoção no Brasil e nos Canadá.

País / Características	Brasil	Canadá
Adoção aberta (os genitores escolhem os adotantes)	Não é permitida	Permitida
Exigências	Atestado médico de saúde física e mental Comprovação de renda e domicílio Certidão de antecedentes criminais e certidão negativa de distribuição cível (Art. 197-A do ECA). Participação em programa de preparação para adoção (Art. 197-C, § 1º)	Histórico médico Histórico socioeconômico Participação em cursos de adoção
Inspeção domiciliar	Não é obrigatória, mas comum	São realizadas
Órgãos responsáveis por intermediar a adoção	Justiça da Infância e da Juventude	Serviços sociais públicos (adoção pública) Agências e advogados particulares (adoção privada)
Leis	Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) Lei 12.10/2009 (Nacional de Adoção) Lei 13.509/2017	Variam a depender do estado

Na França, é necessário que o casal tenha pelo menos dois anos de casamento para poder pleitear uma adoção legal (Combier & Binkowski, 2017), ao contrário do Brasil que não estabelece tempo de convivência mínimo, embora a relação do casal seja um

aspecto a ser considerado durante a avaliação psicossocial que antecede a habilitação dos mesmos para adotar.

Na Holanda, desde 1955, quando as novas leis entraram em vigor, dois terços das crianças adotadas vêm de outros países, dada a possibilidade dos genitores reclamarem a guarda durante o primeiro ano, quando se trata de adoção doméstica (Senado Federal, 2013).

No Brasil, os adotantes recebem a guarda do adotando, a qual confere “a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais” (Art. 33 do ECA), mesmo que estes a reclamem para si. Após a destituição do poder familiar, a guarda é substituída pela adoção, atribuindo “a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais” (Art. 41 do ECA).

Além disso, a lista de espera holandesa é grande e o tempo médio de duração do processo é de quatro anos a partir da primeira solicitação, sendo que a maior parte (aproximadamente 29 meses) é de espera pelo teste inicial. Outro agravante diz respeito aos custos para adoção no país. O curso, que é obrigatório para os candidatos, custa cerca de 900 euros, além disso o gasto com o advogado ou agência privada responsável por encontrar a criança varia entre 7 mil e 14 mil euros, além das despesas de viagem e acomodação e das taxas. Tais fatores aumentam a taxa de adoção de crianças estrangeiras em vez de adoções domésticas (Senado Federal, 2013).

Por fim, ainda na Holanda, existem os limites de idade para quem deseja adotar: candidatos que têm 41 anos podem adotar somente crianças acima de 1 ano; os que têm entre 42 e 45 anos só podem adotar crianças maiores de 2 anos; e se o candidato completar 46 anos sem concluir o processo, é impedido de adotar (Senado Federal, 2013). No Brasil

não há limite máximo de idade dos requerentes, desde que a adoção apresente vantagens reais para o adotando e se fundamente em motivos legítimos (Art. 43 do ECA).

No Reino Unido, as adoções são realizadas por intermédio de agências e advogados, como nos Estados Unidos e Canadá. A quantidade de adoções de crianças entre 1 e 4 anos tem crescido, sendo 34% em 1998 e 62% em 2011, ao passo que tem diminuído a adoção de recém-nascidos. Desde a Lei de Igualdade de Oportunidades, promulgada nos anos 90, os genitores têm o direito de procurar os filhos através de um serviço de intermediação, desde que a criança deseje manter o contato (Senado Federal, 2013).

Como já dito, no Brasil a instituição da adoção plena desliga o adotado de qualquer vínculo com pais e parentes, atribuindo-lhe a condição de filho dos pais adotivos (Art. 41 do ECA). Desta feita, a premissa de sigilo total presente na adoção plena impede o acesso à informação relativo às famílias de origem, o qual se mantém sob a alegação de que o segredo é desejado e consentido pelas mães doadoras (Fonseca, 2009), além de ser visto como necessário e consensual com o objetivo de promover o bem-estar dos adotados (Machin, 2016).

Todavia Fonseca (2010) sugere que, nas circunstâncias atuais em que a maioria das crianças adotáveis são fruto da desigualdade social, o sigilo passa a ser utilizado para proteger os pais adotivos contra chantagens por parte da família biológica. Desse modo, conforme a referida autora, a suposta necessidade de sigilo é ditada pela desigualdade e o medo de exploração. Fonseca (2009) observa também que a premissa de sigilo está ligada aos estereótipos negativos de mãe abandonante (biológica), ao medo de perder o afeto da criança para os genitores e ainda à busca de que a adoção imite a filiação consanguínea, figurando como se a criança tivesse nascido naquela família.

Portanto, é válido refletir sobre até que ponto o corte de todos os laços com a família biológica é uma medida favorável à criança, haja vista que essa maneira de conduzir a adoção impossibilita a troca de informações sobre a criança entre a família adotiva e a biológica, reforçando uma possível fantasia infantil de que a criança tenha sido abandonada ou rejeitada pela sua família de origem, conforme mencionam Rossetti-Ferreira *et al.* (2012).

Fonseca (2010) evidencia que não existe uma única solução capaz de resolver os paradoxos inerentes à essa complexa realidade, dada a idiossincrasia das experiências de busca pela origem biológica que, para uns constitui uma necessidade e para outros, não. Entretanto, a referida autora destaca a importância de inovações legislativas pautadas na justiça, uma vez que os direitos são construções políticas fundadas sobre relações sociais e de força, os quais repercutem sobre a vida de sujeitos que vivem numa rede de interações.

Portanto, no Brasil a adoção envolve duas etapas: a Habilitação para Adoção e a Ação de Adoção, quando a criança já está convivendo com a família. Quando a Habilitação é julgada procedente, os requerentes são inseridos no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) e passam a esperar por uma criança conforme o perfil escolhido, respeitando a ordem cronológica de habilitação (Art. 197-E do ECA).

O SNA é o novo sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que integra dados dos cadastros municipais, estaduais e nacional de crianças e adolescentes institucionalizados, assim como dos pretendentes habilitados à adoção, brasileiros e estrangeiros. O Sistema foi criado em 14 de agosto de 2019 mediante a Resolução nº 289/2019 do referido Conselho em substituição ao Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), integrando os dados de ambos os cadastros. Sua criação visa acelerar a resolução dos casos e controlar melhor os processos

através, especialmente, de um sistema de alerta a respeito dos prazos referentes às crianças e adolescentes acolhidos e em processo de adoção, bem como de pretendentes.

Com a chegada da (s) criança (s), os pretendentes deverão passar pelo estágio de aproximação e convivência antes de iniciar a Ação de Adoção propriamente dita. Os estágios de aproximação e convivência são etapas anteriores ao deferimento da adoção, nos quais os postulantes e o adotando terão seus primeiros contatos e experiências em conjunto. Entende-se por estágio de aproximação o período em que os postulantes iniciam o contato com o adotando, visitando-o a fim de ambas as partes se darem a conhecer. O estágio de convivência, posterior ao primeiro, configura-se como o período em que adotantes e adotandos passam a conviver juntos na mesma residência, avaliando-se a adaptação da criança ou adolescente à sua nova família.

Assim, além de garantir os direitos das crianças e adolescentes, a lei e o processo de adoção também resguardam aqueles que desejam adotar de forma legítima para si e para a sociedade. Entretanto, se por um lado, a legislação desempenha a função primária de amparar e proteger os adotantes na construção de uma família adotiva, por outro lado, tais adotantes sentem-se desamparados pela legislação à medida que vivenciam a agonia da espera indeterminada (Pekny & Granato, 2019).

As mudanças legislativas ocorridas ao longo dos anos refletem as concepções dominantes na sociedade sobre criança, adoção e parentalidade adotiva. Concomitantemente, as leis foram criando discursos normativos sobre maternidade, paternidade, família e adoção, assim como produziram novas práticas sociais (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Pekny & Granato, 2019; Rossetti-Ferreira *et al.*, 2012).

Nesse sentido, a não priorização do melhor interesse da criança ao longo de anos contribuiu para uma resistência na mudança de representações e significações atribuídas à adoção, à parentalidade adotiva e às crianças adotadas. Logo, embora a legislação

nacional tenha avançado, essa nova perspectiva se constitui em um desafio no âmbito das políticas públicas para a infância e das práticas em construção da maternagem e paternagem (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007).

Por isso, destaca-se que, além de aspectos jurídicos, a adoção de crianças e adolescentes também está ligada a fatores políticos e sociais. Nesse sentido, a existência de crianças e adolescentes para a adoção é um fato que, muitas vezes, está interligado com a falta de condições financeiras dos pais biológicos para o cuidado de suas crianças, realidade que reflete os sinais de pobreza e exclusão vivida por significativa parcela da população brasileira. Em contrapartida, é importante salientar que esse critério vai de encontro ao ECA (1990, art. 23), o qual busca assegurar que a ausência de recursos materiais não seja motivo para separação da criança ou adolescente de sua família de origem, indicando que a família seja incluída em programas oficiais de auxílio, a fim de garantir a permanência da criança na família.

Logo, essas condições levam à institucionalização de crianças e adolescentes, havendo também a possibilidade destas serem disponibilizadas à adoção. Assim, as maiores razões objetivas para o abrigamento de crianças e adolescentes são a ausência de trabalho, renda e pouco acesso à educação, saúde, habitação, assistência social e lazer, o que configura a impossibilidade material da família para manter os filhos juntos de si (Fávero, Vitale, & Baptista, 2008; Mariano & Rossetti-Ferreira, 2008). Nesse sentido, segundo Pauli e Rossetti-Ferreira (2009), haja vista a escassez de políticas públicas efetivas que subsidiem as famílias no cuidado dos filhos e previnam a necessidade de afastamento entre eles, resta-lhes apenas a opção de entregar o filho para outro (pessoa ou instituição) cuidar.

Em contrapartida, cabe ao Poder Público disponibilizar políticas básicas de assistência e seguridade que garantam os mínimos sociais e, assim, previnam rupturas,

preservem os vínculos familiares e os resgatem sempre que possível (Nakamura, 2018). A esse respeito, Rossetti-Ferreira *et al.* (2012) sugerem algumas medidas básicas para garantir às famílias de origem boas condições de emprego, saúde, educação, moradia e, conseqüentemente, a diminuição dos índices de abrigamento, tais quais creches e ensino fundamental em tempo integral e de boa qualidade. Logo, quando as políticas e práticas sociais não são efetivas e as tentativas de retorno da criança para a família de origem são exauridas, aquela passa a integrar o rol de crianças e adolescentes disponíveis para adoção.

Portanto, apesar da adoção ter alcançado um lugar expressivo no reconhecimento social dentre as alternativas de realização do desejo de ter um filho hoje em dia, essa prática ainda envolve diversas representações sociais, que vão das mais idealizadas às mais destrutivas (Machado, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2015; Silva, 2010).

Nesse sentido, ainda existe no imaginário social formas de pensar que não se coadunam com essa nova perspectiva da adoção, subsidiada, inclusive, por alterações nas normas legais. Os mitos acerca da adoção dão lugar a receios por parte de quem deseja adotar, assim como à imposição de restrições quanto ao perfil da criança que se deseja adotar, o que dificulta o encontro de interesses entre os adotantes e quem está passível de ser adotado.

Maux e Dutra (2009) apontam que uma visão negativa a respeito da adoção é perpetuada por familiares de quem adota, pessoas conhecidas, terceiros, mas também de pessoas que representam o conhecimento científico, a exemplo de médicos, cuja opinião é de grande estima por parte das pessoas, em geral, e dos pacientes, em particular. Considerando-se que a figura do médico é vista com admiração, as autoras mencionam que ouvir dele opiniões negativas sobre a adoção tem um peso maior e um significado diferente do que se as mesmas palavras fossem ditas por outra pessoa.

As autoras supracitadas discutem tal postura médica a partir da formação acadêmica em medicina, a qual reflete a cultura que, por sua vez, ainda desvaloriza o aspecto psicológico presente nas ações humanas. Nesse sentido, o que não é palpável e objetivo fica à margem das preocupações e interesses sociais.

Ademais, os estereótipos, preconceitos e concepções distorcidas em torno da adoção refletem, entre outras coisas, o ritmo de crescimento das pesquisas sobre adoção. Segundo Weber (2000), o primeiro trabalho acadêmico sobre o assunto data de 1988, que é uma tese de doutorado em Antropologia Social, escrita por Maria Cecília Solheid da Costa, intitulada “Os filhos do coração: Adoção em camadas médias brasileiras”, filiada à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em levantamento feito na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Maux e Dutra (2010) constataram a existência de 37 trabalhos sobre adoção, sendo 18 destes na área de Psicologia. As autoras também identificaram um aumento no ritmo a partir do ano de 2007. Assim, elas pontuam que, embora esteja havendo aumento de publicações sobre a temática, a produção ainda é tímida, quando comparada ao tempo de existência de famílias adotivas no país.

As questões relacionadas à adoção são inúmeras e imensas, muitas delas ainda sem respostas ou com respostas parciais (Weber, 2000). Nesse sentido, Barroso e Machado (2010) salientam a necessidade de aprofundar os estudos quanto aos processos parentais das famílias não tradicionais, dentre as quais se encontram as famílias adotivas, enfatizando a forma como os membros da família interagem. Assim, muitos aspectos em torno da adoção ainda precisam ser compreendidos, especialmente no atual contexto da legislação brasileira (Huber & Siqueira, 2010).

Portanto, a ausência de discussões acadêmicas que levantem reflexões e questionamentos sobre a adoção de crianças e adolescentes pode ter sido um dos aspectos

que contribuíram para a permanência de concepções pouco científicas a respeito da temática (Maux & Dutra, 2010). Desse modo, sugere-se que o tema da adoção seja incluído nas discussões acadêmicas, sendo apresentada como uma das maneiras para se ter filhos, e não como a última solução para casais que tenham esgotado todas as possibilidades médicas de engravidar (Maux & Dutra, 2009).

Além disso, salienta-se a necessidade de pesquisas sobre as variáveis que podem prejudicar ou facilitar a adoção, as ferramentas técnicas para detectá-las, assim como a forma como é possível neutralizar os fatores prejudiciais e potencializar os facilitadores (Liminaña, 2009). Ademais, reitera-se a importância de pesquisas na perspectiva dos adotantes, a fim de esclarecer questionamentos referentes à compreensão dos aspectos psicológicos envolvidos no processo da adoção (Huber & Siqueira, 2010).

Tendo em vista que a adoção é um tema interdisciplinar, envolvendo campos como Psicologia, Assistência Social e Direito, faz-se necessário o engajamento interdisciplinar na pesquisa sobre o assunto. Assim, exige-se uma intersecção de práticas e saberes, envolvendo pesquisadores e a colaboração dos Serviços de Adoção do Judiciário, a fim de aprofundar o conhecimento e intensificar a propagação de concepções mais realistas entre a sociedade, profissionais do Judiciário e do Ministério Público e, especialmente, daqueles que pretendem adotar um filho.

No intuito de promover mudança nas concepções sociais acerca da adoção, Huber e Siqueira (2010) defendem também a realização de um trabalho voltado à conscientização sobre a adoção junto a diversas instituições, como escolas, igrejas, hospitais, empresas, acolhimentos institucionais e Juizados da Infância e Juventude. Com essa finalidade, tais autoras chamam a atenção para o papel da psicologia, que deve estar ativamente inserida na construção de uma nova maneira de considerar a adoção.

Portanto, busca-se, assim, favorecer a desmistificação de concepções negativas, pejorativas e pessimistas, a fim de contribuir na construção de relações afetivas genuínas em famílias adotivas, diminuir a incidência de devoluções de crianças e adolescentes e proporcionar a garantia de um dos princípios fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente: o direito à convivência familiar e comunitária.

A propósito, cabe discutir o termo “devolução”, comumente utilizado nas questões relativas à adoção, uma vez que essa terminologia alude a uma perspectiva que objetifica a criança e o adolescente adotado, pressupondo-se que estes podem ser “devolvidos”, como se objetos fossem. Assim, se por um lado a sociedade vive um momento de construção de um novo paradigma da adoção, por outro, ainda se veem a utilização de termos de cunho depreciativo que denotam uma realidade resistente.

Embora alguns autores defendam não haver relação direta entre o sucesso da adoção e as motivações dos adotantes (e.g., Cecílio, Hueb, & Farinelli, 2018; Weber, 1996), acredita-se ser importante que os pretendentes consigam discriminar claramente o que os mobiliza a adotar uma criança, a fim de estabelecer uma relação saudável com os filhos que vierem a adotar (Levinzon, 2006; Schettini, Amazonas, & Dias, 2006). Sequeira e Stella (2014) defendem que dificuldades no vínculo dos pais com a criança, geralmente, estão relacionadas a conteúdos mal elaborados quanto às motivações para adoção.

Para Alvarenga e Bittencourt (2013), um projeto de adoção revela necessidades específicas de cada sujeito que refletem suas histórias psíquicas e repercutirão na relação a ser estabelecida com a criança. Assim, algumas motivações podem trazer consequências dramáticas para a adoção (Machado, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2015; Schettini, Amazonas, & Dias, 2006; Weber, 1996), dentre as quais, a devolução da criança adotada.

Nessa perspectiva, considera-se que as motivações trazem concepções implícitas que vão incidir sobre as relações familiares e, conseqüentemente, sobre o desenvolvimento dos membros envolvidos. Por isso, destaca-se a relevância de refletir sobre o significado atribuído à decisão de adotar um filho, podendo a ocasião catalisar processos de mudança que se mostrem necessários (Valério & Lyra, 2014).

O interesse pessoal e primordial de satisfazer o desejo de ser pai/mãe impedido pela baixa fertilidade ou esterilidade de um ou ambos os cônjuges, é a motivação mais consciente e recorrente que mobiliza pessoas a se candidatarem para adotar, sendo a adoção, muitas vezes, vista como o último recurso para casais impossibilitados de ter filhos pelas vias biológicas (Bortolatto, Loos, & Delvan, 2016; Machado, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2015; Paulina *et al.*, 2018; Ramírez-Gálvez, 2011; Sequeira & Stella, 2014; Schettini, Amazonas, & Dias, 2006; Weber, 1996).

Ramírez-Gálvez (2011) analisou 25 processos jurídicos de habilitação para adoção e identificou que em apenas um deles a motivação para adoção não estava atrelada à impossibilidade de engravidar. Dentre os 21 casais solicitantes, 10 recorreram a tecnologias reprodutivas conceptivas antes de buscar adotar uma criança. Em tais casos, foram realizados de 3 a 6 procedimentos de reprodução assistida, chegando até ao máximo de sete anos de tentativas.

Todavia, há uma série de outras razões que podem levar alguém a tomar essa decisão. Dentre elas estão: morte de um filho biológico; medo de uma gravidez, inclusive por razões estéticas; desejo de ter filhos, quando a idade não permite mais engravidar; o contato com uma criança que suscita o desejo de cuidar dela; o parentesco com pais biológicos que não podem cuidar da criança; escolher o sexo do próximo filho; o desejo de exercer a maternidade ou paternidade, inclusive quando não há um parceiro (a); filantropia; altruísmo; necessidade de preencher a solidão e, ainda, por achar que a criança

vai resolver seus problemas e suas angústias existenciais; entre outros (Albuquerque, Souza, & Silva, 2019; Araujo & Faro, 2017; Bortolatto, Loos, & Delvan, 2016; Bueno, Vieira, & Crepaldi, 2016; Ebrahim, 2001; Lage, dos Santos, & Nazareth, 2014; Levinzon, 2006; Paulina *et al.*, 2018; Santos *et al.*, 2011; Weber, 1995, 1996).

Na revisão da literatura feita por Alves, Hueb e Scorsolini-Comin (2017), os autores destacam que há casos de adoção que se tornam complicados devido a problemas relacionados aos pais adotivos, como a esterilidade e o sentimento de incapacidade.

Particularmente quando a adoção é decorrente da infertilidade de um dos cônjuges ou de ambos, o casal deve trabalhar angústias inerentes e vivenciar o luto pelo filho biológico que não puderam ter, a fim de evitar possíveis dificuldades na relação com a criança ou o adolescente adotado (Araujo & Faro, 2017; Levinzon, 2006; Morelli, Scorsolini-Comin, & Santeiro, 2015; Schettini, Amazonas, & Dias, 2006; Weber, 1996).

Em muitas situações, vivenciar o luto, renunciar à possibilidade de ter filhos biológicos, amadurecer o projeto de adoção e, finalmente, iniciar o processo parece só fazer sentido após percorrer todos os caminhos possíveis e esgotar todas as opções para se ter um filho biológico, o que implica recorrer ao uso de tecnologias reprodutivas (Ramírez-Gálvez, 2011). Nesse sentido, a referida autora defende que a reprodução assistida assume uma função simbólica de habilitar o sujeito para adotar os “filhos dos outros” (p. 580), indo além de sua função técnica de habilitar a mulher para ter “filhos próprios” (p. 580).

Portanto, haja vista a necessidade de amadurecimento do projeto de adoção consoante ao enfrentamento de questões subjetivas dos adotantes, Levinzon (2006) salienta que não é a infertilidade, em si, que fragiliza os laços de parentesco adotivos, mas, sim, a recusa do sujeito em lidar com a dor decorrente do luto pelo filho biológico. Nessa perspectiva, Machado, Féres-Carneiro e Magalhães (2015) acrescentam que essa

falta de contato com sua realidade emocional, por sua vez, ameaça a solidificação do sentimento de pertencimento e do reconhecimento do seu lugar na vida de cada membro familiar.

Ademais, quando os pais não vivenciam o luto pelo filho que não tiveram, falar da origem do filho adotivo trará à tona questões não resolvidas do casal, o que poderá colocar em dúvida o seu posicionamento frente à criança, o seu papel como pais e a identidade da criança (Lipp, Mello, & Ribeiro, 2012; Schettini, Amazonas, & Dias, 2006).

Em contrapartida, quando o luto da esterilidade é elaborado pelo casal e este aceita a condição de serem pais adotivos, a adoção assume um lugar de naturalidade, de modo que as interações em torno dessa prática também são influenciadas positivamente. Nesse sentido, a adoção não precisa ser ocultada e, posteriormente, revelada à criança, pois essa é a história familiar a que todos os membros têm acesso, sem a necessidade de criar mistérios no seio da família, os quais são decorrentes de preconceitos e concepções negativas da adoção. Logo, a adoção não é um capítulo retirado da história de vida da criança, mas algo assumido e contado naturalmente no decorrer dos dias, conforme a curiosidade da criança e a sua capacidade de compreensão (Lage, dos Santos, & Nazareth, 2014).

A esse respeito, Costa e Rossetti-Ferreira (2007) destacam que os pais devem favorecer momentos de conversa com o filho sobre seu passado, de maneira aberta e não defensiva, proporcionando a formação de narrativas sobre sua história, de modo que a criança não se sinta obrigada a ter que escolher entre os pais biológicos ou os pais adotivos.

Nesse sentido, Sequeira e Stella (2014) apontam que elaborar a impossibilidade de se ter um filho biológico e aceitar a condição de esterilidade pode ajudar a suscitar a

adoção, “no sentido de querer de fato uma criança e tudo que vem junto com ela” (p. 74). Em outras palavras, para ser possível acolher uma criança como filho, é preciso abrir mão do desejo de gerar e dar lugar ao desejo de ser mãe ou pai (Levy, Pinho, & Faria, 2009).

A esse respeito, Schettini, Amazonas e Dias (2006) reportam que a relação filial se organiza a partir da relação parental. Logo, à medida que os pais adotivos se assumem como tal, elaborando as especificidades do processo adotivo, desenvolvendo uma boa relação parental e um ambiente acolhedor para seus filhos, estes se perceberão aceitos e compreendidos nas suas diferenças e idiossincrasias.

Em relação às motivações filantrópicas, altruístas, benevolentes, caritativas, religiosas e assistencialistas, Nakamura (2018) menciona que há muito a literatura tem advertido sobre a inconveniência de tais pretensões. Portanto, deve-se destacar que fundamentar a adoção apenas no altruísmo ou na ideia de fazer o bem não são motivos ideais para esta prática (Alves, Hueb, & Scorsolini-Comin, 2017), uma vez que se passa a esperar do filho gratidão pela “benfeitoria” realizada (Levinzon, 2015).

Embora se advirta sobre a impropriedade de motivações que não visem, em primeiro lugar, o interesse da criança, estudos recentes, a exemplo do estudo de Albuquerque, Souza e Silva (2019) mostram que ainda é recorrente uma perspectiva assistencialista da adoção. Nesse sentido, um discurso que circula socialmente e que, muitas vezes, é reconhecido e aprovado no campo do Direito, ressalta a prática adotiva como um ato de benevolência social destinada a salvar a infância pobre do país (Macêdo, 2014). Portanto, defende-se que a adoção não deve ser vista como a saída para o problema do abandono, a fim de não culminar em práticas de adoção que tirem a criança do seu lugar de sujeito de direitos.

A esse respeito, Nakamura (2018) denuncia que práticas atuais nomeadas de “busca ativa” ou “campanhas de estímulo à adoção tardia”, através das quais se divulgam

imagens de crianças e adolescentes disponíveis à adoção, além de produzir o rebaixamento de tais sujeitos a uma condição de desamparo, invocam dó e comiseração por parte do público ao qual as campanhas se dirigem. Por isso, acaba-se por se elevar adoções fundamentadas no altruísmo, assistencialismo e caridade, o que a política nacional de garantia do direito à convivência familiar e comunitária procura combater.

Ademais, as motivações altruístas interferem negativamente no estabelecimento dos complexos vínculos paterno-filiais, uma vez que a adoção não deve ser vista pela criança como expressão da bondade de seus pais (Levinzon, 2006). Antes, a criança precisa encontrar lugar no seio familiar para expressar sentimentos próprios das relações familiares, como agressividade, rivalidade e competição, uma vez que a adoção envolve um delicado processo psíquico de filiação (Nakamura, 2018), o que não se encontra numa relação baseada apenas em benfeitoria.

A esse respeito, Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2013) salientam que o desejo de ajudar uma criança não é suficiente para a adoção, pois o vínculo de parentalidade e filiação envolve a vivência de emoções, muitas vezes, intensas e ambivalentes. Logo, para que o processo de vinculação ocorra harmoniosamente, é indispensável que os pais desejem um filho, e não apenas ajudar uma criança. A esse respeito, Araujo e Faro (2017) defendem que as dificuldades que surgem no exercício da maternidade e paternidade podem contrariar um projeto adotivo realizado na perspectiva da generosidade, visto que a adoção demanda uma relação afetiva bem consubstanciada entre o adotante e o adotado, sendo, portanto, mais que um ato altruísta.

Portanto, se por um lado, têm-se pessoas que buscam a adoção somente pelo impedimento biológico de exercerem a maternidade e paternidade sem, muitas vezes, considerarem o melhor interesse da criança; por outro, encontram-se pessoas que desejam adotar no intuito de fazer o bem, mas destituídos de um desejo genuíno em serem mães e

pais. Ambas as situações retratam casos de adoções inadequadas, uma vez que não são capazes de agregar o desejo dos pretendentes pela parentalidade à necessidade das crianças.

Assim, numa adoção em que a criança não encontra o lugar de filho na família, sendo tomada meramente como um objeto, os efeitos podem ser nefastos, podendo resultar na devolução da mesma, inclusive anos após a adoção (Levy, Pinho, & Faria, 2009; Macêdo, 2014). Portanto, o lugar reservado à criança no psiquismo parental e na dinâmica dos pretendentes à adoção fornece indícios de como será a interação entre os membros da nova família (Lipp, Mello, & Ribeiro, 2012; Morelli, Scorsolini-Comin, & Santeiro, 2015).

Nesse sentido, a criança já ocupa o psiquismo dos pretensos pais a partir das idealizações em torno dela (Pekny & Granato, 2019). Logo, pode-se dizer que o ambiente interfere na subjetividade do adotado, mesmo antes de sua chegada “concreta” ao novo seio familiar (Morelli, Scorsolini-Comin, & Santeiro, 2015). Fernandes e Santos (2019) mencionam que a construção de vínculos na adoção “é um processo que surge antes da adoção, quando os então pretendentes estão motivados a adotar” (p. 76).

Alves, Hueb e Scorsolini-Comin (2017) mencionam que pais e filhos por adoção podem construir uma relação profunda a partir de um ambiente em que a criança se sinta segura, acolhida e pertencente à família. É justamente a partir das novas relações familiares que a criança irá criar e internalizar os laços de confiança (Gomes, 2006; Machado, Ferreira, & Seron, 2015; Otuka, Scorsolini-Comin, & Santos, 2013; Verceze *et al.*, 2015).

Portanto, admite-se que o desenvolvimento e o êxito das relações dependem de muitos fatores, a exemplo do desejo parental, acolhimento genuíno da criança, vinculação afetiva e existência de rede de apoio, não sendo a motivação um fator determinante,

embora importante de ser analisado. Nesse sentido, o vínculo afetivo construído entre pais-filhos adotivos pode ser predominante na relação, a ponto de neutralizar o suposto efeito de motivações inadequadas, configurando experiências de adoções satisfatórias (Santos *et al.*, 2011; Weber, 1996).

O apoio da família extensa é um dos fatores fundamentais para o sucesso da adoção, uma vez que ela pode oferecer suporte moral, psicológico e material à nova família em formação (Santos *et al.*, 2011). Por isso, quando ausente, o apoio social é sentido pelos pais adotivos (Paulina *et al.*, 2018; Santos *et al.*, 2011), apontando a necessidade de preparar também a família extensa, assim como os pais que aguardam pela adoção de uma criança.

Desta feita, é relevante que os pretendentes à adoção tenham o apoio da família extensa desde o momento em que decidam iniciar o processo de adoção, recebendo o apoio psicológico necessário. Com o início da aproximação e convivência familiar, esse suporte faz-se ainda mais necessário, a fim de contribuir na elaboração de dúvidas e incertezas quanto ao exercício da parentalidade, como também ofertando auxílio material, quando preciso.

O papel da família extensa não se restringe ao apoio aos adotantes, mas caracteriza-se também pela construção de um espaço de acolhimento ao novo membro familiar, contribuindo com sua inserção ao núcleo da família e sentimento de pertença correspondente. Portanto, o sentimento de pertença do sujeito é legitimado pela família extensa à medida que ele é inserido em uma linhagem genealógica (Passos, Cavallari, & Gomes, 2018) e passa a frequentar ambientes sociais habituais da família (Mota, Vargas, & Vasconcelos, 2016).

Sendo assim, o vínculo afetivo na família adotiva é o alicerce para o desenvolvimento da parentalidade e da filiação, assim como para o desenvolvimento da

criança ou adolescente. Destaca-se a relevância das relações familiares, especialmente pelo fato de que a criança necessita validá-las constantemente, tendo em vista as marcas de abandono que ela carrega. Assim, mesmo quando uma criança tiver sido vítima de negligência e abusos extremos no início da vida, a adoção pode reverter comprometimentos no seu desenvolvimento, mediante o novo ambiente familiar (Passos, Cavallari, & Gomes, 2018).

Portanto, devido à plasticidade do desenvolvimento humano, é possível o sujeito que viveu conflitos e, até mesmo, relações violentas, reconstruir ou ressignificar seus vínculos afetivos ao longo da vida, uma vez que os eventos do presente podem ser tão ou mais significativos que os do passado (Rossetti-Ferreira *et al.*, 2012). Assim, a adoção impacta positivamente no desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional das crianças adotadas (Baptista, Soares, & Henriques, 2013), à medida que insere o outro tão fundamental na mediação entre o sujeito e o mundo, por meio de suas interações com a criança, favorecendo determinadas condições e direções para o desenvolvimento da mesma (Rossetti-Ferreira *et al.*, 2012).

Nesse caso, a nova família deve representar um espaço seguro e confiável para a elaboração do trauma emocional e físico, propiciando condições fundamentais para que a criança se desenvolva (Alves, Hueb, & Scorsolini-Comin, 2017; Machado, Ferreira, & Seron, 2015; Otuka, Scorsolini-Comin, & Santos, 2012a, 2012b, 2013; Passos, Cavallari, & Gomes, 2018).

Zornig e Levy (2006) destacam que no seio da nova família há a possibilidade da manutenção de marcadores simbólicos fundamentais para a construção subjetiva do indivíduo, como o olhar e o toque. Logo, tais autoras mencionam que é nas interações ocorridas nesse ambiente favorável que a criança encontra espaço para expressar sua história. Afinal, além do filho, os pais adotam sua história e subjetividade (Machado,

Ferreira, & Seron, 2015). Portanto, em consonância com Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2012b) afirma-se que, quando o ambiente é favorável, as questões biológicas tornam-se secundárias na construção do vínculo e no desenvolvimento infantil.

Portanto, fica evidente que a concretização de uma adoção perpassa por diversos fatores que podem incidir sobre seu êxito ou insucesso. Liminaña (2009) pontua que a parentalidade adotiva abarca circunstâncias que não são habituais em outras famílias, as quais, se não forem enfrentadas adequadamente, podem conduzir ao fracasso da adoção. Logo, é importante que as particularidades do processo adotivo sejam trabalhadas profilática e preventivamente junto aos pretendentes a pais adotivos e crianças disponíveis para adoção, contribuindo para um desenvolvimento mais saudável dos filhos adotados (Schettini, Amazonas, & Dias, 2006).

Tendo em vista as dificuldades vivenciadas na adaptação à adoção e com o objetivo de facilitar esse processo, a Lei 12.010/2009 normatizou a necessidade de preparação gradativa durante a colocação da criança ou do adolescente em família substituta e acompanhamento posterior, realizados por equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude (Art. 28, Brasil, 2009). Além disso, regulamentou que a inscrição de postulantes à adoção seja precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica, também orientado pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude (Art. 50, Brasil, 2009).

Para além da obrigatoriedade da Lei 12.010/2009, destaca-se a importância da preparação dos postulantes à adoção, visando, entre outros aspectos, que as concepções dos pretendentes à adoção sejam mais reais. Portanto, haja vista a inter-relação entre as representações e o comportamento, em outras palavras, das concepções e práticas parentais, salienta-se que, quando há risco de fracasso da relação de parentalidade e

filiação, vislumbra-se a possibilidade da “"devolução" da criança após a relação "não ter dado certo"” (Weber, 2000, p. 4).

A propósito, uma questão teórica que tem intrigado alguns investigadores é a compreensão do que faz certos indivíduos parecerem ser mais adequados na realização efetiva da parentalidade, ao passo que outros têm maiores dificuldades. Em geral, as investigações têm considerado as variáveis ambientais na influência do comportamento parental (Barroso & Machado, 2010). Com isto, não se pretende estabelecer um modelo ideal de pais adotivos; antes, avaliar algumas dinâmicas do funcionamento psíquico que podem indicar que alguns candidatos dificilmente se tornariam “bons pais” (Schettini, Amazonas, & Dias, 2006).

A esse respeito, Liminaña (2009) defende que a preparação das famílias por parte das entidades responsáveis deve perpassar uma avaliação psicossocial que permita selecionar uma família capaz de suprir necessidades da criança, todavia sem adotar posturas demasiadamente rígidas que defendam um modelo ideal de família.

Através do estudo de Pekny e Granato (2019), percebe-se o quanto a perspectiva avaliativa presente no Judiciário está fortemente marcada no imaginário de alguns pretendentes. Os postulantes que participaram do referido estudo foram convidados a dar um desfecho a uma história que lhes fora narrada. Dentre os dez participantes, três deles não completaram a narrativa. As autoras interpretam essa reação como uma “forma de se proteger de um documento que pudesse comprometê-los”, dada a suspeita de estarem sendo novamente avaliados.

As autoras supracitadas defendem que avaliações e questionamentos constantes geram angústia nos pretendentes, deixando-os em estado de alerta e comprometendo a espontaneidade. Além disso, excessivas recomendações para ser um bom pai e uma boa

mãe geram um ideal de perfeição inatingível por pais e filhos que dão lugar à frustração e sentimento de impotência.

Nessa perspectiva, Macêdo (2014) destaca que o trabalho de intervenção no âmbito jurídico deve se distanciar da posição do avaliador que já tem todos os parâmetros pré-estabelecidos sobre aquilo que se faz necessário para que alguém possa vir a ser um bom pai, uma boa mãe. Antes, o profissional deve propor a escuta das demandas e do desejo dos pretendentes à adoção, de modo que a palavra do sujeito ocupe um lugar privilegiado nesta escuta.

Desta feita, o preparo dos candidatos a pais adotivos deve envolver a discussão de aspectos jurídicos, psicossociais, culturais e educativos, além da reflexão acerca dos preconceitos e discriminações que permeiam o imaginário social (Sequeira & Stella, 2014), uma vez que a prática da adoção perpassa a existências de vários protagonistas, cenários e campos de interação, os quais são atravessados pela história e pela cultura (Rossetti-Ferreira *et al.* 2012).

Quanto a isso, Huber e Siqueira (2010) destacam que a preparação para se ter um filho é necessária a pais biológicos ou adotivos, pois a transição para a parentalidade exige refletir sobre os riscos, desejos, medos, motivações e expectativas dos pais. Portanto, durante a preparação para adoção, os postulantes podem trabalhar os temores, sentimentos e emoções que permeiam este universo, a fim de que estes não se tornem um empecilho no futuro relacionamento entre pais e filhos (Otuka, Scorsolini-Comim, & Santos, 2012b; Paulina *et al.*, 2018; Sequeira & Stella, 2014).

Araujo e Faro (2017) salientam que a troca de experiência entre pretendentes e profissionais são instrumentos de mudança, uma vez que possibilita esclarecer dúvidas e diminuir a ansiedade pela espera do filho, tornando o processo de adoção menos inquietante. Ademais, as orientações dadas por profissionais são fundamentais para os

adotantes compreenderem a possibilidade do surgimento de conflitos e, sobretudo, a busca por alternativas para contorná-los.

Cecílio, Hueb e Farinelli (2018) apontam que a experiência dos postulantes em Oficinas Preparatórias para Adoção, ao falar sobre as possíveis dificuldades que poderiam surgir, mostrou-se fundamental para encarar os fatos e começar a se instrumentalizar para o início da convivência. Além disso, o trabalho de preparo com os candidatos à adoção possibilita a flexibilização de suas exigências quanto às características da criança pretendida, assim como a divisão de tarefas mais igualitárias, democráticas e flexíveis entre membros; e a difusão de uma nova cultura de adoção (Cecílio & Scorsolini-Comin, 2018; Sequeira & Stella, 2014; Schettini, Amazonas, & Dias, 2006). Portanto, a preparação para adoção é uma parte do processo que se mostra como fundamental para os pais adotivos e decisiva para o êxito da adoção, uma vez que pode contribuir para diminuir as ansiedades e os medos dos adotantes (Santos et al., 2011; Sequeira & Stella, 2014).

Refletindo sobre a prática profissional, alguns autores como Cecílio, Hueb e Farinelli (2018), Sequeira e Stella (2014) e Liminaña (2009) apresentam procedimentos técnicos que subsidiam a avaliação e preparação de candidatos a pais adotivos. Embora seja preconizado que haja um trabalho de preparação, orientação e acompanhamento para as crianças e os adotantes durante todo o processo de adoção, tais procedimentos não ocorrem efetivamente e, muitas vezes, os pretendentes ficam na fila de espera até a chegada da criança, às vezes por muitos anos, sem nenhum tipo de acompanhamento (Huber & Siqueira, 2010). Por isso, as autoras supracitadas apontam a necessidade de efetivar a legislação e criar espaços de acolhimentos aos sentimentos oriundos do desgastante processo de adoção, a fim de que os adotantes em fila de espera possam manifestar suas opiniões, trocar experiências e ouvir uns aos outros.

Contudo, sublinha-se a sobrecarga de trabalho das equipes interprofissionais dos Juizados, os quais nem sempre são especializados, de modo que os profissionais têm que lidar com todos os assuntos relativos à justiça. Outras vezes, os Juizados contam com poucos profissionais, apenas um ou nenhum (Silva, Cassarino-Perez, Sarriera, & Frizzo, 2017), necessitando do suporte de equipe técnicas de outras Varas, tendo em vista a demanda de funções e atividades que devem ser desenvolvidas. Assim, diante desse quadro, torna-se inexecuível proceder adequadamente à preparação, orientação e acompanhamento dos adotantes e crianças.

Além da preparação jurídica e psicossocial dos candidatos, realizada pelo Judiciário, a participação dos pretendentes em grupos de apoio à adoção também pode contribuir para a alívio da ansiedade e prevenção de dificuldades, tão comuns ao processo de adoção, especialmente durante a fase de espera, possuindo, assim, uma função terapêutica, além da aprendizagem possibilitada por esses grupos (Paulina *et al.*, 2018; Sequeira & Stella, 2014; Shettini, Amazonas, & Dias, 2006).

Huber e Siqueira (2010) propuseram grupos de discussão com casais adotantes que estavam na lista de espera, a fim de conhecer suas percepções acerca da adoção. Nesses encontros, os participantes confirmaram a necessidade de momentos em que pudessem expressar suas dúvidas e angústias, trocar ideias e perceber que não estavam sozinhos nessa trajetória. Apontaram, também, a importância de ajuda após a adoção para enfrentarem situações como a tarefa da revelação, além de que os grupos possibilitam dividir sentimentos negativos e tristeza, vivenciados antes da decisão pela adoção. Nesse sentido, embora os grupos focais tenham objetivado a realização da pesquisa, os encontros possibilitaram trocas, perguntas, respostas, compreensão de uns para com os outros, laços de amizade e apoio entre os participantes.

Dentre as possibilidades de experiências grupais, tem os grupos de estudo e apoio à adoção ou GEADs, como são conhecidos, que são associações cuja finalidade é assistir a famílias adotivas, difundindo uma nova cultura de adoção à medida que desmistifica e trabalha os preconceitos arraigados na cultura popular (Bortolatto, Loos, & Delvan, 2016; Schettini, 2007).

Sequeira e Stella (2014) mencionam que a escuta dos candidatos fora do espaço jurídico confere humanização ao processo, uma vez que eles encontram acolhimento e apoio para enfrentar a espera pela criança e para compartilhar dores da impossibilidade de gerar filhos biológicos.

Assim, compartilhar sentimentos, expectativas, medos e angústias através da vivência grupal com suporte psicológico pode auxiliar os futuros pais a terem maior clareza quanto às reais motivações de suas escolhas e aprofundar questões relacionadas à parentalidade e de âmbito familiar, durante a espera do filho (Paulina *et al.*, 2018).

Nesse seguimento, o objetivo principal nos trabalhos grupais é promover reflexões que previnam conflitos com a criança adotada, oriundos, inclusive, de dificuldades não relacionadas diretamente a ela, mas ligadas aos novos papéis sociais de pai e mãe, que demandam novas formas de funcionamento, desafios e aprendizagens, as quais ocorreriam mesmo se o filho fosse biológico (Sequeira & Stella, 2014).

Assim, as argumentações feitas, a abertura ao diálogo e a reflexão possibilitam mudanças nos candidatos, manifestas através de mudanças de ideias fixas e estereotipadas e da criação de questionamentos. Quando os pretendentes apresentam dificuldades emocionais, estima-se a possibilidade de encaminhamento a processo terapêutico individual para trabalhar determinados conteúdos causadores de maior angústia, uma vez que o grupo funciona como um convite à reflexão, possibilitando apontamentos que

mobilizam o início de um engajamento, mas ele não atinge profundamente as questões presentes em cada candidato (Sequeira & Stella, 2014).

Tendo em vista as vicissitudes da mútua adaptação no processo de adoção, considera-se também a importância de preparar as crianças e adolescentes que estão disponíveis para adoção (Alves, Hueb, & Scorsolini-Comin, 2017). A esse respeito, faz-se necessário trabalhar e elaborar a perspectiva de uma futura adoção, especialmente nos casos em que a criança passou muito tempo institucionalizada, tendo em vista que ali se construíram referências e vínculos afetivos; em virtude disso, caso a adoção ocorra, a criança deve ser desligada gradativamente da instituição (Hueb, 2016). Portanto, as crianças e adolescentes institucionalizados e disponíveis à adoção devem ser orientados, informados e preparados psicologicamente a respeito do processo adotivo, de maneira que esse suporte contribuirá com a adaptação da criança junto à nova família.

Sendo assim, destaca-se a importância de acompanhamento junto às famílias que estão em transição para a parentalidade, como preconizado pela Lei 12.010/2009, mas também no período pós-adoção, oferecendo suporte e recursos adequados às necessidades da família, uma vez que as dificuldades no período de adaptação podem levar à frustração e colocar em risco o processo de vinculação afetiva se não houver um acompanhamento adequado (Bicca & Grzybowski, 2014; Cecílio, Hueb, & Farinelli, 2018; Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Cunha, 2014; Morelli, Scorsolini-Comin, & Santeiro, 2015).

Nesse sentido, Rossetti-Ferreira *et al.* (2012) apontam a necessidade de um programa de acompanhamento familiar pré e pós-adoção nas adoções de crianças maiores e de crianças pequenas, tendo em vista as ambiguidades presentes nesse processo. Ademais, além da família, tais autoras destacam a relevância de propiciar conversas entre outros sujeitos que participam ativamente na promoção de desenvolvimento da criança adotada, tais como professores, vizinhos e membros da comunidade.

Nesse ínterim, faz-se necessária a capacitação dos vários atores envolvidos nas medidas de proteção à infância, a fim de possibilitar o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas, à medida que se atende a seus direitos e aos de suas famílias (Rossetti-Ferreira *et al.*, 2012).

Posto isto, sublinha-se que a prática da adoção envolve uma gama de ações por parte das famílias biológicas, candidatos a pais adotivos e profissionais de diferentes especialidades, cujas atuações refletem concepções quanto às crianças e adolescentes e quanto à prática da adoção.

Por isso, embora esteja percorrendo um caminho de avanços, a adoção ainda pode ser permeada de concepções equivocadas que perpassam essa prática (Machado, Ferreira, & Seron, 2015; Otuka, Scorsolini-Comin, & Santos, 2009; Paulina, Ferreira, Bobato, & Becker, 2018).

Maux e Dutra (2009) mencionam que os esforços feitos no sentido de mudar a forma que a sociedade percebe as famílias por adoção ainda são acontecimentos tímidos que contam, em sua maioria, com a participação apenas de famílias adotivas e profissionais da área, com reduzida participação da população geral.

Por isso, Schettini (2007) afirma que, enquanto prática social, “a adoção ainda é atravessada por crenças, valores e padrões de comportamento historicamente construídos e vigentes” (p. 63), confirmando a necessidade de se intensificar o movimento em busca de uma nova cultura de adoção. Assim, os progressos são consideráveis, mas ainda distantes do ideal.

A esse respeito, Albuquerque, Souza e Silva (2019) destacam a necessidade de ações direcionadas à desconstrução de crenças que ainda se pautam em concepções de meados do século XX, o que se faz possível através de campanhas, exposições e debates a fim de conscientizar a população a respeito das vicissitudes do processo adotivo.

Ademais, salienta-se a importância de tais intervenções psicossociais, tendo em vista que as concepções de pretendentes à adoção sobre a adoção e seus impasses refletem a forma de pensamento da sociedade, influenciando a vida das crianças adotivas, como também dos pais biológicos e adotivos (Huber & Siqueira, 2010).

Nesse sentido, a concepção de família adotiva como sendo uma constituição familiar de segunda categoria, embora não seja prevalente na atualidade (Schettini, Amazonas, & Dias, 2006; Costa & Rossetti-Ferreira, 2007) ainda é remanescente em alguns discursos, muitas vezes permeados de preconceitos e supervalorização do vínculo consanguíneo (Morelli, Scorsolini-Comin, & Santeiro, 2015). Nessa direção, as representações de família presentes no imaginário social geralmente se fundamentam na consanguinidade, de modo que a filiação biológica é considerada a norma, enquanto a adoção é vista como um desvio à normalidade (Schettini, Amazonas, & Dias, 2006).

A propósito, algumas pessoas que buscam a adoção possuem concepções de maternidade, paternidade e família que valorizam o modelo biológico de parentalidade (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007). Assim, buscando reproduzir o modelo biológico de família, alguns pais tentam apagar a vida anterior do filho para construir uma nova, de modo que a história da criança comece a partir do momento da adoção (Huber & Siqueira, 2010; Morelli, Scorsolini-Comin, & Santeiro, 2015; Sampaio, Magalhães, & Féres-Carneiro, 2018; Weber, 2000). Nessa tentativa, alguns pais realizam a adoção em locais distantes, a fim de “libertar-se” o passado da criança através da distância (Schettini, Amazonas, & Dias, 2006). É como se quisessem “zerar” a vida do filho.

Além disso, ao pais podem passar mensagens ambivalentes aos filhos adotivos, os quais, embora demonstrem satisfação na nova família, encontram dificuldade para percebê-la como natural e verdadeira. Nesse contexto, mesmo quando contam à criança sua condição adotiva, os pais afirmam que o filho não tem interesse na sua história

anterior. Em decorrência disso, para não magoar os pais, os filhos afirmam não terem curiosidade ou não quererem saber sobre seu passado e seguem o acordo tácito e velado de não falar sobre o assunto, encobrando a mágoa do abandono e perdendo uma parte de sua identidade (Weber, 2000).

Em contrapartida, a despeito de ser compreensível o desejo de neutralizar o desconforto da diferença diante das comparações sociais, a decisão da adoção deve ser refletida e amadurecida. Desse modo, os candidatos a pais adotivos precisam compreender que o filho terá outro casal como genitores e trará consigo uma história pré-adotiva que faz parte de sua identidade e precisa ser integrada à sua história de vida. Logo, o espaço assumido pela família biológica deve ser de visibilidade para ser integrada à experiência adotiva, e não de fantasma persecutório (Schettini, Amazonas, & Dias, 2006), o que ajudará, inclusive, na construção de vínculo e confiança entre pais e filho (Lage, dos Santos, & Nazareth, 2014).

Levinzon (2006) menciona que à semelhança dos pais biológicos, os adotivos têm a tarefa de acomodar suas expectativas em relação à criança “imaginada” e à criança “real”. Todavia, os pais adotivos se veem diante de fatores peculiares à adoção que podem dificultar essa acomodação, tais quais: a falta de vínculo genético, não acompanhar a criança desde o nascimento, as concepções em relação aos pais biológicos, as diferenças étnicas, entre outros.

Além das concepções que permeiam a constituição das famílias adotivas, os pontos mais discutidos na literatura quando se aborda a questão da adoção dizem respeito ao comportamento social, acadêmico e psicológico da criança adotada, denotando estereótipos negativos que são propagados socialmente, mas que nem sempre se coadunam com as concepções parentais (Fonsêca *et al.*, 2018). Nesse sentido, acredita-se que o comportamento da criança adotada é, necessariamente, marcado por desequilíbrios,

anormalidades, dificuldades e déficits (Ayres, Coutinho, & Sá, 2010; Otuka, Scorsolini-Comin, & Santos, 2009; Pauli & Rossetti-Ferreira, 2009).

Além do mais, estudos indicam que ainda perdura o estereótipo de que as crianças adotadas trazem maus hábitos aos lares adotivos, sejam eles herdados geneticamente, contraídos em suas famílias de origem, ou ainda, oriundos das instituições de acolhimento (Araujo & Faro, 2017; Bortolatto, Loos, & Delvan, 2016; Fonsêca *et al.*, 2018; Lipp, Mello, & Ribeiro, 2012).

A institucionalização é um dos fatores ao qual se atribui as causas do “mal comportamento”, “maus hábitos”, déficits de inteligência e “problemas psicológicos” das crianças adotadas (Albuquerque, Souza, & Silva, 2019). Nesse quesito, crianças e adolescentes abrigados em instituições de acolhimento, muitas vezes, são estigmatizados em virtude de sua condição social e, por isso, vistos da perspectiva de suas carências e dificuldades. Sendo assim, déficits de atenção, dificuldade de aprendizagem, carência afetiva, agressividade, dificuldade de expressão e na formação de novos laços afetivos são atribuídos à institucionalização e à ruptura dos vínculos com a família de origem (Ayres, Coutinho, & Sá, 2010).

Altoé e Silva (2013) apontam que a rotina nas instituições de acolhimento, muitas vezes, não favorece o aprendizado de cuidados essenciais devido a fatores como o número reduzido de funcionários, alta rotatividade, sobrecarga de funções, salários desfavoráveis e falta de especialização, o que leva à fragilização do compromisso voltado ao desenvolvimento da infância e da adolescência.

Em decorrência desses fatores, as instituições de acolhimento, na maioria das vezes, não oferecem um serviço de qualidade, tendo sido identificadas como um espaço de exclusão social. Este cenário, por sua vez, conduz ao não suprimento das necessidades

afetivas e educacionais fundamentais ao desenvolvimento infanto-juvenil (Fonsêca *et al.*, 2018).

Portanto, embora ainda sejam necessários mais estudos para compreender a complexa relação entre o tempo de acolhimento institucional e problemas de comportamento, os estudos comparativos entre o contexto familiar e o institucional mostram que as instituições oferecem às crianças poucas oportunidades de aquisição e prática de novas competências, havendo também pouco ajuste das práticas profissionais às necessidades individuais (Alvarenga & Bittencourt, 2013; Baptista, Soares, & Henriques, 2013), o que pode contribuir com as dificuldades observadas em tais crianças.

Assim, enquanto a maioria dos estudos atêm-se aos pontos e consequências negativos da institucionalização ao desenvolvimento emocional da criança, tal qual apontam Alves, Hueb e Scorsolini-Comin (2017); Alvarenga e Bittencourt (2013) e Hueb (2016) valorizam a institucionalização bem conduzida, a qual tem o potencial de oferecer um espaço para o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes acolhidos, compondo, assim, a rede de apoio social e afetiva destes, quando o ambiente familiar é caótico.

Entretanto, é importante destacar que problemas comportamentais podem ser observados em qualquer criança, independente da condição de ser adotada ou não. Sequeira e Stella (2014) comentam que problemas podem aparecer a qualquer momento, seja com filho adotivo ou biológico, pois a criança real traz consigo características físicas, de personalidade ou emocionais diferentes das imaginadas e desejadas pelos pais. Logo, é impossível ter o filho perfeito.

Essa perspectiva de lidar com as dificuldades tocantes ao comportamento infantil foi evidenciada num estudo realizado por Santos *et al.* (2011) com pais solteiros. Os participantes do estudo encararam as dificuldades relacionadas à aprendizagem, à

imposição de limites ou de comportamento em geral a dificuldades das relações familiares e não como particularidade da família adotiva, além de não fazerem distinção entre filhos adotados e biológicos, mesmo nos casos em que já tinham ou tiveram filhos biológicos após adotar.

Nesse contexto, as concepções parentais possuem um importante papel na modulação do comportamento infantil. Por isso, Pauli e Rossetti-Ferreira (2009) alertam que uma concepção fatalista constrói um caminho para que a dificuldade realmente se concretize. Ademais, conforme Barroso e Machado (2010), vários estudos longitudinais evidenciam o peso significativo das práticas educativas no ajustamento psicológico dos filhos. Portanto, em concordância com Rossetti-Ferreira *et al.* (2012), uma situação de dificuldade deve ser compreendida a partir da análise dos fatores contextuais da situação, indo além da adoção, em vez de atribuir a essa condição o determinismo de todo e qualquer problema apresentado pela criança ou adolescente.

Assim, a concepção de que as crianças mais velhas possuem maiores problemas, ao passo que um bebê pode ser criado do modo que a família deseja, “sem interferência de aprendizados anteriores” (Sampaio, Magalhães, & Féres-Carneiro, 2018, p. 313), muitas vezes, leva à preferência pela adoção de crianças menores de dois anos de idade. Nesse sentido, os pretendentes concebem que crianças maiores possuem valores já engessados, o que torna difícil refazer sua educação. Assim, os candidatos a pais adotivos acreditam que os bebês são mais adaptáveis e fáceis de serem moldados. Além disso, os pais exprimem a expectativa de que o filho, se adotado bebê, se apegará mais facilmente por não ter uma história prévia de eventuais sofrimentos (Albuquerque, Souza, & Silva, 2019; Huber & Siqueira, 2010; Morelli, Scorsolini-Comin, & Santeiro, 2015; Otuka, Scorsolini-Comim, & Santos, 2012b; Schettini, Amazonas, & Dias, 2006).

Em outros casos, alguns adotantes preferem adotar bebês por acreditarem que as crianças que não sabem que são adotivas tendem a apresentar menos problemas emocionais e comportamentais, optando, assim, esconder a história de vida da criança e evitando que haja interesse do adotado em conhecer sua família biológica, o que os pretendentes supõem que comprometeria sua relação com o filho (Albuquerque, Souza, & Silva, 2019; Bortolatto, Loos, & Delvan, 2016; Ebrahim, 2001). Assim, a adoção de bebês parece envolver uma busca por apagar as origens da criança, apresentando uma forte tendência em manter a adoção em segredo (Rossetti-Ferreira *et al.*, 2012).

Nesse quesito, alguns estudos retratam essa realidade, a exemplo do estudo de Howat-Rodrigues, Tokumaru e Amorim (2009), no qual a maioria das adoções (80,6%) aconteceu quando a criança tinha menos de 2 anos de idade. Estudo recente, realizado por Fonsêca *et al.* (2018), mostra que os participantes adotaram crianças, em sua maioria (75%), até dois anos de vida, sendo que 45% destas foram adotadas com cerca de um mês de vida. Outro estudo ainda mais atual que retrata situação semelhante é o de Albuquerque, Souza e Silva (2019), cuja maioria dos participantes optou por realizar uma adoção de uma criança com idade inferior a dois anos, preferencialmente recém-nascida ou com a idade mais aproximada de zero ano.

Em consequência disso, há um receio e rejeição por parte dos pretendentes quanto à adoção tardia, o que reflete, também, os significados compartilhados socialmente pertinentes à suposta dificuldade em desconstruir aspectos da personalidade de tais crianças e adolescentes (Albuquerque, Souza, & Silva, 2019; Araujo & Faro, 2017).

Salienta-se que a modalidade de adoção tardia enquadra uma amplitude quanto à idade da criança, haja vista que a adoção de crianças maiores de dois anos já é considerada tardia, englobando também a adoção de adolescentes. Nesse sentido, deve-se considerar as diferentes etapas do desenvolvimento que são abrangidas nessas faixas etárias, as quais

possuem demandas específicas e, portanto, aspectos distintos a serem considerados na adaptação e convivência familiar.

Em geral, a adaptação na adoção de crianças maiores traz consigo algumas características peculiares que implicam em maiores desafios como, por exemplo, a postura ativa do adotando, que interfere de forma mais intensa na dinâmica familiar. Além disso, o adotante apresenta vivências anteriores que repercutem na sua maneira de pensar, sentir, aprender e viver.

Ademais, é possível identificar comportamentos desafiadores por parte da criança, tais quais comportamentos de indiferença, lentidão na maturação e recusa em aprender, que podem configurar como tentativas de se proteger contra um novo abandono (Bicca & Grzybowski, 2014). A criança pode, ainda, direcionar aos pais adotivos agressões relacionadas aos genitores, sendo necessária, portanto, a constante articulação entre as necessidades e desejos do filho, dos pais e demais membros do grupo familiar, além de fazer testes com a família para saber se será aceita mesmo com suas dificuldades (Gomes, 2006; Otuka, Scorsolini-Comim, & Santos, 2013; Paulina *et al.*, 2011; Santos *et al.*, 2011; Verceze *et al.*, 2015).

Em estudo realizado com pretendentes que aguardam pelo primeiro filho adotivo, Pekny e Granato (2019) identificaram medo de não ser aceito e amado pelo filho, de não aceitar ou amar a criança incondicionalmente, e até de não conseguir comunicar de forma convincente o amor que sente. Essa insegurança quanto ao vínculo a ser construído com o filho repercute em receio sobre a própria capacidade parental, no que diz respeito a: educar a criança estabelecendo limites, resgatá-la do luto pela família de origem, recuperar sua capacidade criativa que pode ter sido tolhida pelas privações sofridas, oferecer-lhe um cuidado compensatório das privações e, ainda, evitar a experiência de uma nova rejeição.

Num estudo que teve como objetivo discutir as justificativas apresentadas por sujeitos que devolveram crianças as quais se encontravam sob sua guarda, Levy, Pinho e Faria (2009) identificaram que em 60% dos casos (n=6), a responsabilidade pela devolução foi atribuída ao comportamento da criança e em 40% (n=4), a queixa apresentada foi referente a problemas no relacionamento com a mesma. As queixas podem ser exemplificadas a partir das seguintes expressões referidas às crianças utilizadas pelos adotantes do estudo: “não aceitava ser contrariada”; “demoníaca”; “o menino era muito levado”; “muito desobediente e hiperativo”. Ademais, as crianças foram descritas como sexualmente precoces, mentirosas, com problemas de comportamento, entre outras características que, em suma, denotavam uma percepção de estranheza por parte dos pais.

As autoras afirmam que em todos os casos (n=10) houve uma dificuldade de formar um laço de filiação, de modo que os adotantes não se implicaram nos acontecimentos, atribuindo unicamente às crianças o motivo de sua decisão. Nesse sentido, pode-se supor que, por não serem os filhos sonhados, os pretensos pais não se disponibilizaram a acolhê-los. Levy, Pinho e Faria (2009) ainda argumentam que nesses casos a criança é “coisificada”, perdendo sua dimensão de sujeito e transformando-se em produto descartável.

Considerando os pretendentes que não passaram por procedimento de habilitação (n=5), a maioria destes (n=4) possuía a guarda da criança e não passou por procedimento de habilitação para adoção. Nesses casos, destaca-se o longo período de convivência na família substituta antes da devolução, que variou de cinco e seis anos. A devolução ocorreu diante da possibilidade de transformar a guarda em adoção. Assim, frente a iminência da legalização que os chamava ao comprometimento de pais e assunção da parentalidade, tais pretendentes recuaram e demonstraram que a criança que vivia sob sua

guarda não havia, de fato, sido integrada em um processo de filiação, ou seja, a disponibilidade inicial para cuidar não se transformara em vínculo afetivo e tais crianças não haviam sido assumidas como filhos (Levy, Pinho, & Faria, 2009).

Se, por um lado, dentre os pretendentes que não passaram por procedimento de habilitação, destaca-se a longa convivência da criança na família antes da devolução, entre os requerentes que passaram pela habilitação (n=5), a devolução está associada, na maioria dos casos (n=3), a uma curta convivência, que foi de dez dias a três meses. Salienta-se, assim, que, embora não seja suficiente para prevenir a devolução de crianças adotadas, a habilitação para adoção, que pressupõe preparação psicossocial e jurídica, é importante para propiciar atitudes mais conscientes, responsáveis e implicadas dos adotantes quanto às relações afetivas estabelecidas ou em construção com as crianças (Levy, Pinho, & Faria, 2009).

Logo, nota-se que o fenômeno da devolução de crianças e adolescentes envolve múltiplos aspectos, estando relacionado, inclusive a concepções segundo as quais a herança biológica e genética é determinante para o comportamento da criança. Ou seja, os pretendentes que assim acreditam, tendem a não se implicar na promoção do desenvolvimento da criança adotada, pois conforme suas concepções, seu destino já está determinado pelos genes herdados de seus genitores. Assim, diante de conflitos decorrentes do comportamento infantil, os pais não enxergam outra resolução a não ser devolver a criança que “inevitavelmente” trará prejuízos para a família.

Portanto, a devolução de crianças deve ser tratada com cautela; muito embora se convenha que, ao levar uma criança para casa sob guarda provisória, o adulto estabelece um compromisso ético com a adoção, ao menos do ponto de vista psicológico; por isso, apela-se à importância de responsabilizar e implicar os envolvidos em casos de devolução (Levy, Pinho, & Faria, 2009).

Portanto, Levy, Pinho e Faria (2009) concluem que todas as situações do seu estudo foram marcadas pela falta de vínculo, dificuldade em lidar com o diferente e suportar frustrações e incapacidade em dar um sentido à agressividade da criança. As autoras sublinham a dificuldade destas famílias em lidar com a destrutividade da criança, comportamento esperado para crianças nas circunstâncias de uma história de abandono/adoção. Assim, os comportamentos infantis foram interpretados apenas como expressão de maldade e não como uma reação compreensível para lidar com o medo de um novo abandono.

Nesse sentido, tais comportamentos são compreensíveis quando a subjetividade da criança é considerada. Assim, alguns autores (e. g., Alvarenga & Bittencourt, 2013; Alves, Hueb, & Scorsolini-Comin, 2017; Hueb, 2016; Machado, Ferreira, & Seron, 2015; Verceze *et al.*, 2015) apontam que, além do luto pela família consanguínea, as crianças maiores passam pela árdua tarefa de reconstruir a concepção de lar que possuíam, tendo que aprender e adequar-se a regras, rotinas e hábitos da nova família. Além disso, é importante que os pais compreendam que, à medida que a criança percebe o seu novo ambiente como confiável, ela sente-se à vontade para expressar seus sentimentos e emoções, o que inclui manifestações de raiva (Alves, Hueb, & Scorsolini-Comin, 2017; Gomes, 2008).

Apesar desses desafios, crianças maiores e adolescentes são capazes de superarem a adaptação inicial e se adaptarem à nova família, entendendo seu funcionamento e valores (Otuka, Scorsolini-Comin, & Santos, 2013). Portanto, deve-se considerar o potencial criativo e a capacidade das crianças em procurar vínculos alternativos que possam lhe oferecer experiências positivas (Zornig & Levy, 2006), de maneira que, após a adaptação, os vínculos se consolidam e a relação entre pais e filho amadurece (Alvarenga & Bittencourt, 2013).

Nesse sentido, estudos (e. g. Bicca & Grzybowski, 2014; Otuka, Scorsolini-Comin, & Santos, 2013) evidenciam a viabilidade e o êxito de adoções tardias, apresentando uma faceta positiva dessa modalidade de adoção. Desse modo, apreende-se que a idade da criança e sua postura mais ativa e autônoma na relação familiar podem ser vistos como aspectos positivos (Bicca & Grzybowski, 2014), uma vez que a criança com mais idade demanda menos tempo e dedicação que os cuidados dispensados a um bebê, além de já ser capaz de expressar suas vontades, interagindo mais ativamente (Fernandes & Santos, 2019).

A esse respeito, Albuquerque, Souza e Silva (2019) acrescentam que a viabilidade da adoção de crianças maiores depende, dentre outros aspectos, do fato da criança desejar ou não a adoção, das ações dos pais adotivos e dos que os cercam, uma vez que, a criança mais velha será mais ativa no processo e poderá aceitar ou não os pais adotivos. Assim, tais autores destacam que é possível adoções tardias serem realizadas com sucesso, desde que os postulantes tenham sido preparados para aceitar possíveis impasses na adaptação da criança e/ou adolescente, sabendo lidar com expectativas, motivação e com as peculiaridades do adotado.

O estudo de Bicca e Grzybowski (2014), realizado com três casais que adotaram crianças entre dois e seis anos de idade, apresentam características dos adotantes e das crianças que contribuíram para o êxito da adaptação inicial e da adoção tardia. Em relação à criança, foi positivo o fato dela ter consciência do rompimento com a família biológica e já saber de sua história de adoção.

Quanto aos adotantes, apareceram como aspectos facilitadores a flexibilidade em relação às particularidades da adoção tardia, o respeito às características das crianças, a capacidade de demonstrar afeto, o posicionamento de naturalidade em relação à adoção, a inserção da criança nas atividades sociais da família e o apoio da família extensa. Assim,

o desejo desses pais de exercer a parentalidade e a flexibilidade dos mesmos para acolher crianças reais com suas histórias e características próprias foi fundamental para a adaptação e sucesso das adoções (Bicca & Grzybowski, 2014).

Outro estudo sobre adoção tardia foi realizado por Fernandes e Santos (2019), os quais identificaram nos discursos de três mães e um pai adotivos os seguintes sentidos sobre a construção de vínculos parento-filiais: necessidade de adaptar a família para a criança que está sendo incluída na relação familiar; integração do passado da criança na dinâmica e na história da família atual, ajudando-a a compreender e ressignificar suas vivências; compreensão de mecanismos de defesa da criança, que buscam evitar um novo abandono; promoção de sentimentos de pertencimento dos pais e dos filhos adotivos e assunção das respectivas funções na dinâmica familiar.

Ainda nesse seguimento, o estudo de Ebrahim (2001) com 27 sujeitos que realizaram adoções tardias e 55 que fizeram adoções convencionais apontou que os adotantes tardios foram considerados mais maduros e estáveis emocionalmente, fatores que influenciam a forma como os indivíduos respondem às necessidades dos outros. Logo, eles demonstraram uma maior preocupação em atender às necessidades do outro.

Assim sendo, Ebrahim (2001) destaca características comuns aos adotantes de crianças maiores, sendo elas: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. Nesse caso, o altruísmo seria definido como comportamentos voltados para atender as necessidades do outro, sem esperar benefícios advindos disso. A maturidade identificada nos participantes relaciona-se ao equilíbrio entre o autoconceito e as mudanças de papel e, por fim, a estabilidade emocional pode ser definida como o enfrentamento das condições insatisfatórias de forma realista, constante e equilibrada, sendo capaz de tolerar frustrações (Bicca & Grzybowski, 2014).

Portanto, em concordância com Albuquerque, Souza e Silva (2019), defende-se a necessidade de intervir junto aos postulantes bem antes da etapa de adaptação familiar, tendo em vista que crenças distorcidas quanto à adoção tardia prejudicam o processo de adoção, assim como o estabelecimento de vínculos afetivos.

Destarte, apreende-se que a adoção de crianças e adolescentes refletem concepções diversas, as quais revelam um debate científico histórico para a psicologia do desenvolvimento: o orgânico *versus* o contextual (Pauli & Rossetti-Ferreira, 2009). A esse respeito, Morelli, Scorsolini-Comin e Santeiro (2015) alegam que é mais cômodo justificar condutas pela genética do que refletir sobre o ambiente.

A despeito de muitos estigmas sociais negativos, o estudo de Fonsêca *et al.* (2018) com vinte pais adotivos mostrou concepções positivas dos mesmos em relação ao desenvolvimento psicossocial e acadêmico de seus filhos. Embora os autores destaquem que as concepções parentais positivas indiquem satisfação dos mesmos em relação ao processo de adoção, eles conjecturam que os pais tendem a superestimar as capacidades de seus filhos, em virtude dos estereótipos negativos que são propagados socialmente.

A esse respeito, o estudo de Maux e Dutra (2009) com mães adotivas aponta que parece haver uma necessidade de provar que seus filhos são iguais a qualquer outra criança, haja vista as concepções sociais acerca da adoção, no tocante ao fato de que ser um filho adotivo parece ser condição mais que suficiente para ser classificado como diferente, problemático e fora do normal.

Nesse sentido, Pereira (2012) aponta que as expectativas parentais podem influenciar a avaliação e percepção que os pais têm do relacionamento e comportamento do filho. Fernandes e Santos (2019) advertem que quando os pais se mantêm abertos à chegada dos filhos, possibilitam que a vinculação seja construída mais livre de idealizações, facilitando a adaptação da criança no novo ambiente familiar.

Nessa perspectiva, a separação da criança de seus genitores pode ter diferentes significados para cada uma, a depender da idade da criança, das condições ambientais e experiências emocionais que ela viveu (Machado, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2015; Pauli & Rossetti-Ferreira, 2009). Assim, a ruptura dos vínculos familiares de origem não constitui uma relação absoluta com problemas comportamentais e déficits cognitivos.

Ou seja, embora o passado possa influenciar o comportamento atual da criança, ele não é determinante de seu futuro. Sua história pode ser resignificada e, assim, o futuro reestruturado a partir de suas novas experiências, destacando-se o papel da família adotiva nesse processo. Logo, os pais adotivos assumem um importante papel na reconstrução da identidade de seus filhos, processo esse marcado por conflitos, contestação e uma possível crise (Schettini, Amazonas, & Dias, 2006).

Portanto, Weber (1996) aponta que uma associação genérica entre adoção e fracasso constitui uma representação social limitada e errônea formada a partir da generalização de casos que apresentaram dificuldades na adoção e de outros que colocam a perda dos pais biológicos como irreparável e determinante de todos os problemas. Esses casos são repassados pela mídia e pelo “boca-a-boca” e contam com a falta de estudos sistemáticos que mostrem resultados contrários a tais representações.

A propósito, as notícias e informações veiculadas pela mídia possuem um forte impacto sobre o imaginário social (Passos, Cavallari, & Gomes, 2018), podendo contribuir com a construção de concepções positivas ou negativas em torno da adoção, assim como servir à função de suporte emocional aos pretendentes (Pekny & Granato, 2019) ou gerar sentimentos ansiogênicos e temores nos mesmos.

Essa conjuntura, portanto, contribui para que a prática da adoção esteja relacionada a preconceitos e estereótipos que propagam a ideia de que crianças adotadas são problemáticas e que levam a crer que a adoção é uma prática desaconselhável

(Fonsêca *et al.*, 2018; Weber, 2011). Além do mais, Fonsêca *et al.* (2018) argumentam que a sustentação de crenças negativas a respeito da adoção é favorecida pela desinformação sobre como são, de fato, as famílias adotivas. Por isso, estes autores apontam para a necessidade de estudos sobre o filho adotivo na perspectiva dos pais, a fim de se compreender melhor acerca da prática da adoção.

Em concordância com Araujo e Faro (2017), destaca-se ainda a importância e necessidade de estudos que busquem conhecer as percepções dos pretendentes acerca da adoção, a fim de zelar pela proteção das crianças e facilitar a experiência dos próprios pais, a partir do delineamento de estratégias de preparação dos mesmos e da sociedade para lidar com este processo.

Logo, admitindo a importância das concepções de candidatos a pais adotivos para o desenvolvimento infantil, o presente estudo tem como objetivo analisar as concepções de candidatos a pais adotivos sobre a adoção e o desenvolvimento infantil, verificando, especificamente, quais os aspectos que os mesmos consideram importantes para promover o desenvolvimento da criança.

METODOLOGIA

Participantes

Participaram desta pesquisa 14 pretendentes à adoção, os quais foram representados pela letra P e um número correspondente. Doze participantes estavam inscritos no Sistema Nacional de Adoção na fase de espera pelo (s) filho (s) adotivo (s) e dois estavam em processo judicial de Habilitação para Adoção. Os participantes foram entrevistados de forma independente, mesmo aqueles cujo cônjuge também participou do estudo (P.1 e P. 2; P. 3 e P. 6; P. 7 e P. 9; P. 13 e P. 14).

Todos os participantes pleiteavam a primeira adoção, sendo que uma participante (P. 5) possuía um filho biológico que, por sua vez, não era filho de seu cônjuge. Uma participante (P. 8) estava gestante e os demais participantes não possuíam filhos, embora essa não seja uma condição para se candidatar a pais adotivos.

Nenhum participante estava em estágio de aproximação ou convivência com alguma criança para fins de adoção, embora dois participantes (P. 13 e P. 14) habilitados para adoção mantivessem contato não formalizado com um grupo de três irmãos abrigados numa instituição de acolhimento, os quais os pretendentes desejavam adotar.

Outras características relacionadas aos participantes serão mais detalhadas na análise dos dados sócio demográficos na sessão dos Resultados.

Instrumentos

Foi utilizado um questionário para caracterização dos participantes, no qual também continham questões sobre o perfil da criança pretendida pelos requerentes (Apêndice A). Além deste, utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturado que contemplava questões sobre a prática e o processo de adoção, assim como sobre o

desenvolvimento infantil (Apêndice B). Ademais, fez-se uso de *smartphone* para gravar os áudios das entrevistas e, assim, resguardar a fidedignidade dos dados.

Procedimentos de coleta de dados

Inicialmente o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba e foi aprovado sob o parecer nº 3.063.094 (CAAE: 00460818.4.0000.5188). Em seguida, a 1ª Vara da Infância e Juventude de João Pessoa foi contatada a fim de solicitar autorização para realizar as entrevistas nas dependências desta instituição; apesar da autorização concedida, encontrou-se dificuldade em dispor de um espaço para tal. Por isso, optou-se por solicitar aos profissionais do Setor de Adoção da 1ª Vara da Infância e Juventude de João Pessoa os contatos dos pretendentes inscritos ou em processo de inscrição no Sistema Nacional de Adoção. Após pedirem autorização aos candidatos para repassar os contatos para a pesquisadora, os profissionais enviaram uma lista de telefones e e-mails.

Através destes, convidou-se os pretendentes à adoção para participar da pesquisa, ressaltando o caráter voluntário da participação e a inexistência de vínculo da presente pesquisa com o trabalho dos profissionais da 1ª Vara da Infância de João Pessoa, de maneira que, caso o candidato não desejasse ou desistisse de participar da pesquisa a qualquer momento, o mesmo não sofreria dano algum quanto à assistência que vinha recebendo na 1ª Vara da Infância e Juventude.

Assim sendo, com cada participante que aceitou o convite, marcou-se um lugar e horário conveniente ao mesmo para realização da entrevista, na maioria dos casos, em suas residências. Na ocasião, reiterou-se o objetivo da pesquisa e apresentou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C), o qual foi assinado pelos

participantes, em conformidade com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), procedendo-se à entrevista.

Além dos contatos disponibilizados pelo Setor de Adoção da Vara da Infância e Juventude, alguns participantes foram recrutados através da técnica de “bola de neve”, em que um participante indicou outro. Com estes, procedeu-se da mesma forma que com os demais a partir do primeiro contato estabelecido.

Procedimentos de análise de dados

Inicialmente foram levantados os dados sociodemográficos dos participantes. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas na íntegra de forma literal e submetidas à análise qualitativa de conteúdo categorial temática. A análise de conteúdo busca extrair as significações explícitas ou ocultas presentes na comunicação, como por exemplo, os mitos, símbolos, valores e concepções presentes na mensagem. Logo, é possível inferir índices invisíveis a partir de referências no texto.

A análise categorial, por sua vez, tem como objetivo primário condensar os dados brutos, fornecendo uma representação simplificada dos mesmos. Logo, consiste em diferenciar os elementos de um conjunto e, posteriormente, agrupá-los com base em algum critério. As categorias, portanto, são classes que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) com características comuns sob um título genérico. Diferentes critérios podem ser usados para definir a categorização; o critério utilizado no presente estudo foi de natureza semântica, de modo que as unidades de registro foram recortadas com base na existência de um significado pertinente a um tema específico e cada categoria reuniu elementos em torno de um mesmo tema. Destarte, foram seguidas as três etapas operacionais: pré-análise, exploração do material e tratamento/interpretação dos resultados, conforme as diretrizes propostas por Bardin (2011).

Logo, procedeu-se à leitura flutuante das transcrições, a qual consiste em conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões iniciais. Em seguida, tendo como eixo condutor o objetivo do estudo, foi feita a decifração estrutural de cada entrevista, desmembrando o texto em unidades de registro dotadas de sentido e extraindo de cada uma individualmente os eixos temáticos que emergiram nas falas de cada respondente. Dessa maneira, do universo de documentos (catorze entrevistas) foi possível delimitar o *corpus* que, então, foi composto pelas unidades de registro escolhidas com base nas regras de exaustividade, não seletividade, representatividade, homogeneidade e pertinência.

Num segundo momento, ao identificar os temas que perpassaram as unidades de registro, estas foram dispostas num quadro de análise temática, codificados e organizados em categorias temáticas (Tabela 11), conforme a similaridade de conteúdo e as diferenças nelas encontradas. Nesse sentido, o processo de categorização foi feito *a posteriori*, uma vez que as categorias temáticas foram definidas após a classificação dos elementos das entrevistas (unidades de registro do *corpus*), com base nos objetivos do estudo e no roteiro de entrevista utilizado (Apêndice B).

Assim, ao identificar a transversalidade temática das respostas, as categorias foram definidas, discutidas e revistas pelo grupo de pesquisa (NEISDI), obedecendo também às regras de exaustividade, não seletividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Em seguida, foi realizado o levantamento das frequências de menção a cada tema que emergiu nas respostas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta parte serão apresentados os dados sociodemográficos dos participantes do estudo e as principais delineações do perfil da (s) criança (s) que desejam adotar. Em seguida, serão apresentados os resultados apreendidos dos relatos dos pretendentes à adoção, destacando falas significativas que representem cada categoria temática: Significados da adoção, Motivações para adoção, Planejamento para a adoção, Expectativas quanto à adoção, Dificuldades e desafios da adoção, Concepções sobre adoção tardia, Fatores que influenciam o desenvolvimento, Aspectos importantes para promover o desenvolvimento infantil, Rede de apoio e fontes de informação. As categorias temáticas serão discutidas concomitantemente à apresentação dos trechos das entrevistas, articulando-as à literatura científica contemporânea sobre o tema da adoção e aos conceitos histórico culturais apresentados nos capítulos teóricos deste estudo.

4.1. Análise do perfil sociodemográfico dos participantes do estudo

O conjunto de participantes foi composto por oito mulheres (57,14%) e seis homens (42,85%). Embora o maior quantitativo tenha sido de mulheres, destaca-se uma porcentagem elevada de homens como participantes do estudo. A partir de uma revisão da literatura que teve como objetivo analisar como as pesquisas realizadas no contexto da adoção abordam as questões de gênero, Ruiz *et al.* (2019) identificaram que apenas dois (11,76%) dos 17 artigos analisados possuíam homens como sujeitos, concluindo que as pesquisas tendem a se basear nos discursos das mulheres para compreender o processo de adoção e de construção da parentalidade das famílias adotivas.

Desse modo, o presente estudo aponta uma direção positiva quanto à participação masculina na construção do conhecimento acerca da parentalidade adotiva e do próprio processo de adoção. Isto, por sua vez, pode ser um indicativo de mudanças que vêm ocorrendo num cenário social mais amplo, tal qual a participação paterna mais ativa no cuidado com os filhos em resposta a novas demandas sociais, como a inserção feminina no mercado de trabalho.

A idade dos participantes variou entre 32 e 50 anos de idade, sendo a média de, aproximadamente, 38 anos. A idade dos candidatos está, muitas vezes, relacionada à postergação dos planos para a chegada de filhos na família. Esse adiamento decorre da priorização de outros aspectos, como a obtenção de graus de escolaridade mais elevados, consolidação de carreira profissional e obtenção de bens materiais, como residência própria e automóveis, pressupondo oferecer melhor qualidade de vida aos pretendidos filhos. Em alguns casos, quando o casal ou o indivíduo finalmente decide ter filhos, se depara com a impossibilidade de gerá-los biologicamente e, então, inicia-se a busca pela adoção, a qual, por sua vez, demanda mais um período de tempo para se efetivar.

Quanto ao estado civil, oito eram casados e cinco possuíam união estável, os quais desejavam adotar juntamente com o(a) cônjuge, destacando-se que todos esses eram heterossexuais. Apenas um participante era solteiro (sexo masculino), o qual desejava realizar uma adoção unilateral. Os participantes se autodeclararam pardos (n=8), brancos (n=4) e negros (n=2). Quanto à religião, seis participantes afirmaram não possuir, cinco declararam ser católicos, dois, espíritas e uma, evangélica.

A renda mensal individual era em média de R\$3428,00, estando acima da renda média brasileira na época em que foram feitas as entrevistas (4º trimestre/2019), a qual calculava R\$2340,00 (IBGE, 2020). A atividade laboral dos participantes foram as seguintes: advogado (n=2), assistente administrativo (n=1), assistente social (n=1),

bancário (n=1), enfermeira (n=1), maquiadora (n=1), professor(a; n=7) e veterinária (n=1), destacando-se que uma das participantes declarou possuir duas profissões (advogada e enfermeira).

A escolaridade variou de ensino superior incompleto até doutorado, como mostra a Tabela 10. Vê-se, então, que a maioria dos participantes (n=13) possui a partir do ensino superior completo, considerando-se um nível instrucional elevado.

TABELA 10

Nível educacional dos participantes.

Nível educacional	Mulheres	Homens	Total
Ensino Superior Incompleto	1	-	1
Ensino Superior Completo	3	3	6
Mestrado	3	2	5
Doutorado	1	1	2
Total de participantes	8	6	14

Salienta-se que os níveis educacional e socioeconômico são fatores que influenciam as concepções parentais acerca do desenvolvimento infantil e suas práticas educativas, como aponta o estudo de Piovanotti (2007). Desta feita, percebeu-se que quanto maior a escolaridade dos pretendentes entrevistados, os mesmos deram respostas mais elaboradas quanto ao desenvolvimento infantil.

Três participantes afirmaram participar de grupo de apoio à adoção, sendo que um deles encontrava-se ausente das reuniões em virtude de compromissos pessoais; os demais (n=11) não participavam dos referidos grupos. Sequeira e Stella (2014) ressaltam a avaliação positiva que os candidatos fazem da vivência no grupo, assim como as mudanças observadas nos mesmos, uma vez que na experiência grupal é possível compartilhar dúvidas, ansiedades, medos e descobertas, configurando, assim, um *setting* propício à modificação de concepções dos candidatos a pais adotivos.

Todos os participantes do estudo encontravam-se na fase anterior à adoção, sendo que uns já estavam habilitados e inseridos no SNA (n=12), mas sem aproximação ou convivência formais com alguma criança para fins de adoção, e outros (n=2) estavam no processo de Habilitação para Adoção. Mesmo o casal que mantinha contato com um grupo de três irmãos e desejava adotá-los não tinha certeza da efetivação da adoção dos mesmos, uma vez que estes não estavam destituídos do poder familiar, condição necessária para a disponibilização dos mesmos à adoção. Além disso, uma vez destituídos, o casal deveria respeitar a ordem da fila de pretendentes para o perfil das crianças desejadas. Logo, destaca-se a expectativa da espera pela chegada da criança, embora essa seja uma vivência subjetiva influenciada, em parte, pela etapa do processo vivenciada por cada participante, uns em processo de Habilitação e outros já com uma posição marcada na fila de adoção.

4.2. Análise do perfil da criança delineado pelos participantes do estudo

Em relação ao perfil das crianças que desejavam adotar, a quantidade de crianças variou entre uma (n=2), até duas (n=10) e três crianças (n=2), indicando, assim, que a maioria dos participantes (n=12) aceita adotar grupos formados por dois ou três irmãos. Esse é um dado positivo, uma vez que potencializa a chance de um determinado requerente adotar, como também aumenta a possibilidade de adoção das crianças inseridas em grupos de irmãos, sem a necessidade de desmembramento.

O rompimento vincular fraternal consistiria numa nova quebra de vínculos afetivos para a criança, que já passara pela ruptura com a família de origem e passaria pela desvinculação com a instituição de acolhimento quando a adoção viesse a acontecer. Dada a importância de preservar os vínculos fraternais, essa é uma premissa respaldada

pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 28, § 4; Art. 92), salvo situações excepcionais que justifiquem tal medida, como a impossibilidade de adoção de um dos membros do grupo.

Embora os candidatos estejam disponíveis a adotar grupos de irmãos, é indispensável verificar a faixa etária das crianças que eles desejam adotar, uma vez que, nesses casos, todos os membros do grupo de irmãos devem estar dentro do intervalo pretendido. A menor faixa etária aceita pelos requerentes (independentemente de aceitar adotar grupos de irmãos) foi de até seis meses de vida (n=1) e a idade máxima foi de 8 anos e 11 meses (n=2), como pode ser visto na Figura 2.

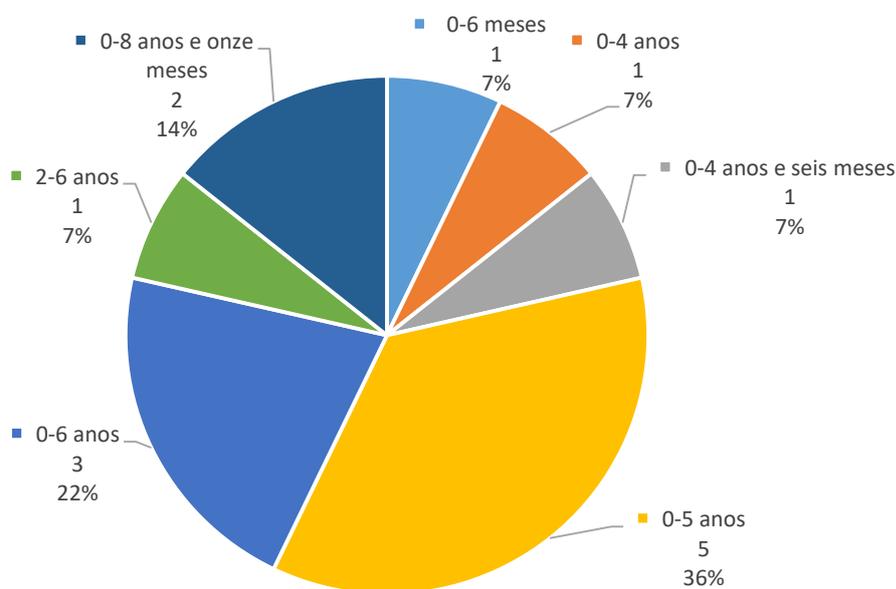


Figura 2. Gráfico pizza referente à faixa etária específica escolhida pelos participantes do estudo.

Embora a idade ainda seja um entrave significativo entre as preferências dos pretendentes e as características das crianças e adolescentes que aguardam serem adotados no Brasil (CNJ, 2013), algumas tendências positivas podem ser observadas nesse cenário.

Treze (92,85%) dos catorze participantes aceitam adotar crianças maiores de dois anos de idade. Nesse sentido, observa-se que 50% (n=7) dos participantes aceitam adotar crianças entre dois e cinco anos de idade, conforme mostra a Figura 3, indicando assim, aumento no limite máximo da idade das crianças por parte da maioria dos pretendentes. Quando comparado aos dados do CNJ (2013), o percentual dos participantes que só aceita adotar menores de cinco anos de idade (57,14%; n=8) ainda é mais favorável que o percentual nacional (92,7%) de candidatos a pais adotivos que desejam adotar uma criança nessa faixa etária (0-5 anos), uma vez que, nesse último, apenas 7,3% estaria disponível a adotar uma criança com mais de cinco anos de idade, ao passo que dentre os participantes deste estudo, 42,86% (n=6) estão disponíveis a adotar uma criança dentro dessa faixa etária (Figura 3).

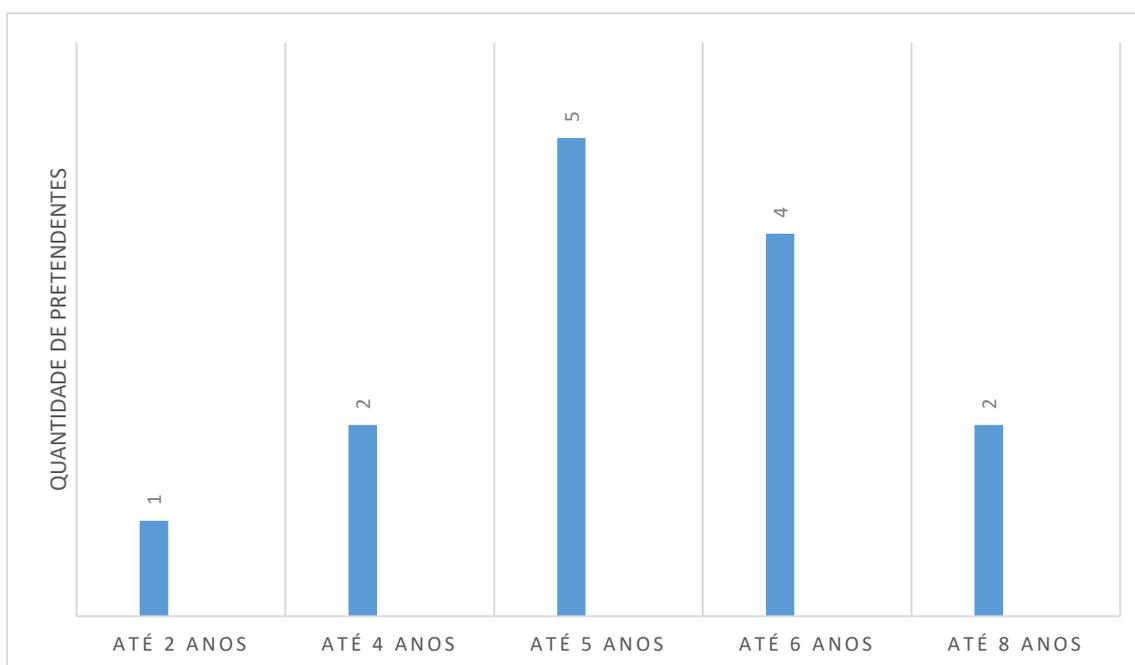


Figura 3. Faixa etária das crianças escolhida pelos participantes do estudo.

Portanto, faz-se propício discutir a definição de adoção tardia convencional atualmente, a qual talvez tenha sido cunhada num momento em que as adoções de bebês eram majoritárias, dada a seletividade dos pretendentes. Mediante um cenário que vem

se modificando, como apontam os dados deste e de outros estudos (e.g., Araujo & Faro, 2017), faz-se oportuno refletir acerca desta concepção, uma vez que os candidatos têm apresentado mais flexibilidade quanto à faixa etária das crianças, embora ainda haja a escolha inicial por bebês e a preferência por estes.

Apesar do desencontro entre a idade das crianças e as preferências dos pretendentes, observa-se a ampliação na faixa etária preferida pelos candidatos a pais adotivos, embora a preferência ainda seja por bebês, à semelhança dos dados de estudos anteriores (e.g., Huber & Siqueira, 2010; Otuka, Csorsolini-Cominet, & Santos, 2012).

Em relação ao sexo da criança, a maioria dos requerentes (n=10; 71,42%) não fez restrições; três postulantes (21,42%) desejavam adotar exclusivamente menina e um participante (7,14%) restringiu ao sexo masculino. Contrastando esses dados com o número de crianças disponíveis à adoção no país, conforme dados do CNJ (2020), percebe-se que a preferência dos pretendentes quanto ao sexo das crianças é inversa à disponibilidade destas, ou seja, uma quantidade maior de candidatos preferem meninas a meninos, ao passo que existem mais crianças do sexo masculino (55,14%) que feminino (44,86%) aptas à adoção no país. Tais dados podem ser melhor visualizados na Figura 4.

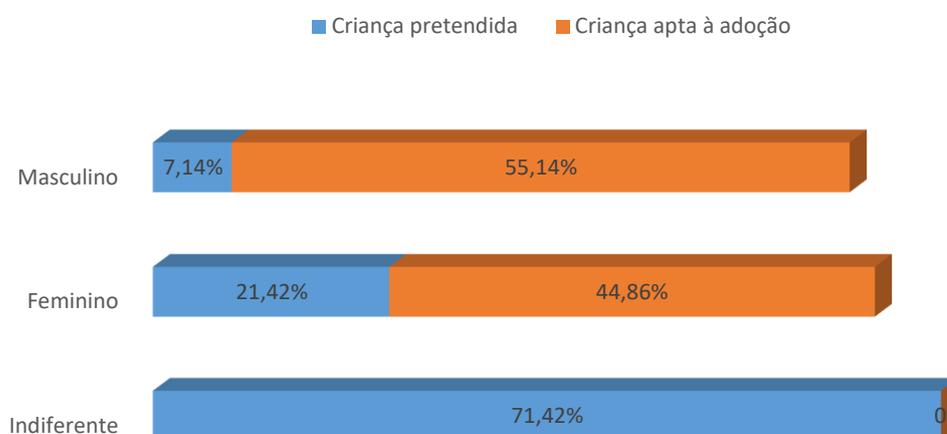


Figura 4. Gráfico de barras referente à preferência dos pretendentes em relação ao sexo da criança e a porcentagem de meninas e meninos aptas à adoção no Brasil.

Por outro lado, salienta-se a tendência positiva da maioria dos pretendentes em não restringir o sexo do adotando, o que aponta para uma postura de enfrentamento aos estereótipos vigentes e superação das próprias concepções, uma vez que predomina socialmente a representação do sexo feminino como mais adaptável e fácil de lidar (Fonsêca *et al.*, 2018).

Apenas uma participante restringiu a cor da criança a ser adotada (branca); enquanto os demais participantes (n=13) afirmaram ser esse um aspecto indiferente. Duas considerações devem ser feitas a partir disso. Primeiro, destaca-se o fato de que ainda há candidatos que possuem restrições rígidas quanto à cor da criança, tal qual uma das participantes deste estudo. Esse é um dado que se assemelha ao encontrado por Araujo e Faro (2017) e Albuquerque, Souza e Silva (2019), os quais apontam que a maioria dos participantes pretendia adotar crianças cuja cor fosse semelhante à sua, os quais eram predominantemente brancos ou pardos.

Por outro lado, o presente estudo apresenta um resultado diferente, uma vez que se percebe a disposição dos participantes em realizarem uma adoção inter-racial. Passos, Cavallari e Gomes (2018) refletem que as famílias adotivas inter-raciais estão sujeitas a situações de duplo preconceito, haja vista que carregam o estigma da cor e o estigma da adoção, ainda arraigados na sociedade. Logo, pressupõe-se que tais candidatos compreendem a peculiaridade da adoção, que consiste em outorgar um lugar de pertencimento familiar à criança a partir da primazia afetiva, do desejo dos pais e do respeito à alteridade, como colocam os autores supracitados, admitindo, portanto, essa como uma possibilidade de constituição de laços familiares legítimos.

Quanto ao estado de saúde da criança, três pretendentes desejam adotar apenas crianças sem doença detectada, ao passo que os demais (n=11) também aceitam adotar crianças com doenças passíveis de tratamento. Segundo Apolinário e Antunes (2015), essa é uma das questões que pode diminuir a chance de adoção, especialmente se a criança ou adolescente for portador de HIV/AIDS, cujas adoções são raras, sobretudo em virtude do preconceito e da desinformação sobre a doença.

Portanto, a partir da análise das características preferidas pelos participantes, conclui-se que o perfil médio desejado pelos candidatos é de até duas crianças de até 5 anos de idade, independente do sexo e da cor e com possibilidade de ter alguma doença passível de tratamento.

Desta feita, aponta-se que tais dados indicam um movimento de construção de uma nova cultura de adoção no país, a qual repercute uma tendência mundial e se fundamenta na valorização dos interesses das crianças e adolescentes sobre os interesses dos adultos. Esse movimento coletivo, por sua vez, reflete a mudança nas concepções dos pretendentes à adoção, ao mesmo tempo em que contribui com um processo contínuo de mudanças a nível individual.

Em outras palavras, pode-se dizer que o desenvolvimento das concepções dos pretendentes à adoção emerge a partir das interações dos mesmos em diferentes contextos de tempo e espaço, à medida em que tais contextos também são por eles modificados, resultando em mudanças de práticas parentais. Portanto, reitera-se uma perspectiva contextualista que valoriza as interações ocorridas entre o sujeito e o contexto de maneira ativa, servindo à construção e manutenção de concepções acerca da adoção e do desenvolvimento infantil.

4.3. Concepções sobre adoção e desenvolvimento infantil

Diante desse cenário, dada a importância de que as mudanças realizadas pelos requerentes reflitam um desejo real dos mesmos, faz-se notório discutir as concepções dos postulantes acerca da adoção e do desenvolvimento infantil. Portanto, os dados das entrevistas serão apresentados e discutidos a partir de dois eixos temáticos: Concepções sobre adoção e Concepções sobre desenvolvimento infantil.

Cada um deles foi dividido em categorias temáticas, que refletem os principais conteúdos das falas dos entrevistados, conforme exposto na Tabela 11. Destaca-se que, embora os participantes tenham sido entrevistados individualmente, deve ser considerada a interinfluência entre as respostas daqueles cujos cônjuges também participaram do estudo (P.1 e P. 2; P. 3 e P. 6; P. 7 e P. 9; P. 13 e P. 14).

Salienta-se que as categorias não são excludentes, ou seja, o mesmo participante pode ter mencionado mais de um aspecto relativo às suas concepções sobre adoção e desenvolvimento das crianças. A partir de uma análise contextual aprofundada, a separação em eixos e categorias tem o objetivo didático, a fim de facilitar a apresentação dos resultados, compreendendo-se, porém, que o discurso dos participantes apresenta elementos indissociáveis que se complementam e se conectam. Desse modo, a soma das frequências de respostas em cada categoria temática pode ser maior que o número total de participantes.

TABELA 11

Eixos e categorias temáticas.

Eixos temáticos	Categorias temáticas
1. Concepções sobre adoção	1.1. Significados da adoção
	1.2. Motivações para adoção
	1.3. Planejamento para a adoção
	1.4. Expectativas quanto à adoção
	1.5. Dificuldades e desafios da adoção
	1.6. Concepções sobre adoção tardia
2. Concepções sobre desenvolvimento infantil	2.1. Fatores que influenciam o desenvolvimento
	2.2. Aspectos importantes para promover o desenvolvimento infantil
	2.3. Rede de apoio e fontes de informação

O primeiro a ser discutido diz respeito aos significados que os participantes atribuíram à adoção. Analisar estes significados é de fundamental importância, a fim de se verificar os mitos e preconceitos sociais acerca dessa prática que os significados pessoais refletem. Valsiner (2012) argumenta que os significados pessoais são uma reconstrução dos significados sociais, uma vez que, se distanciando de seus contextos de vida imediatos, refletindo sobre eles e assumindo a perspectiva de outras pessoas, os sujeitos internalizam ao domínio intrapsicológico a síntese dos materiais semióticos externos, dando origem aos significados pessoais.

Embora, no presente caso, mitos e preconceitos presentes nos significados pessoais dos participantes não influenciem a decisão de adotar, uma vez que os

participantes desse estudo são pretendentes em busca desse projeto, a existência de concepções equivocadas pode repercutir sobre as interações entre pais e filhos.

Assim, os significados pessoais possuem um papel na conduta do sujeito, o que ocorre mediante o processo de externalização. Se, por um lado, a internalização está presente na construção dos significados pessoais, é pelo processo de externalização que o sujeito analisa os materiais subjetivos e externaliza a síntese elaborada, modificando, assim, o ambiente externo (Valério & Lyra, 2014). Desta feita, pode-se dizer que as concepções ou significados pessoais têm o papel de manter ou transformar o meio externo, regulando os processos intra e interpsicológicos, dentre os quais destaca-se as próprias concepções e as interações sociais.

A maioria (n=8) dos postulantes entrevistados não mencionou explicitamente o significado atribuído à adoção, embora o mesmo possa ser apreendido através de outros elementos do discurso. Os demais participantes conceberam respostas em torno das subcategorias: ato de amor (n=6), encantamento por uma criança específica (n=2), oportunidade à criança (n=1) e medida excepcional (n=1), como se vê na Figura 5.

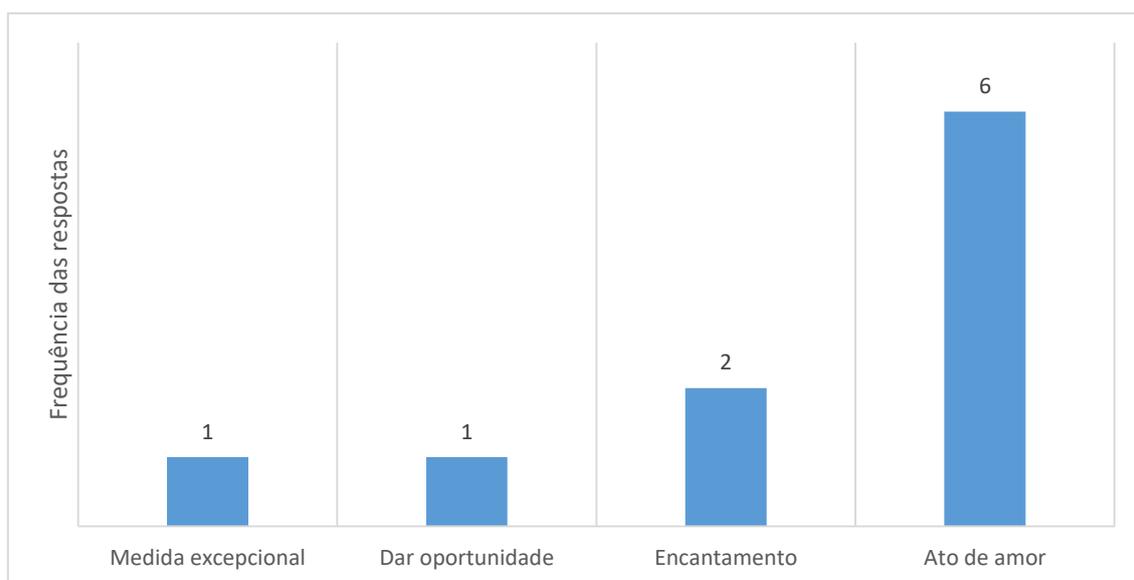


Figura 5. Significados atribuídos à adoção pelos postulantes.

O ECA define a adoção como uma “medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa” (Art. 39, § 1º). Referente a isso, o participante P. 1 significou a adoção a partir desse princípio:

Eu sei que tem essa importância do... que a criança não necessariamente fique com os pais, mas fique algum parente próximo, né? Que eu acho que ‘pra’ criança é importante isso aí, acho que o último caso realmente é adoção ‘pra’ pessoas que não tem nada a ver com a família biológica, né? (P. 1).

Os demais participantes atribuíram à adoção significados carregados de cunho afetivo. Todos os participantes que explicitaram o significado da adoção, relacionaram-na a um “ato de amor”, como apresentam os trechos seguintes: “Eu acho a adoção um ato de amor, acho lindo, é... eu tenho plena convicção de que... é um amor incondicional” (P. 4). “É um processo de amor, né? Porque quando você se dispõe a adotar uma pessoa, é... você tá transpondo seu amor ‘pra’ aquela pessoa” (P. 9). “A adoção, na minha concepção, nada mais é que um ato de... de amor” (P. 14). Uma participante destacou a mutualidade do amor presente na adoção. Segundo ela,

Por um lado você tem é... pessoas [...] desejosas de ser pai, de ser mãe e, por outro lado, tem uma criança, um adolescente que também está ‘desejosos’ de... de... uma família [...]. Então [...] eu acho que adoção [...] é esse gesto de... de amor [...] entre as duas partes, né? (P. 11).

Ao mencionar o amor, uma das participantes assemelhou a filiação adotiva e biológica, uma vez que em ambos os casos o sentimento se fundamenta no desejo de amar e cuidar de outra pessoa.

Eu acho que adoção é a mesma... eu não consigo ver diferença entre adotar e ter um filho, biologicamente falando. Então eu acredito que compõe exatamente a mesma coisa, o desejo de maternidade, de viver essa experiência, de... de amar, de cuidar outra pessoa né? (P. 7)

Outra participante, por sua vez, destacou que na constituição da família adotiva, o amor acontece de maneira repentina, uma vez que não se tem previsibilidade de quando a criança chegará. Desta feita, o processo de construção do amor difere de como ocorre com a chegada de um filho biológico, o qual é esperado num momento sabido pela família e cujo afeto vai sendo elaborado ao longo da gestação.

É amar alguém inesperadamente [...]. Quando você ‘tá’ grávida você vive o processo de gestação, que você vai entendendo que vai chegar alguém; e quando você adota é uma coisa assim... chegou e... pronto [...]. É diferente de ‘tá’ grávida. Então ‘pra’ mim é amar o inesperado e agora, entendeu? (P. 3).

A partir desses relatos, percebe-se a tendência em associar a adoção a um gesto de amor por parte dos pretendentes. Numa análise histórica, pode-se dizer que, inicialmente, a adoção era realizada para atender necessidades dos adultos; posteriormente, a partir de mudanças sociais fundamentadas em novas concepções de infância e família que propunham uma nova cultura de adoção, a ênfase no adulto passou a dar lugar à conscientização quanto à importância do afeto na relação entre adotantes e adotandos.

Todavia, embora a importância do afeto tenha ganhado notoriedade na campanha pró-adoção, ao definir a adoção como um gesto de amor, corre-se o risco de romantizá-la, sem considerar as dificuldades às quais esse processo está passível. Isso, por sua vez, leva os pretendentes a criarem expectativas demasiadamente idealizadas que, ao não serem correspondidas, incorre numa possibilidade de devolução da criança.

Alguns trechos em torno da aproximação e da convivência com a criança mencionados pelos participantes sugerem concepções de que sentimentos surgem naturalmente e imediatamente a partir de um encontro mágico entre pais e filhos adotivos, como se verifica nos relatos a seguir: “Vai aí se encanta com uma criança, mas e aí? Não pode fazer nada, né, porque ainda não ‘tá’ ‘pra’ adoção” (P. 5).

Eu já fiquei logo encantada por eles, né? [...] Não fui eu que escolhi, eles me escolheram, eles escolheram a gente [...] eu não sei te explicar, mas eu falo assim ‘eles são meus filhos’ [...]. Lá tem catorze crianças, mas meu coração e o dele bateu por essas três; aí eu fico pensando assim, essa questão da afinidade e do amor, isso também é uma coisa que... ‘num’ bate em qualquer um, né, com qualquer um (P. 13).

Discorrendo sobre o amor materno, Badinter (1985) argumenta que o sentimento afetivo da mãe para com o filho é adquirido de acordo com a época e os costumes de um determinado grupo cultural. Nesse sentido, defende-se que os laços familiares são construídos a partir das experiências da convivência entre os membros, de maneira que o sentimento parte, primeiramente, do reconhecimento mútuo entre pais e filhos, sendo construindo ao longo de suas interações (Fernandes & Santos, 2019; Huber & Siqueira, 2010). Além do mais, Machin (2016) destaca que a concepção de que a adoção é um encontro místico, predestinado, cujo vínculo é conspirado pelas forças do universo leva à naturalização do mesmo que, por sua vez, não demandaria esforços dos sujeitos para construí-lo.

Pelo contrário, o que faz uma adoção dar certo não é um suposto encantamento que acontece num encontro mágico entre pais e filhos, mas fatores como o desejo parental, acolhimento genuíno da criança, rede de apoio e a obtenção de informações inerentes, especialmente, aos desafios e dificuldades que podem surgir durante o processo de inserção de um novo membro na família legitimado por laços afetivos.

Além de destacar a adoção como um gesto de amor por parte dos pretendentes, um dos participantes também mencionou que a adoção é uma forma de dar oportunidade a uma criança, concepção essa que foi tida como motivação também para outros participantes, como se verá adiante na categoria de análise das motivações para adoção.

Definindo mesmo o processo de adoção, seria [...] gerar oportunidades para crianças que provavelmente tem uma grande probabilidade de... terem comprometimento no desenvolvimento [...]. É tanto uma questão de você doar o

seu sentimento de amor ou de paixão por uma pessoa, mas também gerar oportunidades (P.9).

De fato, a adoção viabiliza a recuperação desenvolvimental da criança em diferentes domínios, como físico, cognitivo e sócio-emocional, em virtude de características da criança e da família adotiva, como a sensibilidade parental e as concepções acerca dos papéis parentais (Baptista, Soares, & Henriques, 2013); logo, mediante a adoção, a criança tem a oportunidade de ter seu desenvolvimento potencializado.

Quanto a isso, Weber (2011) aponta que os pais adotivos devem assumir um profundo compromisso com o filho adotado, aceitando-o mesmo quando ele não se desenvolva da maneira esperada, uma vez que não é possível saber como vai se dar seu desenvolvimento. Aliás, destaca-se que as relações de apoio e afeto entre pais e filhos são um importante fator de proteção para o desenvolvimento infantil (Nardi & Dell’Aglío, 2012).

Assim, destaca-se que o papel da família adotiva envolve propiciar um espaço seguro e confiável para que a criança se desenvolva física, cognitiva, emocional e socialmente (Alves, Hueb, & Scorsolini-Comin, 2017; Baptista, Soares, & Henriques, 2013; Machado, Ferreira, & Seron, 2015; Nardi & Dell’Aglío, 2012; Otuka, Scorsolini-Comin, & Santos, 2012a, 2012b, 2013; Passos, Cavallari, & Gomes, 2018). Isso implica, entre outras coisas, em favorecer condições para que a criança elabore traumas físicos e/ou psicológicos e ressignifique sua história.

A análise da segunda categoria (Motivações para adoção) fornece elementos que enriquecem a compreensão das concepções dos postulantes quanto ao processo de adoção. Alguns autores (e.g., Levinzon, 2006; Schettini, Amazonas, & Dias, 2006; Sequeira & Stella, 2014) pontuam que compreender as motivações dos adotantes auxilia no estabelecimento de uma relação saudável com os filhos.

O desejo de exercer a parentalidade é o fator mobilizador daqueles que buscam ter filhos. Entretanto, algumas têm sua história atravessada pela impossibilidade de exercer a parentalidade pela via biológica, sendo esta a principal razão que os leva a optarem pela adoção, como mostra a Figura 6.

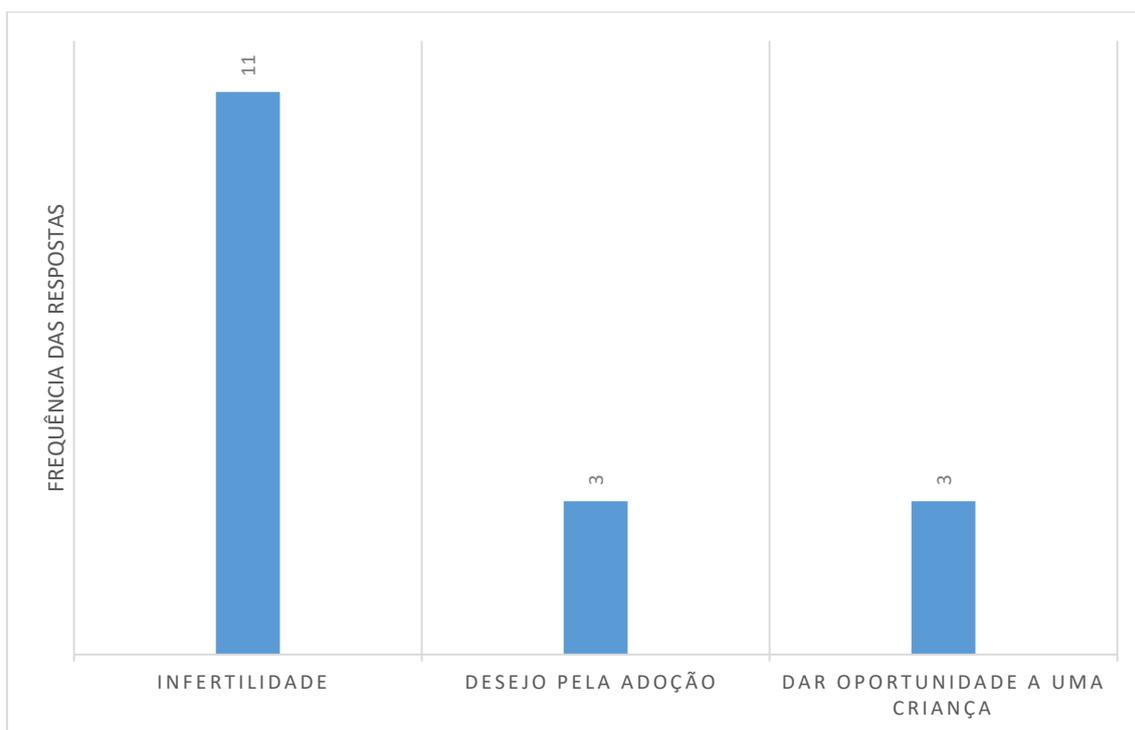


Figura 6. Motivações para adoção dos participantes.

Dentre os participantes deste estudo, onze deles (78,57%) esbarraram na infertilidade de um dos cônjuges ou do casal como impedimento primário para o exercício da parentalidade, como apontam os trechos a seguir retratam essa realidade: “A dificuldade da minha esposa engravidar naturalmente” (P. 1). “Primeiro eu pensava que eu não podia ser mãe e aí no meio desse processo eu engravidei [participante emocionou-se]” (P. 8).

A literatura aponta que, no Brasil, a impossibilidade de ter filhos biológicos é a principal razão que subsidia a decisão pela adoção (Bortolatto, Loos, & Delvan, 2016;

Machado, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2015; Paulina *et al.*, 2018; Sequeira & Stella, 2014; Schettini, Amazonas, & Dias, 2006; Weber, 1996). O estudo de Ramírez-Gálvez (2011) mostra que muitos casais recorrem a tecnologias reprodutivas antes de buscar adotar uma criança, chegando a realizar entre três e seis procedimentos de reprodução assistida, chegando até a sete anos de tentativas.

O presente estudo apresenta dados semelhantes, como se verifica nos relatos de alguns participantes: “A gente ‘tá’ tentando, né, engravidar normalmente, né? Quer dizer, normalmente, não. Já fiz quatro vezes tratamento [...] na verdade o meu já era óvulo doado, nem era meu óvulo, já era uma meio adoção, né?” (P. 2). “Inicialmente eu tentei a... engravidar de forma... natural, né? Então foram muitos anos assim, [...] eu quis tentar de todas as formas [...] eu não desisti de tentar tratamento” (P. 4). “A gente fez algumas tentativas e foi sem sucesso, né? Na verdade, várias tentativas, desde 2009, né, que a gente deu uma tentada e passou o quê? Uns nove anos tentando e não deu certo” (P. 5). “A gente tentou durante um... um tempo, né, da... do nosso relacionamento é... ter filhos pelos meios naturais, né? E [...] não deu certo, a gente fez os tratamentos menos invasivos, né? Só é... tratamento basicamente hormonal” (P. 10).

Somado à experiência da infertilidade biológica, quatro pretendentes (28,57%) relataram experiências de adoção na família que somaram na decisão de se habilitarem a pais adotivos, como relatado pela participante P. 3: “Eu tenho uma irmã adotiva e eu tenho uma doença que atrapalha na fertilidade, então eu so... eu... já veio aquele estalo: ‘eu vou adotar uma criança’”. O participante P. 9 também relatou uma experiência na família como exemplo inspirador para sua decisão de adotar: “Eu tenho exemplos na minha família, pelo lado da minha mãe é... de que eu tenho um primo adotado, né, que a gente considera ele como um irmão; e eu vi que aquele processo foi determinante na vida dele, entende?”. “Nós temos experiência de adoção na família, né? Então, e... e... e experiência

de adoção extremamente exitosa” (P. 11). Por fim, o relato do P. 10 segue na mesma direção:

A gente já tem um histórico de adoção na família, [...] o irmão da minha esposa é... adotou uma criança, aí é muito querido, muito querido, deu super certo a experiência, né? [...] e isso eu acho que ajudou, encorajou mais a gente a... a tomar esse caminho também (P. 10).

Apesar da infertilidade fazer parte da conjuntura que levou tais postulantes a se candidatarem a pais adotivos, o desejo pela adoção *a priori* de tais entraves esteve presente no discurso de quatro participantes dentre aqueles que esbarraram na infertilidade de um dos cônjuges ou do casal: “Eu sempre quis ser mãe por adoção, nem sei explicar o porquê; mesmo antes de casar, eu já pensava em ser mãe por adoção” (P. 7). “Eu sempre tive o desejo de um filho adotivo e de um filho natural” (P. 6). “Ou você sente vontade de adotar ou você não sente [...]. No meu caso [...] vai além do não gerar porque eu já sentia [...] esse desejo de... de adotar” (P. 11).

Eu e a minha esposa a gente já passou por um processo de aborto de seis meses, mas [...] o aborto em si, ele não é o... o fator determinante ‘pra’ essa tomada de decisão porque [...] eu sempre tive vontade também de adotar [...] uma criança (P. 9).

Isso não significa dizer que os demais participantes que apresentam dificuldade para engravidar ou gestar não possuem o desejo genuíno pela adoção, mas que esse desejo, aparentemente, foi sendo constituído *a posteriori* das dificuldades encontradas para o exercício da parentalidade pela via biológica, uma vez que o desejo pela parentalidade perpassa a experiência de todos eles, como apontam alguns registros representativos: “Foi de uma dificuldade de engravidar ‘pra’ uma vontade de ser pai e mãe, né? De ter uma família, daí independente se for biológico ou de coração, a gente quer criar esse vínculo aí, familiar, né?” (P. 2). “Eu não... não me vejo sem ser mãe, seja de... de... qual que se... qual seja a forma” (P. 4). “Há alguns anos atrás a gente decidiu

é... ser, ser pai, né, independente da, da condição de ser... de ser criança... filho biológico, né?” (P. 10).

Dentre o total de participantes, três deles (21,42%) escolheram a adoção como primeira opção para exercer a parentalidade. Um deles, que pleiteia uma adoção monoparental, relatou: “Existem várias formas de constituir uma família e eu entendi que uma das formas é... é através da adoção” (P. 12).

Os outros dois participantes, os quais formam um casal, não relataram situação de infertilidade como impedimento para a parentalidade, de modo que a adoção foi a primeira opção buscada pelo referido casal, embora a filiação biológica também seja cogitada pelos mesmos. Logo, as filiações adotiva e biológica se configuraram como planos paralelos, tal como relataram: “Eu sempre pensei em adotar, [...] desde a minha pré-adolescência [...] e aí [...] num determinado momento da minha vida eu achei que já era a hora de... de partir né?” (P. 13).

Como eu já ‘tava’... falando... uma idade teoricamente mais avançada, eu comecei a pensar na possibilidade de adotar [...] eu a conheci e ela falou que desde nova gostaria de adotar, aí eu falei ‘pô, casou a ideia’. Aí como a gente ainda não tem filhos biológicos, isso foi tomando corpo (P. 14).

A ênfase em dar oportunidade a uma criança também apareceu como motivação de três participantes (21,42%), os quais enfatizaram que o desejo de dar oportunidades a uma criança carente de lar, afeto, educação, dentre outras carências, foi uma das motivações para prosseguir no projeto de adoção: “É tanto uma questão de você doar o seu sentimento de amor ou de paixão por uma pessoa, mas também gerar oportunidades, né?” (P. 9).

A habilitação à adoção, ela foi motivada por duas razões, principalmente. É... eu tenho o desejo de servir de... vamos dizer assim, de ponte ‘pra’ uma... ‘pra’ uma criança que não tem oportunidades... nenhuma, [...]. Não tem quem... quem apoie ela, quem dê uma ajuda [...] ‘pra’ ela, então eu quero ser essa ajuda, e também pela dificuldade de minha esposa de engravidar (P. 6).

Eu acho que é muito importante assim ‘pra’ criança ter alg... um lar e isso me moveu, assim, a continuar nesse processo por... por... ‘pra’... ‘pra’... não só ‘pra’ ajudar, mas ‘pra’ ser uma mãe de uma pessoa que, assim, foi abandonada, teve uma situação difícil. Então... o desejo de educar, principalmente, o coração de... professora né? (P. 8).

Embora a atualidade seja marcada pela iminência de uma nova cultura de adoção caracterizada por avanços legislativos, debates em diversos setores da sociedade, ressignificação de concepções e práticas, os resultados apreendidos a partir dos significados e motivações atribuídos à adoção pelos participantes apontam a percepção da adoção como um nobre gesto de amor em prol de uma “criança carente”, indicando a influência de uma perspectiva assistencialista que persiste no imaginário social e, especificamente entre os postulantes, à semelhança do estudo de Albuquerque, Souza e Silva (2019).

Para isso, faz-se notório destacar a importância de políticas públicas eficientes que ofereçam os subsídios necessários para que as famílias não sejam vítimas da miséria e violência social, principal causa do afastamento de crianças e adolescentes de seus genitores (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Fonseca, 2009; Pauli & Rossetti-Ferreira, 2009; Sequeira & Stella, 2014).

Sublinha-se que a adoção não deve ser uma prática baseada em motivações de benfeitoria ou caridade, uma vez que essa perspectiva leva à tendência dos adotantes esperarem recompensa por parte dos filhos (Levinzon, 2015). De outro modo, a adoção não deve ser vista como a saída para o problema do abandono, a fim de não culminar em práticas de adoção que tirem a criança do seu lugar de sujeito de direitos. Em outras palavras, oferecer condições de vida adequadas às crianças vítimas da miséria social não deve ser uma função dos adotantes, mas sim dos governos.

Longe de ser uma relação filantrópica ou de favor, a adoção envolve um processo complexo de filiação e parentalidade fundamentado no afeto, de modo que a família seja

um espaço onde a criança tenha liberdade para ser ela mesma, o que inclui externalizar sentimentos como agressividade, rivalidade e competição (Araujo & Faro, 2017; Nakamura, 2018; Otuka, Scorsolini-Comin, & Santos, 2013).

Apesar de um cenário que denuncia antigas concepções que permanecem arraigadas, o desejo expresso pelos participantes em exercer a parentalidade adotiva, sobretudo pelos participantes que sobrepõem tal desejo a qualquer impedimento de gerar filhos biológicos, aponta para uma conjuntura em processo de transformação, na qual a família adotiva é vista como uma possibilidade de constituição familiar legítima.

Nesse quesito, destaca-se que a adoção deve partir de um desejo genuíno dos pretendentes em ter filhos através de laços afetivos, e não da necessidade de tê-los, haja vista que o desejo dos pais é o que outorga ao filho um lugar na família (Macêdo, 2014). Logo, é fundamental conciliar o desejo dos pretendentes e a necessidade das crianças de ter pais, a fim de que as relações familiares sejam harmônicas e capazes de superar as dificuldades a serem enfrentadas.

No tocante ao planejamento quanto à adoção, foi possível extrair de suas falas aspectos referentes à preparação para a parentalidade (n=3), para a adoção (n=4) e para a chegada da criança (n=2), como retratado na Figura 7.

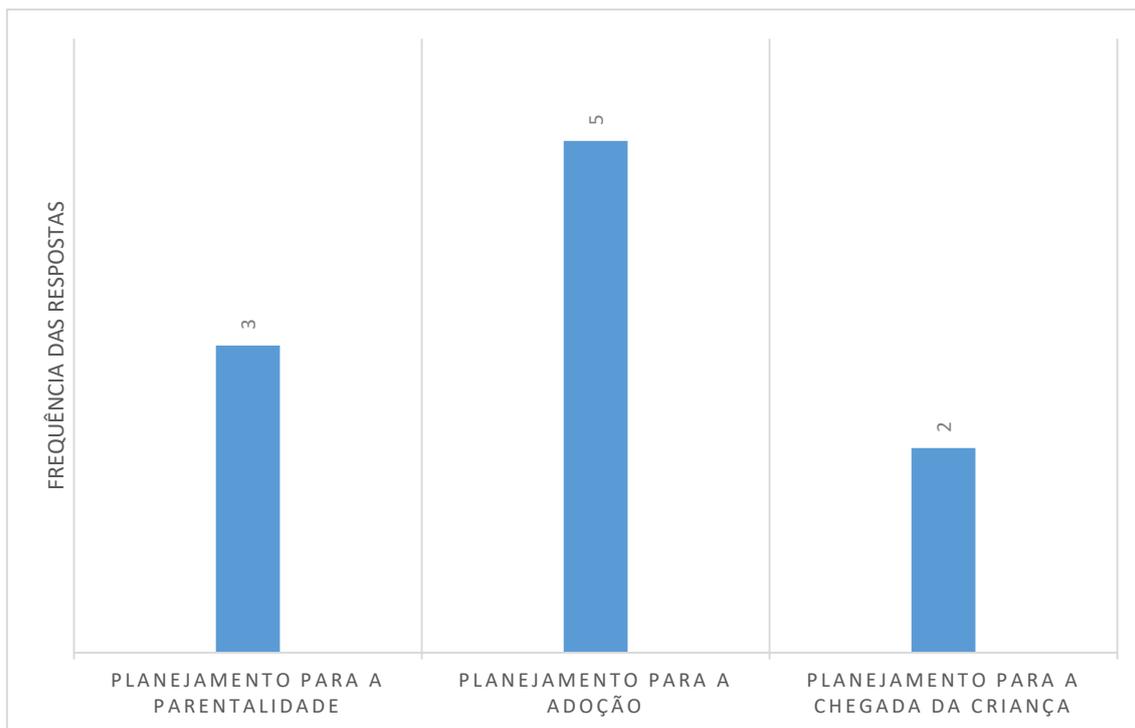


Figura 7. Frequência das respostas quanto ao planejamento dos pretendentes à adoção.

Destaca-se que a parentalidade pode ser compreendida como uma fase do desenvolvimento adulto caracterizada por mudanças psicossociais vivenciadas pelos pais que redundam na adaptação a uma nova fase marcada pelas práticas parentais. No tocante a isso, ao mencionar a preparação para a parentalidade (n=3), os participantes fizeram referência ao adiamento desse projeto por motivos de estudos, trabalho e mudança de residência, como apontam os relatos seguintes: “Eu adiei muito a maternidade por questão de estudo. Fiz meu doutorado, tudinho, aí eu, eu... queria muito ser mãe, mas numa fase que eu tivesse condições de dar... de dar... o sustento mesmo ‘pra’ o lar né?” (P. 8).

Eu até brincava com meu marido no início, quando a gente morava num apartamento bem pequenininho [risos], e eu aperreando ele ‘pra’ gente fazer o cadastro, “ah, daqui um ano vai chegar o bebê, não sei o quê”, ou então “vamos fazer tratamento”, falava, né, ‘pra’ ele. Aí ele: “não, só quando a gente se mudar”, que a gente ‘tava’ com uma casa em reforma [...] hoje a gente tá lá com o quarto quase montado e não tem ninguém (P. 3).

A gente tentou durante um... um tempo, né, da... do nosso relacionamento é... ter filhos pelos meios naturais, né? E... ah, não com... não, não deu certo [...] a gente

parou um pouquinho, né, em função do, do, do trabalho da, da, da companheira, é... a gente deixou de lado essa ideia, mas de um tempo ‘pra’ cá, de um tempo ‘pra’ cá, não, há alguns anos atrás a gente decidiu é... ser, ser pai (P. 10).

A preparação para adoção, por sua vez, demanda reflexão e planejamento, os quais devem estar alinhados ao desejo genuíno dos pretendentes em exercer a parentalidade e suprir a necessidade da criança. Desta feita, sublinha-se a relevância dessa fase anterior no sentido de que, a partir do desejo e da decisão de adotar, os papéis parentais já vão sendo construídos. Logo, destaca-se a importância de refletir acerca da valorização dos aspectos afetivos e jurídicos para a legitimação dos laços parento-filiais, como apontam Machado, Féres-Carneiro e Magalhães (2015).

Desta feita, os participantes que aludiram à preparação para adoção (n=5) fizeram menção à reflexão, pesquisas sobre a adoção, organização da vida e mudança de hábitos a fim de manter comportamentos que sejam exemplo para os filhos, como apontam os relatos seguintes: “A gente começou a pensar já faz... dois anos” (P. 1). “O processo de adoção é uma... é uma tomada de decisão séria, né, que tem que ser pensada, tem que ser bem planejado” (P. 9).

Se a gente tivesse se dado conta que demorava tanto, a gente teria dado entrada já bem antes, mas [...] a gente ficou com aquela coisa: “vamos nos organizar, vamos se organizar, vamos se organizar ‘pra’ depois a gente dar entrada”, né? (P. 11).

Desde a minha graduação, é... na área do Direito, que eu já vinha pesquisando a questão da adoção porque já era uma pretensão minha e ao longo desse tempo de graduação, pós-graduação [...] eu pesquisei bastante, estudei bastante e me preparei até que chegou o momento que eu considerei é... apropriado para entrar realmente com o pedido de adoção [...] porque... normalmente, quem tá num processo de adoção... não tomou uma decisão ontem, [...] eu acho que eu passei uns dez anos planejando isso (P. 12).

A partir do momento que eu entrei ‘pra’ fazer o curso ‘pra’ ser... entrar no cadastro de adoção, eu me programei a [...] ser um bom exemplo [...] ‘pros’ que viessem. Então eu tomei alguma atitude, assim, bem radicais assim, do tipo assim, eu não bebo mais, eu bebia, aí eu parei de beber, assim, [...] aprendi a ser um... mais paciente já que eu vou ‘tá’ com a criança, então [...], vou a psicóloga, então... eu ‘tô’ melhorando é... meus ‘aspecto’ ‘pra’ quando eu recebê-los, eles possam ter um... exemplo (P. 14).

O planejamento para a chegada da criança foi mencionado por duas participantes. Uma delas fez referência à escolha da escola e preparação do quarto: “A gente... já tá... tentando arrumar o quartinho, ainda tem as três caminhas, mas tudo assim... é... porque a gente tem fé de que a gente vai conseguir eles [...] a gente já tá pensando na escolinha deles” (P. 13). A outra, por sua vez, declarou não fazer planos, a fim de evitar a ansiedade pela chegada da criança:

Por mais que durante as entrevistas as pessoas dizem: “ah, se sinta grávida a partir de hoje”, mas não dá porque... é uma gravidez o quê? Psicológica? Não dá ‘pra’ viver isso. E eu acho que essa ideia ela gera muita ansiedade. É melhor... como eu digo ‘pro’ meu marido: “eu não faço planos de ‘ah, amanhã vai chegar uma criança aqui [...], não, vamos viajar, vamos estudar, vamos fazer o que tiver que fazer e, se ligarem, aí a gente revê o que a gente planejou (P. 3).

Salienta-se que a primeira participante estava habilitada há dois anos e quatro meses e almejava a adoção de três crianças que conhecera numa instituição de acolhimento, embora elas ainda não estivessem aptas para serem adotadas. Desta feita, o conteúdo do discurso desses participantes estava intimamente ligado à adoção desse grupo de irmãos. Em contrapartida, a outra pretendente mencionada iniciara o processo de habilitação para adoção há quatro anos e continuava aguardando na fila sem previsão de quando conseguiria efetuar a adoção.

Seguindo uma tendência semelhante a de uma das participantes supracitadas, outros cinco pretendentes entrevistados fizeram alusão a evitação e negação das expectativas relacionadas à adoção: “Não que a gente crie expectativa, né? (P. 1). “A gente já criou tanta expectativa em cima de filho, né, que daí a gente...” (P. 2). “Eu prefiro não gerar muitas [expectativas]” (P. 7). “Não tenho muita... não fico pensando muito não em expectativa, não” (P. 10). “Eu não costumo criar expectativa” (P. 14).

Nesse sentido, comportamentos evitativos de planejamentos e expectativas descritos pelos participantes denotam um mecanismo psicológico para evitar o sofrimento

causado pela ansiedade, uma vez que desejam exercer a parentalidade, mas precisam lidar com circunstâncias sobre as quais não têm controle, como o tempo de espera pela chegada dos filhos.

Apesar disso, em alguns momentos os pretendentes acabam sucumbindo a pensamentos referentes ao projeto adotivo, como retratam as seguintes unidades de análise: “Todos os dias você... você acorda e, em algum momento do dia, você pensa, né? Quando é que vai chegar?” (P. 9). “A gente sempre pensa quando a gente, normalmente... quando a gente tá ‘pra’ deitar, a gente começa a pensar na... nas crianças” (P. 14).

Apesar dos mecanismos psicológicos utilizados pelos postulantes para conter as expectativas, os mesmos fizeram menção a expectativas que nutrem em torno do processo de adoção, adaptação e práticas parentais. Quatro participantes relataram ter as melhores expectativas possíveis: “As expectativas são as melhores possíveis” (P. 7). “As expectativas são as melhores possíveis” (P. 9). “As expectativas, assim, elas são as melhores possíveis” (P. 11). “A minha perspectiva é... das mais “otimista” possível” (P. 12).

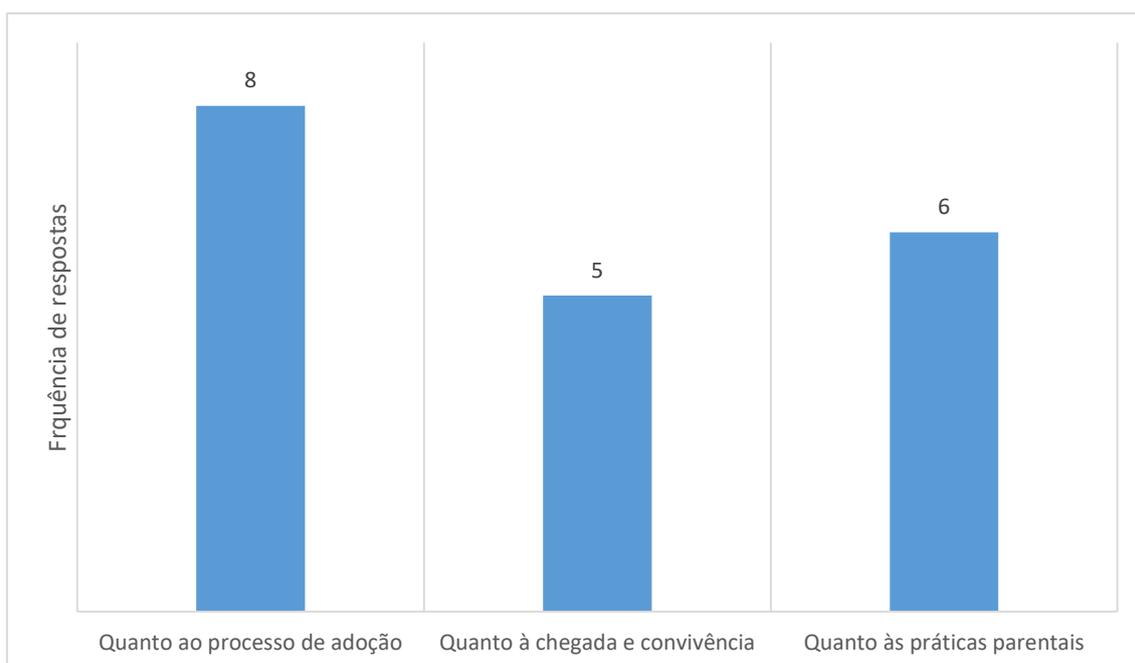


Figura 8. Expectativas apresentadas pelos participantes.

Quanto à concretização do processo de adoção, os pretendentes acreditam que ela demore a acontecer, mas que se realizará; esperam que aconteça o quanto antes ou, no máximo, dentro de um prazo estipulado por eles: “A gente não sabe quando, sabe que vai demorar, não vai ser daqui a um ano, nem daqui a dois [...]. A gente espera aí daqui uns quatro, cinco anos [...] a gente queria o mais rápido possível, né?” (P. 1). “Tem que ser agora, agora, essa época agora, entendeu?” (P. 5). “‘Num’ vejo, assim, como algo que vá vir rápido [...] que vai ser algo fácil de acontecer, não; vai ser demorado, a justiça no Brasil é algo demorado [...]. Eu tenho uma certeza em mim que vai vir” (P. 6). “Não vejo a hora de... de poder ser contemplado, né, e poder colocar em prática tudo que eu penso” (P. 9).

Eu estou... muito otimista que... é... pelos meus cálculos é... em mais um ano, no máximo dois anos, eu esteja realmente com a minha criança, né, ‘pra’ eu poder é... oferecer a essa criança tudo aquilo que eu venho planejando há anos (P. 12).

A minha expectativa é que ‘pra’... 2020 que eles sejam destituídos ‘pra’ que a gente entre com o processo de adoção, é... a minha expectativa é que não tenha nenhum casal na nossa frente que queira três até oito anos [risos], oito anos e pouco (P. 13).

Dois participantes esperam que a criança chegue num momento de mais estabilidade de suas vidas, sendo que um deles mencionou não ter pressa para que a adoção aconteça: “A gente também ‘tá’ sem pressa pela etapa de vida da gente; se for daqui a seis meses, tá bom; se for daqui a um ano, tá bom; se for daqui a dois anos, também tá bom” (P. 10). “Eu ‘tô’ ‘num’... no momento mais turbulento do doutorado, que é o momento de coleta, então... eu gostaria que eu conseguisse terminar esse primeiro momento de coleta ‘pra’ que ele chegasse quando eu tivesse mais calma” (P. 7).

Quanto à chegada da criança e aos eventos decorrentes disso, os pretendentes mencionaram a expectativa de que a aproximação com a criança dê certo e que ela se adapte à família, de conhecê-la e vivenciar os primeiros momentos, de que sua chegada traga mudanças na rotina da família, de que a convivência será um momento feliz e de trocas: “Que a criança se adapte à gente [...]. Que a aproximação seja bem-sucedida” (P. 1). “Quando a minha filha chegar, assim, eu acho que vai ser um momento, é, muito feliz, né? Um momento de muita troca, né, é... de parceria, né?” (P. 11).

Tenho muita convicção que se ele chegasse amanhã, tudo iria fa... iria ter outro sentido, então, as coletas poderiam esperar; se eu coletei cinco dias por semanas, eu poderia coletar dois [...]. Quando ele chegar, independente de como a rotina esteja, assim como seria com o filho biológico, a gente consegue fazer outro arranjo ‘pra’ que tudo se harmonize novamente (P. 7).

Expectativa de [...] saber como é que vai ser, de conhecer [...] o pequeno ou a pequena e... e ter os primeiros contatos e ver o que é que vai d... o que é que vai dar, vai uma pessoinha nova aí que vai demandar bastante atenção, bastante energia nossa, tempo, né? É aquela coisa, né? Vamos ver o que acontece (P. 10).

A respeito do discurso do participante P. 10, destaca-se que este mencionou expectativas mais gerais quando comparadas às expectativas dos demais participantes, cujas expectativas abarcaram aspectos relacionados ao tempo de espera, chegada da criança e às práticas parentais.

Sugere, assim, que a pouca abrangência de suas expectativas se deva, em parte, pela fase que o participante vivenciava na época da entrevista: habilitação para adoção, diferentemente dos demais que vivenciavam a fase de espera. Huber e Siqueira (2010) defendem que a fase de espera é uma fase de transição para a parentalidade na qual os pretensos pais refletem sobre os riscos, seus desejos, medos, motivações e expectativas.

Assim, até aquele momento as etapas vivenciadas pelo participante não lhe instrumentaram a elaborar expectativas mais específicas relacionadas à parentalidade, a

qual diz respeito aquilo que é feito cotidianamente durante as práticas educativas, segundo Tudge e Freitas (2012).

Semelhantemente, a outra participante desse estudo que se encontrava na habilitação para adoção não elaborou a construção de expectativas durante a entrevista, o que pode se justificar por ainda não vivenciar a fase de espera propriamente dita e pelo fato de naquele momento estar vivenciando uma gestação, aspectos esses que podem ter contribuído para o distanciamento psicológico do projeto adotivo, dificultando, assim, a elaboração de expectativas, como a própria participante indicou: “Eu deixei de ‘tá’ com ansiedade por ‘tá’ grávida, aí então eu já fico ‘ah, eu vou ser...’” (P. 8).

Outro aspecto importante a ser mencionado a respeito das expectativas alimentadas pelos postulantes é a responsabilização dada por alguns deles à criança pela adaptação ao novo lar, como retrata o trecho do participante P. 1 citado acima. Todavia, os adultos é quem têm mais recursos psíquicos para assumir esse lugar, e não as crianças (Machado, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2015).

Embora a criança participe ativamente do processo de vinculação e consolidação dos novos laços de parentesco, é o acolhimento ofertado pelos membros da família que vão favorecer o sentimento de pertença da criança e sua inserção na dinâmica familiar (Passos, Cavallari, & Gomes, 2018). Desta feita, Sequeira e Stella (2014) apontam que os pais devem tentar escutar o que a criança está dizendo através de seu comportamento, uma vez que é comum o filho adotivo testar a força do vínculo dos pais.

Além disso, quando é atribuída à criança a responsabilidade pela vinculação entre ela e os pais adotivos, ela também será culpabilizada quando do surgimento de eventuais dificuldades que podem, inclusive, acarretar na sua rejeição e até mesmo devolução. A esse respeito, Levy, Pinho e Faria (2009) identificaram que em dez casos analisados por elas de pessoas que devolveram crianças que se encontravam sob sua guarda, as crianças

foram incluídas como responsáveis pela devolução, seja em virtude de seu comportamento ou problemas no relacionamento com os pais. Em outras palavras, em todos os casos houve dificuldade na formação do laço de filiação, no qual os adotantes não se implicaram.

Por fim, os pretendentes apresentaram expectativas quanto a práticas parentais que desejam desenvolver no exercício de sua parentalidade. Salienta-se que as práticas parentais dizem respeito às atividades dos pais que visam garantir a sobrevivência e o desenvolvimento da criança, socializando-a e tornando-a cada vez mais autônoma (Barroso & Machado, 2010). Tais práticas se relacionam com as concepções dos pais a respeito do desenvolvimento infantil, da autoavaliação de seus papéis e competências e das metas de socialização que estabelecem para os filhos (Nunes, 2018).

Em outras palavras, pode-se dizer que as concepções dos pais constituem a base fundante de suas práticas educativas em relação aos filhos, influenciando a maneira de lidar com fenômenos, eventos e situações específicos relacionados ao papel que desempenham e a comportamentos dirigidos à criança. Assim, as representações e expectativas dos adultos acerca do mundo e da criança podem influenciar o modo como interagem com os filhos, o ambiente que promovem para eles, bem como os recursos que utilizam (Piovanotti, 2007; Sachetti, 2009; Seidl-de-Moura e Ribas, 1998; Tudge & Freitas, 2012).

Assim, quanto às práticas parentais, os participantes esperam dedicar-se à criança da melhor maneira possível, vivenciar responsabilidades, cuidados e rotinas pertinentes aos pais, proporcionar lazer e educação e ver o crescimento dos filhos: “Ser a melhor mãe possível, né?” (P. 4). “Eu quero muito [...] que ele saiba que eu ‘tô’ sempre ali e que eu vou encorajar e que eu vou ajudar e que eu sou o suporte que ele precisa ter” (P. 7). “A gente se pega dialogando sobre a educação, né? Sobre o que a gente gostaria de ensinar,

[...] livros que a gente gostaria de ler ‘pra’ ela, passeios... então assim, a gente tem muitas expectativas boas, né?” (P. 11). “A expectativa de vê-las crescerem, [...] ‘levá-la’ ‘pra’ novos lugares, [...], levar ‘prum’ parque, ‘pra’ brincar, [...] ‘pro’ colégio, buscar, escutar da professora, sentar do lado, fazer exercício e... ensinar, de certa forma, né? De... de educar...” (P. 14).

Eu acho que agora eu ‘tô’ preparada pela minha idade, pela minha experiência, ‘pra’ ser uma mãe maravilhosa [...]. A gente ‘tá’ preparado ‘pra’ ser bom pai, assim, perfeito [...] acho que eu ia conseguir educar direitinho, assim, sem nenhuma falha, eu acredito nisso (P. 5).

A gente vai se dedicar à criança como filho mesmo biológico da gente. Não é um filho, geneticamente falando, meu, mas é um filho que [...] vai ser bem cuidado [...]. A gente vai dar uma boa educação a ele, tratá-lo com respeito, com carinho e... fazer com que ele tenha um... um futuro melhor que talvez ele tivesse se não fosse adotado (P. 6).

Outro conteúdo que emergiu no discurso dos participantes diz respeito às dificuldades e desafios que enfrentaram, enfrentam e esperam ao longo do processo de adoção e convivência com a criança, os quais dizem respeito a preconceitos contra a adoção (n=3), acesso às instituições de acolhimento (n=1), morosidade do processo (n=9), falta de transparência (n=3), adoções ilegais (n=4), lidar com os sentimentos frente à espera (n=10), adaptação da nova constituição familiar (n=6), educação da criança (n=1), e até mesmo à percepção de ausência de desafios vivenciados até aquele momento (n=2). A Figura 9 apresenta tais dados. Assim, os desafios e dificuldades podem ser divididos naqueles referentes ao processo de adoção, à convivência com a criança e à percepção de ausência de dificuldades e desafios.

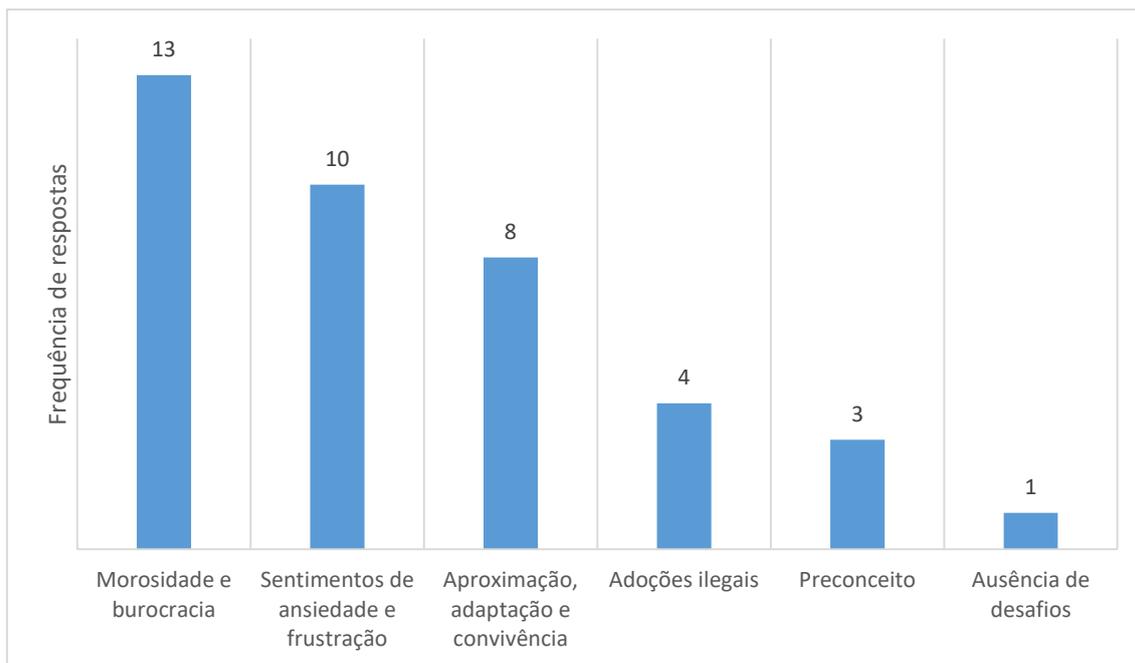


Figura 9. Desafios e dificuldades mencionados pelos participantes.

A dificuldade mais recorrente nas falas dos participantes diz respeito ao processo para que a adoção se concretize, o qual é percebido por eles como moroso e burocrático, como relatado por nove pretendentes: “Essa demora é um desafio [...]. É uma fila demorada, viu? Porque a gente entrou há... há dois anos atrás, ‘tava’ na numeração 159 e agora que tá em 103. Então foram dois anos ‘pra’ chegar aí” (P. 5). “O desafio... eu acho que é a demora” (P. 7). “Uma demora tão grande ‘pra’ chegar o filho [...] isso pra mim é um desafio grande” (P. 8). “Você fica [...] numa lista de espera, que o processo, em si, é um processo longo até chegar na lista” (P. 9). “Um desafio que eu posso colocar assim... é... o tempo de espera” (P. 11).

A gente entregou a [...] primeira documentação [...] no começo do ano, fevereiro... aí tem que esperar uma turma ‘pra’ fazer o curso... então tem toda uma burocracia [...]. Acho que o maior desafio é o tempo né? É... ter a paciência, né? [...] é uma gestação longa e sem prazo (P. 1).

Eu procuro no *Facebook*, tem um grupo lá de adoção, e cada um dá o seu relato: ‘Ah, quando o meu telefone tocou depois de quatro anos’, ‘ah, eu ‘tô’ há doze anos e não consegui’. Então são muitos relatos, ‘pra’ mim, negativos, né? [...] Ficou muito burocrático [...] e a gente acaba que... ‘ah, ‘vamo’ esperar, né? Não é

‘pra’ esperar?’. ‘Ah, todos têm uma espera’, ‘mas quanto a espera, né?’. A gente não tem ideia de quanto tempo espera, né? (P. 2).

O maior desafio é a questão do tempo, né? [...] Agora em janeiro [...] vai fazer dois anos já que a gente ‘tá’ na fila [...]. Eu fui agora no meio do ano ‘pra’ saber a posição da fila, então, assim, andou muito pouco [...] e pelo que o rapaz me falou, [...] eu ainda tenho cinco anos pela frente ‘pra’ esperar (P. 4).

O maior desafio [...] é a [...] morosidade da Justiça. [...] A gente, é... passa esse tempo planejando, [...] o processo de habilitação demora... dois anos, infelizmente, é a realidade, e depois [...] fica aguardando a... a criança que vai atender o teu perfil surgir [...]. Quando eu fui de fato habilitado, [...] a minha colocação na fila era [...] cento e cinquenta e nove (P. 12).

Três candidatas à mãe adotiva também enfatizaram a pressão exercida pela idade para exercerem a maternidade: “Assim, a gente vai ficando mais velho, né? Você fica preocupada, né?” (P. 2). “Eu ‘tô’ com 36 agora, daqui a cinco anos eu vou ‘tá’ com quarenta e... quarenta e um, quarenta e dois, se for realmente cinco anos, ele disse pelo menos cinco anos né?” (P. 4). “A gente teme por conta da nossa idade, entendeu? Não é que a gente ‘tá’ se considerando velho, mas a gente ‘tá’ lá na meia idade, né? Quase na meia idade” (P. 5).

Além da percepção de morosidade e burocracia, três participantes também se queixam da falta de informações e transparência durante o processo de adoção:

A gente [...] fica num quarto escuro, sabe? [...] Você vai lá na Vara [...]: ‘ah, vê aí, entra no site’, ‘você é que número?’ ‘190 da fila’, ‘e quantos adotam por ano?’, ‘ah, não tem esperança... 10, no máximo’. Aí você faz ‘10 vezes 190...’ então são 19 anos, né, que eu vou esperar? Então [...] você não tem informação concreta [...]. Você fica sempre esperando, ‘ai, será [que] um dia chega o dia, né?’ E daí você fica meio no escuro, mesmo, sempre no escuro (P. 2).

Eu acho [...] que deveria ter [...] uma construção [...] de uma estratégia dentro do setor de adoção ‘pra’ de vez em quando alimentar os pretendentes de um *feedback*, entendeu? Que você até [...] se sente mais seguro e mais apoiado, né? Porque tem dia que você... ‘poxa, como é que ‘tá’ a situação, né?’ ‘Como é que... como é que ‘tá’ as filas?’ ‘Como é que ‘tá’ as coisas, né?’ [...]. A gente até que recebeu alguns *feedbacks* e tal, mas *feedbacks* em resposta do processo de inclusão no cadastro [...]. O sistema ele é impessoal, o sistema por si só ele não vai alimentar esse *feedback* né? (P. 9).

O sistema deveria ter mais é... transparência, né? Eu não consigo saber quem são os pretendentes que estão a minha frente, eu não consigo saber os pretendentes que estão depois de mim, né? É... então assim, eu acho que falta transparência, sabe? [...]. Eu acho que isso deveria ser melhorado, sabe? Eu sei que teve uma mudança recentemente no sistema... falaram que a gente poderia, né, é... ver o nosso perfil, ver o perfil de outras crianças, acompanhar de forma melhor, mas não tá funcionando ainda (P. 11).

Por diversas razões muitos pretendentes não são acompanhados por profissionais durante o tempo que permanecem na fila de espera, o que aponta para a necessidade de se criar espaços de acolhimentos para que os postulantes possam manifestar suas opiniões e trocar experiências com outros candidatos (Huber & Siqueira, 2010).

Dentre as razões que levam a essa lacuna no acompanhamento dos candidatos a pais adotivos, destaca-se a sobrecarga de trabalho das equipes interprofissionais dos Juizados, os quais, na maioria das vezes, possuem poucos analistas técnicos ou até mesmo nenhum, como retrata o estudo de Silva *et al.* (2017). Nota-se, portanto, que os prejuízos dessa realidade recaem sobre as famílias em formação, uma vez que os pretendentes não são acompanhados devidamente e acabam por arrastar dificuldades relacionadas a parentalidade na convivência com os filhos.

Por isso, a participação dos postulantes e das famílias adotivas em grupos de apoio à adoção pode contribuir nesse sentido, auxiliando tais famílias a lidarem com os dilemas que venham a surgir em sua trajetória, sendo uma experiência rica para possibilitar aprendizagens, aliviar a ansiedade e prevenir dificuldades (Paulina *et al.*, 2018; Sequeira & Stella, 2014; Shettini, Amazonas, & Dias, 2006).

Somado a esse cenário de demora e carência de informações, quatro participantes fizeram alusão à existência de adoções ilegais que supõem ocorrer enquanto eles seguem os procedimentos legais, mesmo diante da possibilidade de fazer o contrário, como se vê nos seguintes trechos: “Como eu tenho umas colegas que adotaram à brasileira, isso é o que mais me dói, entendeu? Porque eu ‘tô’ na fila” (P. 3). “O desafio é aguardar na... na

lista de espera ‘pra’ adoção e ver que a [...] adoção à brasileira é corriqueira, é comum”

(P. 6).

Infelizmente sempre tem um arrumadinho brasileiro, né? [...]. ‘Ah, tem uma moça que quer doar, [...] você não quer pegar?, Eu falei: ‘não, eu não quero pegar ninguém, eu quero fazer de forma legal’. [...] Não quero daqui a dois anos ter que devolver uma criança [...]. No Brasil é sempre assim, né? ‘Não, mas é porque eu sou amiga do juiz, eu vou conseguir de outro jeito’, aí por isso que as coisas não andam corretamente, né? [...] A gente fez todo o caminho, documento, isso, volta aqui, ‘não, dessa vez você não pode vir, só da próxima’, aí volta, faltou isso, faltou o teste psiquiátrico... (P. 2).

Enquanto eu ‘tô’ na fila, [...] fiz tudo direitinho, [...] tem pessoas dando crianças pra algumas pessoas e essas pessoas ficam com as crianças e depois procuram a Justiça e conseguem legalizar o processo, né? [...] Eu acho que... não é justo, né? (P. 11).

Esses dados corroboram o estudo de Pekny e Granato (2019), cujos participantes denunciam casos de adoção ilegal ocorrida num hospital e manifestam revolta diante de tal situação, dada a sensação de injustiça por esperarem um longo tempo enquanto outras pessoas adotam de forma ilegal. Semelhantemente aos dados apresentados por Pekny e Granato (2019), duas participantes confessam terem recebido propostas para realizar adoções ilegais, mas não o fizeram, principalmente, pelo medo de que a criança fosse tirada da família:

Conheço muita gente aqui pelo interior... ‘ah, tem uma moça que quer doar, não sei o quê, você não quer pegar?’. Eu falei: ‘não, eu não quero pegar ninguém, eu quero fazer de forma legal’. ‘Não, mas dá ‘pra’ gente arrumar, não sei o quê’. ‘Não, não quero. Não quero daqui a dois anos ter que devolver uma criança, assim, entendeu?’ (P. 2).

Pessoas que falam: “menina, pare de ser mole”, entendeu? Me dando dicas de como fazer ‘pra’ burlar a lei, não sei o quê, não sei o quê, mas eu, assim... não, eu vou esperar e se não tiver de ser, eu vou aceitar, mas... eu não consigo burlar a lei, entendeu? Porque eu fico só pensando em você [...], de repente vão lá e tomam de você e outra: eu acho que eu não ia conseguir dormir pensando que eu tirei a vez de alguém que, cara, eu sei o que é estar na fila [...] eu não tenho coragem (P. 3).

Para os postulantes, essas adoções ilegais acontecem devido à falta de fiscalização que, somada à carência de assistências às mães que desejam entregar seus filhos para a adoção e à burocratização dos trâmites legais necessários para que a criança possa ser incluída no cadastro de adoção, acaba diminuindo o ritmo de andamento da fila de adoção.

Ah, só a demora mesmo, né? Assim... mas a demora ‘pro’ meu lado... só que eu acho que também todo o projeto que tem da Vara de fazer com que a criança não deixe o âmbito familiar dela, né, biológico... e tem todo o projeto deles de reaproximação da família, eu acho que isso é o que... isso é interessante, mas... pensando no nosso lado... (P. 1).

Você olha no farol uma moça com seis filhos, né? Com certeza ela já deve ter tentado até, de repente, dar ‘pra’ adoção, mas eu acho tão burocrático a maneira que eles encaram: ‘ah, você pode doar de livre e espontânea vontade’, aí a pessoa vai lá, ‘oh, não dá, não tenho condições’, ‘não, não é assim’, ‘então vamos ver como vai fazer’, ‘vamos... fica mais seis meses com a criança’, a pessoa não quer mais, entendeu? Então, acho que toda essa burocracia [...] faz com que essa fila ande cada vez menos e mais devagar, entendeu? (P. 2).

Por mais que eles tentem ficar de... monitorando isso, mas não controla [...] a gente que tem gente que trabalha lá [...] sabe que... que as coisas se desviam, entendeu? [...] Eu vejo que existe essa grande preocupação de ter esse controle maior, mas eu não vejo [...] um plano executável nas maternidades, por exemplo, entendeu? [...]. Não tem aquela equipe, eu não digo ‘pra’ tirar a criança, mas ‘pra’ realmente acolher, dar aquele suporte, esgotar as possibilidades, ‘pra’... se não tem jeito, encaminhar ‘pra’ Vara. Não tem, não funciona, nos hospitais não têm profissional ‘pra’ isso (P. 3).

‘Num’ vejo, assim, dos órgãos públicos [...] uma fiscalização nas maternidades, tal. Aí a gente vê pessoas que a mulher não ‘tava’ grávida e registra um filho, entendeu? Então o registro de uma criança deveria ser algo [...] mais fiscalizado, não chegar lá, declarar que é filho, tal e pronto [...]. Se parar ‘pra’ refletir, ‘pra’ pensar, ‘pra’ analisar como é feito o processo, você vai encontrar as brechas que as pessoas estão usando ‘pra’ fazer adoção à brasileira, entendeu? (P. 6).

Elas ainda não estão destituídas da família, apesar de... toda uma questão traumática que eles passaram né? [...] É um histórico muito grave, né, de agressão, de abandono, de negligência [...]. Os processos ‘tão’ lá parados, essas crianças estão lá no abrigo, é... há dois anos e pouco já, enquanto que a lei diz que elas têm que ficar muito menos tempo que isso, então assim, o que é que explica né? Não sei dizer... (P. 13).

A Lei 13.509/2017 no Art. 19, §1º estabelece que a situação de cada criança ou adolescente inserido em acolhimento familiar ou institucional deve ser reavaliada, no

máximo, a cada três meses, a fim de que a autoridade judiciária competente, fundamentada em relatório elaborado pela equipe interprofissional ou multidisciplinar, decida pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta em uma das modalidades previstas no art. 28 do ECA.

Ademais, a Lei 13.509/2017 ainda prevê que a busca pela família extensa deve ser feita por, no máximo, noventa dias, podendo ser prorrogável por igual período (Art. 19-A, §3º). Além disso, a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não deve se estender por mais de dezoito meses, salvo se for comprovada necessidade de interesse superior (Art. 19, §2º - A da Lei 13.509/2017).

Ainda em relação aos desafios enfrentados ao longo do processo de adoção, uma das participantes do estudo fez referência à dificuldade de acesso às instituições de acolhimento onde estão abrigadas as crianças aptas para adoção, alegando que o contato com as crianças que residem nessas casas é fundamental para desmistificar preconceitos contra a adoção de crianças maiores.

Acho que deveria ter uma maior... abertura desses abrigos porque... a gente pudesse ter contato com essas crianças que 'tão' lá porque até então essas crianças 'pra' nós são, são apenas números... 'ah, tem tantas crianças, tantas até tantos anos', então assim, até a idade é uma questão numérica sabe? 'Dez anos, nossa!' Porque às vezes o que você tem na sua cabeça, né, o referencial de uma criança de dez anos te assusta, você precisa conhecer, só que 'pra' isso você precisa ter as portas abertas e você não tem [...]. Se eu fica... se nós ficássemos em casa aguardando um telefonema, o meu perfil ia continuar de um, uma criança até quatro anos. Eu só pude... é, aumentar meu perfil porque eu conheci, então eu acho que conhecer é fundamental (P. 13).

Estar em contato com as crianças que vivem nas instituições de acolhimento e estão aptas para adoção é um direito garantido aos pretendentes como parte da preparação psicossocial e jurídica orientada pelo ECA (Art. 50, § 3º e 4º), logo não depende da arbitrariedade da instituição de acolhimento, do contrário, o contato dos postulantes com

as crianças e adolescentes deve contar com o apoio dos técnicos responsáveis pelo programa de acolhimento junto à equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude.

Entretanto, faz-se de fundamental importância o entendimento por parte dos pretendentes que nessas instituições residem crianças que estão disponíveis judicialmente para adoção e outras que não estão. Além do mais, é essencial a colaboração dos mesmos em entender que o eventual apreço que venha a surgir por alguma criança específica não garante primazia na fila de adoção, cuja ordem de colocação dos pretendentes deve ser respeitada de acordo com a data de inscrição e o perfil determinado pelos mesmos.

Portanto, frente à burocratização e morosidade do processo de adoção, os participantes experimentam sentimentos de ansiedade, angústia, desânimo, tristeza, dúvida, se sentem desestimulados e com vontade de desistir do processo de adoção, como retratam as unidades de análise de nove participantes: “Quando você entra na fila, você cria aquela expectativa, [...] começa a fazer planos, mas aí quando começa a ficar uma coisa muito distante, aí você vai... dando uma desanimada” (P. 4). “Quando chegar nos cinquenta [anos], dá vontade logo de desistir” (P. 5). “A adoção à brasileira é o que entristece e desestimula [...] as pessoas que ‘tão’ na fila da adoção, que fazem o processo, que não é pequeno, entendeu? [...] Isso deixa a pessoa bem... bem triste, sabe?” (P. 6). “Eu tento nem pensar muito nisso, uma vez que sei que demora aí uma média de três anos, quatro anos [...] porque quando eu penso muito eu fico ansiosa, querendo que meu filho chegue logo” (P. 7). “Eu fico triste com [...] a burocracia, o tempo” (P. 8). “Você gera um... uma expectativa que [...] pode até [...] gerar sentimentos [...] de angústia, né? Porque você fica naquela [...], é um desejo que você tem, mas você sabe que tem esperar [...] uma situação acontecer” (P. 9). “Porque assim, é... gera de certa forma uma ansiedade né?” (P. 11). “O processo acaba se arrastando por muito tempo, cria [...] em muitas pessoas [...] até desilusões, desistência, né?” (P. 12).

Às vezes a gente até dá uma desanimada porque a gente fica sem... “Ah, entra no site, vê...”, “ah, você foi ‘pra’ 189”, “e qual que é a chance de chegar o seu dia, né?”. Então, essa expectativa, assim, sem informação é que deixa a gente meio frustrado... Será que vai acontecer, né? (P. 2).

Fiquei bem desencantada com as coisas relativas à justiça de um modo geral, sabe? [...] Eu não sei se essa fila existe de verdade, aí ‘tô’ bem nessa fase, assim, de desencantamento. No início era uma expectativa, assim “ah, eu quero entrar na fila”, “ai, agora vai dar certo, cerca de dois anos vai acontecer, não sei o quê”. Mas agora? Completamente desencantada; se acontecer, ótimo, se não, é mais ou menos o que eu já esperava (P. 3).

Huber e Siqueira (2010) pontuam que a fase de espera pela chegada da criança é um momento peculiar do processo de adoção, pois é uma fase de transição para a parentalidade que pode desencadear sentimentos ambivalentes e ansiogênicos, fase essa na qual se encontravam 85,71% (n=12) dos participantes desse estudo.

Três unidades de análise fizeram referência à percepção de preconceitos contra a adoção, dentro da família e entre outras pessoas: “A família [...] mesmo que diga assim ‘ah, ‘pra’ quê?’, eu digo ‘não, eu tenho meus motivos ‘pra’ adoção e vai ser...’, como minha mãe pergunta, às vezes questiona, aí eu digo ‘vai ser seu neto do mesmo jeito’” (P. 8).

Teve uma pessoa da minha família, né, que [...] no início foi um pouco resistente, né? [...] Preconceito nenhum faz sentido, mas assim, é muito irracional quando você tem experiências, né, extremamente boas na família e aí eu acabei dialogando com ela em relação a isso (P. 11).

Às vezes, assim, as pessoas não entendem, você ‘tá’ grávida, aqui, por quê? No próprio curso só uma palestrante veio falar comigo, até uma rejeição até das próprias pessoas que ‘tavam’ ali, eu... eu senti no olhar, assim, o distanciamento, como quem diz ‘essa menina ‘tá’ querendo se amostrar’, né? [...] Eu percebi que ninguém se aproximou da gente, a gente parecia mais um E.T. assim dentro do curso porque... por ‘tá’ gestante e a maioria ali ‘tá’ naquele... na condição de não poder ser mãe ou de infertilidade, então eu me senti um E.T. (P. 8).

Duas dessas unidades de análise apontam a aversão de parentes quanto à decisão dos pretendentes de adotar uma criança. Os estudos acerca dessa temática afirmam que ainda hoje a prática da adoção é vista de maneira negativa por estar associada a

preconceitos e estereótipos que propagam a ideia de que crianças adotadas são problemáticas (Fonsêca *et al.*, 2018; Weber, 1996, 2011). Estas ideias errôneas e limitadas são formadas a partir da generalização de casos e de teorias que colocam a perda dos pais biológicos como irreparável e determinante de todos os problemas (Weber, 1996), sendo, portanto, ideias favorecidas pela desinformação sobre como são, de fato, as famílias adotivas (Fonsêca *et al.*, 2018; Weber, 1996).

O outro preconceito sentido por uma das participantes foi entre outros pretendentes à adoção e profissionais da área, o que pode refletir a concepção antiga de que a adoção é a última possibilidade para pessoas inférteis terem filhos, quando, na realidade, ela pode ser uma escolha para qualquer pessoa, independentemente dessa condição, como apontam os estudos de Schettini (2007) e Otuka, Scorsolini-Comin e Santos (2012a, 2012b, 2013) que mostram adoção por casais com filhos biológicos.

Oito pretendentes mencionaram esperar que surjam dificuldades relacionadas à aproximação entre os postulantes e a criança, adaptação e convivência da família: “Eu sei que não vai ser fácil no começo” (P. 1). “Do dia ‘pra’ noite aparece uma criança e de repente ‘tá’ na sua casa, né? [...] Será que é tão fácil, né, de conciliar ou de saber como levar isso?” (P. 2). “Tem a fase de adaptação, eu acredito que não seja assim, uma fase fácil, né?” (P. 4). “Num primeiro momento talvez a gente tenha embates, dificuldades, assim como quando a gente casa precisa alinhar as coisas, é... mas que quando a gente ama, as coisas realmente se alinham” (P. 7). “É um processo novo, né? Então isso provavelmente gera [...] bastante conflito, [...] um pouco de confusão na tomada de decisões, né? Porque é... é mais um integrante na família” (P. 9). “É difícil ‘pra’ gente, né, a adaptação? E... imagina com três crianças, imagina ‘pra’ eles né?” (P. 13).

Ela vai vir com a personalidade dela, com as características dela, então assim, [...] ter a consciência que você vai [...] lidar [...] com outro que é um indivíduo, né? E saber a questão [...] dos limites, dos desafios que essa criança pode trazer (P. 11).

Um desafio [...] seria da... da aproximação de... conquistar [...]. Eu apareço lá [...]: ‘oh, esse aqui vai ser seu... futuro pai’. Então assim, a criança vai olhar ‘pra’ mim e falar: ‘quem é esse cara? Nunca vi...’ [...]. E [...] depois [...] que enfim estiverem morando com a gente que eu acho que teríamos novos (P. 14).

Nessa conjuntura de adaptação deve-se considerar o potencial criativo e a capacidade das crianças em procurar vínculos alternativos que possam lhe oferecer experiências positivas (Zornig & Levy, 2006). Nesse sentido, ao serem adotadas, as crianças passam pelo luto da família consanguínea, precisam reconstruir a concepção de lar que possuíam, aprender e adequar-se a regras, rotinas e hábitos da nova família (Alvarenga & Bittencourt, 2013; Alves, Hueb, & Scorsolini-Comin, 2017; Hueb, 2016; Machado, Ferreira, & Seron, 2015; Verceze *et al.*, 2015). Apesar desses desafios, elas são capazes de superarem e se adaptarem à nova família, entendendo seu funcionamento e valores (Otuka, Scorsolini-Comin, & Santos, 2013), o que repercute sobre a consolidação dos vínculos entre pais e filho (Alvarenga & Bittencourt, 2013).

Embora a postura ativa da criança seja percebida por alguns como algo negativo visto demandar respostas mais elaboradas por parte do adulto, é importante destacar que a capacidade de expressar suas vontades e a postura mais ativa e autônoma das crianças nas interações sociais são fundamentais para o seu desenvolvimento e para a manutenção das relações familiares.

No tocante ao papel da criança no seu desenvolvimento, reforça-se que esta utiliza os recursos existentes em cada estágio de desenvolvimento para se comunicar, sendo seu comportamento interpretado e respondido pelo adulto, de maneira que na interação com o outro, o comportamento de uma parte torna-se fonte de estímulos para a outra (Nunes & Salomão, 2016; Salomão, 2010; Zornig, 2015).

Logo, as interações vivenciadas ao longo da vida da criança são de fundamental importância para seu desenvolvimento (e. g., Kennel & Klaus, 1998; Klaus & Kennel,

1992; Schaefer & Donelli, 2017; Seidl-de-Moura *et al.*, 2008; Silva & Porto, 2016; Zornig & Levy, 2006). Além disso, a autonomia das crianças pode ser vista de maneira positiva, uma vez que os bebês demandam mais dedicação de tempo e cuidados por parte do adulto (Bicca & Grzybowski, 2014; Fernandes & Santos, 2019).

O participante P. 10, que também relatara expectativas sem muitas especificidades, mencionou a percepção de ausência de desafios até aquele momento: “Até agora, desafio nenhum, né? Muito simples o processo, embora um pouco demorado [...]. A parte do processo é simples, a documentação não tem nada de mais, nem... é... eu acho tranquilo, né?” (P. 10). Reforça-se que o fato de ainda não ter concluído a habilitação para adoção na época da entrevista, como também de desejar que a criança chegue num momento mais estável de sua vida, pode ter contribuído para a percepção de ausência de dificuldades e desafios.

Embora os projetos, desejos, expectativas e dificuldades sejam cogitados pelos participantes enquanto esperam a chegada da criança, essas questões serão trazidas à tona e, talvez, reformuladas, quando tiver início a convivência com a criança. Isso se justifica pelo fato de haver uma relação dialética e dinâmica entre as concepções e práticas parentais, de forma que as concepções vão sendo construídas e reconstruídas à medida que os sujeitos interagem entre si.

Algumas unidades de registro extraídas das entrevistas apresentaram concepções sobre adoção tardia. Em suma, embora alguns pretendentes cogitem a possibilidade de realizar adoção tardia no futuro, eles tinham preferência por crianças menores, o que corrobora o estudo de Albuquerque, Souza e Silva (2019), segundo o qual os postulantes preferem adotar bebês, mesmo aqueles que apresentam abertura à adoção tardia.

Os aspectos apresentados pelos pretendentes do presente estudo foram os seguintes: desejo de vivenciar todas as fases e contribuir com o desenvolvimento da

criança (n=4); crianças menores se adaptam mais facilmente (n=4); e crianças maiores têm a personalidade formada (n=4). Apenas dois participantes apresentaram abertura à adoção tardia, como é possível visualizar na Figura 10.

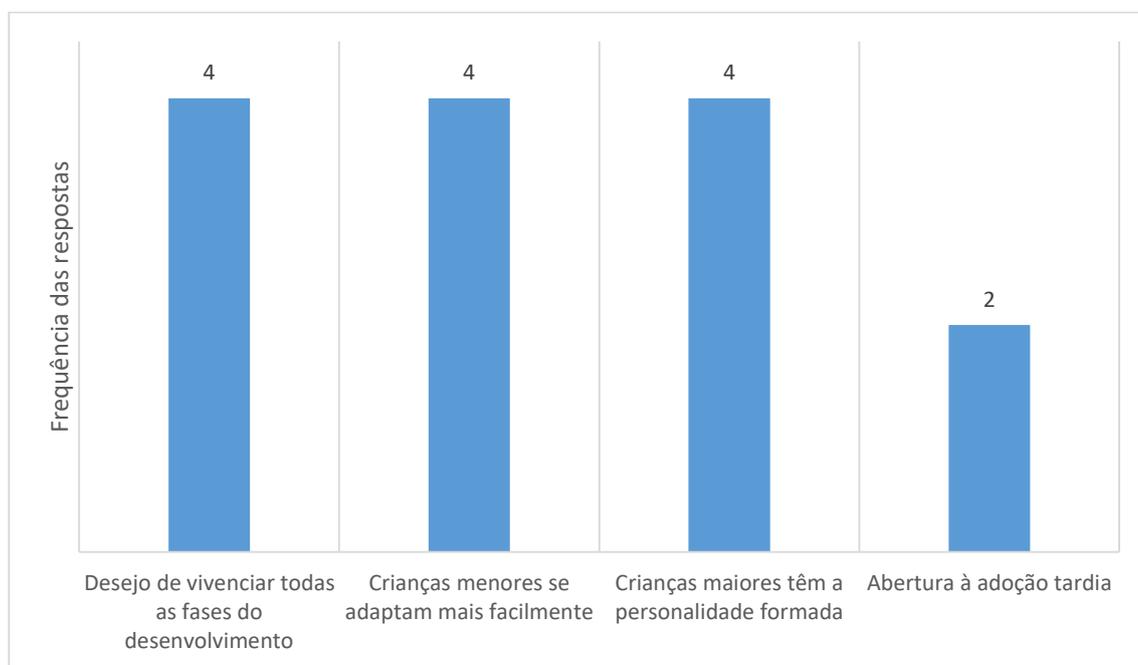


Figura 10. Concepções sobre adoção tardia.

Na primeira subcategoria, os pretendentes (n=4) expressaram o desejo de vivenciar todas as fases do desenvolvimento da criança e dar contribuições para promover o desenvolvimento desde os anos iniciais, especialmente pelo fato de não terem vivenciado essa experiência através de filhos biológicos, como retratam as seguintes unidades de registro: “Como a gente tem dificuldade de gerar, [...] a gente queria vivenciar esse princípio, desde o nascimento [...], o primeiro mês, o segundo mês” (P. 1).

Vivenciar todas as fases, né? Eu queria... como a gente não tem nenhum filho, talvez se já tivesse algum filho, eu é... poderia optar por uma maior, acho que... no caso, se eu engravidasse naturalmente e continuasse na fila de adoção, provavelmente um... mudaria meu perfil, mas a gente queria vivenciar toda essa experiência, todas as fases, recém-nascido... tudo isso (P. 4).

Eu penso assim em... ensinar a ler, escrever, trazer muita leitura, contação de história, foi mais nesse sentido. [...] O adolescente tem essas dificuldades todas, também precisa de um lar, mas no momento o que me levou a escolher essa faixa etária foi isso, é justamente essa questão da alfabetização, de... de realmente acompanhar toda a fase escolar do meu filho ou da minha filha (P. 8).

A gente limitou até cinco anos pensando [...] curtir a fase da criança, né, de ser criança [...]. A gente quer dar o máximo [...] de nossas contribuições 'pra' essa formação inicial [...] Os primeiros anos da criança [...] são importantíssimos 'pro' desenvolvimento, né? (P. 10).

O desejo de vivenciar o desenvolvimento inicial da criança também foi um dos motivos atribuídos pelos participantes do estudo de Huber e Siqueira (2010) para justificar a preferência por recém-nascidos. Dentre as atividades que os pais podem realizar na etapa da vida dos bebês, está a troca de fraldas, dar banho e alimentar a criança, por exemplo. Os pais ainda podem e desejam vivenciar os balbucios das primeiras palavras, observar os primeiros passos, dentre outros momentos, o que pode expressar o desejo implícito de participar da mais tenra história de vida do filho.

Sabe-se que respostas inatas do bebê, tais quais sorriso, olhar, choro e outras vocalizações são capazes de atrair a atenção do adulto e desencadear respostas de cuidado, estabelecendo uma cadeia de trocas de estímulos e interação social que repercute na satisfação dos cuidadores (Nunes, Aquino, & Villachan-Lyra, 2015; Seidl-de-Moura & Ribas Souza, 2012; Souza, Machado, Nunes, & Aquino, 2014; Zamberlan, 2002).

Embora comportamentos e interações vivenciadas desde o início da vida, como carícias, beijos, aconchego e trocas de olhares sejam importantes para a vinculação afetiva (Klaus & Kennel, 1992), as relações familiares podem se solidificar através de interações posteriores, especialmente quando a vivência entre os membros não ocorrer desde o início da vida da criança. Nesse sentido, Alves, Hueb e Scorsolini-Comin (2017) mencionam que pais e filhos por adoção podem construir uma relação profunda a partir de um ambiente em que a criança se sinta segura, acolhida e pertencente à família.

Quatro participantes alegaram que crianças menores se adaptam mais facilmente, ao passo que a adaptação de crianças maiores demandaria mais tempo, atenção e rede de apoio por parte dos pretendentes. O participante P. 10, especialmente, referiu que a adaptação seria mais fluida em virtude de na sua família ter outras crianças: “A gente tem sobrinhos também mais ou menos nessa faixa etária, então ele seria inserido facilmente assim dentro [...] do seio familiar [...] dos sobrinhos” (P. 10).

Quanto mais novo, mais fácil de você educar, você auxiliar essa pessoa, essa criança e se adaptar a ela e dela se adaptar [...] a mim, a minha esposa, à família nova que ‘tá’ sendo constituída. Facilidade de adaptação, quanto mais nova for a criança, mais facilidade ela terá (P. 6).

Uma criança um pouco maior, talvez ela tenha um entendimento mais aprofundado desse sentimento de rejeição que ela passou e talvez, no momento que eu ‘tô’ hoje na minha vida, eu não conseguisse suprir essa necessidade inicial de uma criança que vem de um trauma dessa magnitude [...] O que não me faz fechar as portas num momento futuro, quando terminar meu doutorado e tiver num emprego mais estabilizado que eu consiga ter minha casa e cuidar da... da minha vida de uma forma mais cautelosa (P. 7).

Provavelmente nessa faixa etária a gente consiga é... flexibilizar os horários, tempo, condições, até financeiras, do que se a gente [...] alargasse a faixa etária [...] ‘prum’ pré-adolescente que... é... inicialmente, talvez, [...] necessitasse da gente uma atenção e um apoio [...] que talvez a gente não tenha [...]. Eu acho que [...] a primeira fase de chegada dele é muito mais conflituosa do que [...] de uma criança de zero a cinco anos, né? Então, necessitaria da gente [...] de uma base estruturada ali na nossa família ‘pra’ que ele fosse bem acolhido, né? E... e pudesse [...] se sentir em casa, né? E nós sabemos que essa fase de pré-adolescência-adolescência [...] é uma fase de bastante conflito social, [...], desenvolvimento biológico, entre outros fatores. [...] Quando a gente já tiver mais estabilizado, com a condição melhor ali ‘pra’ dar um aporte social até ‘pra’ uma criança mais velha, eu pretendo [...] aumentar [...] essa faixa de idade (P. 9).

Tradicionalmente, a adolescência é caracterizada como uma fase de crises, transtornos e conflitos, os quais são considerados típicos da idade e, por isso, como algo natural do desenvolvimento, resultado de mudanças hormonais e corporais. Entretanto, para além de um processo biológico, a crise vivenciada na adolescência é resultado da necessidade de conciliar novas demandas sociais, novos interesses pessoais ao mesmo tempo em que velhos interesses vão sendo extintos pelo sujeito. Nesse ínterim, Mascagna

(2009) afirma que o adolescente experimenta um estado emocional negativo, de vazio, que pode ser manifesto de diferentes maneiras, a depender de vários fatores, como por exemplo, a personalidade de cada sujeito.

Além de mudanças corporais marcantes na puberdade, da reestruturação dos interesses dos adolescentes, que caracteriza um marco no desenvolvimento emocional, e das novas demandas sociais, também é nesse momento da adolescência que acontece o desenvolvimento máximo das funções psicológicas superiores e a formação dos verdadeiros conceitos científicos, de modo que se verifica uma relação dialética entre essas dimensões do desenvolvimento. Partindo desse pressuposto, a Psicologia Histórico-Cultural admite que há uma estreita relação entre o desenvolvimento orgânico e psicológico do sujeito nessa fase da vida.

Portanto, um dos prejuízos de conceber a puberdade e a crise da adolescência como algo negativo e repulsivo é o fato de deixar de destacar a potencialidade dos jovens que, nessa fase, apresentam um salto qualitativo no desenvolvimento das funções psicológicas superiores (Mascagna, 2009). Logo, a maneira como cada adolescente irá lidar com as mudanças biopsicossociais que lhe ocorrem dependerá, dentre outros fatores, de como a família irá lidar com esse momento de sua existência, quais as concepções parentais acerca desse momento e as práticas que os pais desenvolverão em torno nesse momento.

Por fim, quatro participantes alegaram a preferência por crianças menores sob o pressuposto de que as maiores possuem a personalidade formada, o que dificultaria o processo educativo, uma vez que não seria possível inculcar valores, princípios e comportamentos que os pretendentes gostariam de ensinar aos seus filhos.

A gente queria pequeno 'pra' gente dar educação ou criar a criança, toda a formação dela... fosse desde a primeira infância, né? [...] Fazer toda a formação

dela ainda do jeito que a gente, né, gostaria ou que acredita ser o melhor pra criança (P. 2).

Eu não me vi pronta ‘pra’ adotar uma pessoa pré-formada, digamos assim. [...]. Porque um adolescente... eu me lembro... eu penso em mim adolescente, entendeu? Eu já tinha muitos conceitos formados, muitos valores, enfim [...]. Até seis anos é uma idade que... que acho que a gente aprende junto mais, entendeu, do que um adolescente? Eu acho que o adolescente ele chega mais ‘pra’ impor os valores dele e a gente tem que administrar aquele conflito. E uma criança não, ela ainda ‘tá’ moldando esses conceitos, valores; eu acho que fica mais fácil (P. 3).

A gente queria educar do nosso jeitinho e [...] eu tenho certeza que dos cinco anos ‘pra’ baixo, né, é mais fácil conseguir educar da nossa forma [...]. A gente tem medo... mais velho um pouquinho..., de não conseguir [...] mais driblar a situação porque a gente sabe que é muito difícil, né? O seu mesmo quando você educa que... desde de bebê, é complicado, e aí quando já vem prontinho, com uma outra cabecinha, já com uma outra educação, a gente tem medo de não conseguir (P. 5).

Eu posso até estar equivocado, mas há quem diga é... inclusive são é... declarações [...] da Psicopedagogia, que adotar uma criança de zero a seis anos facilita a questão da... da educação da criança, você ainda pode... de alguma forma é... dar ou tentar educar a criança de acordo com os padrões que você julga é... normalmente aceitos pela... pela nossa sociedade (P. 12).

Em alguns casos os candidatos modificam o perfil da criança ao longo do processo, aumentando a faixa etária que aceita adotar, em virtude, por exemplo, da estimativa do tempo de espera e do contato com crianças maiores, como retratam os relatos seguintes: “Na verdade a gente queria pequeno [...] daí a gente foi conversando e mesmo meus irmãos... tem sobrinhos, né, tenho sobrinhos, aí a gente viu que assim... acho que [...] até cinco anos” (P. 2).

A princípio a gente pensou o mais novo possível, só que depois [...] a gente vê que é praticamente impossível [...] e aí a gente aumentou a idade um pouco mais, justamente para não demorar tanto, senão a gente ‘tava’ vendo que ia durar dez, quinze anos e aí a gente não queria esperar esse tempo todo [...] a gente não queria esperar tanto assim, no máximo três, quatro anos que dava para esperar, mas... e aí a gente chegou na conclusão que ou diminuía ou... quer dizer, aumentaria a idade, ou então a gente ia virar avô, né? E não pais mais, não pai e mãe (P. 1).

Nos primeiros instantes que eu pensei em adotar, eu só pensava bebê, aí depois com a convivência com meus sobrinhos, com outras crianças, eu vi que até seis anos [...]. A maioria só quer bebê [...] por isso que eu disse: ‘vou mudar meu perfil’, que antes era de zero a três, muito restrito. ‘Não, olha só minha

concorrência’, brincando com meu marido, ‘vou aumentar’, de zero a cinco eu acho que eu botei no início, aí agora já foi zero a seis (P. 3).

O nosso perfil é... princi... a princípio era até quatro anos. Mas quando a gente foi fazer esse trabalho voluntário e a gente conheceu esses irmãos, eu vi que... que ‘num’ é assim esse bicho de sete cabeças sabe? [...] A partir do momento que a gente conheceu, a gente se abriu ‘pra’ isso (P. 13).

A princípio a gente queria crianças até quatro [anos], só que a gente viu que a gente ‘tava’ ‘num’, ‘num’, ‘num’ perfil que 90% das pessoas querem e... o que nos fez mudar de ideia foi quando a gente começou a fazer... a... visitação é... pra um trabalho voluntário numa casa de... de acolhimento aqui e o fato da gente começar a pesquisar muito sobre isso [...] e à medida que a gente foi lendo e à medida que a gente foi vivenciando essas crianças um pouco mais velhas, caiu por terra (P. 14).

Portanto, faz-se notório discutir o que tem motivado a ampliação desse perfil por parte dos pretendentes, a fim de que tais modificações não visem apenas atender a uma necessidade de acelerar o tempo de espera pela chegada da criança sem refletir um desejo real dos postulantes.

Embora a primeira motivação dos pretendentes para estender a faixa etária das crianças que desejam adotar seja o longo tempo de espera por bebês, destaca-se que, ao fazer isso, os mesmos se dispõem a refletir e reformular concepções, a fim de acolher uma nova decisão e as repercussões destas, como a chegada de uma criança maior.

Nessa direção, dois participantes argumentaram a favor da adoção de crianças maiores, como bem representam os trechos destacados de suas entrevistas: “A... criança mais velha que tem oito anos e pouquinho é uma criança adorável, é uma criança... aberta, sabe? Conversa, a gente brinca” (P. 13).

A gente viu que a gente ‘tava’ criando um preconceito de não querer crianças mais velhas com aqueles velhos medos de ‘ah, ela vai vir viciada de algumas é... comportamentos que trouxe de casa e tal’ e [...] a gente viu que não tinha nenhum... nenhuma lógica querer só crianças mais novas (P. 14).

O segundo eixo temático abarca as concepções dos pretendentes à adoção sobre o desenvolvimento infantil. Destarte, pôde-se verificar a emergência de duas perspectivas

nas concepções dos participantes quanto aos fatores que influenciam o desenvolvimento das crianças. Na primeira, os pretendentes enfatizaram aspectos genéticos da criança, os quais consideram imutáveis e determinantes para a vida da mesma. Na segunda, os postulantes, embora tenham considerado a influência de aspectos da vida pregressa da criança, também ponderaram a valia de aspectos ambientais na sua formação.

Polonia, Dessen e Silva (2008) afirmam que as diferentes concepções de desenvolvimento, sejam elas inatista, ambientalista ou interacionista, passam pela discussão de como a hereditariedade e o ambiente influenciam a pessoa e o seu desenvolvimento. Nesse sentido, segundo tais autoras, semelhante aos estudos de gemelaridade e consanguinidade, estudos de adoção, em geral, analisam a correlação entre a hereditariedade e o meio ambiente, tal como se propõe o presente estudo.

Nesse sentido, três participantes acreditam que as experiências que ocorrem até determinada idade da infância formam a personalidade da criança, a qual, por sua vez, é capaz de determinar o seu comportamento ao longo da vida e torná-lo imutável. Assim, concebem uma criança “pronta” e imutável, dotada de características que julgam defectivas e problemáticas, por não ter sido educada por eles no início da vida. Desta feita, tais pretendentes preferem adotar crianças o mais novas possível, a fim de que estas não tragam para seus lares comportamentos que julgam inadequados, uma vez que estes são considerados imutáveis.

Acho que até quatro anos que é toda a formação, né, psicológica, da criança? Não sei... o que a gente ouve, o que a gente lê... [...] acho que [...] até cinco anos a gente ainda consegue, né? Claro que vai ficando mais difícil, né, porque ela já vem com a personalidade formada [...]. Você pegar uma criança um pouco mais velha até quatro, cinco anos, ela já vem cheia de maniazinhas, né? Toda criança com dois anos já é toda personalizada, né? (P. 2).

A partir dos sete anos a criança já vem com a identidade formada, né? [...] aí já fica o medo [...]. Às vezes até um filho seu de sangue, você ‘num’... [...] eu posso até ‘tá’ sendo preconceituosa [...] mas [...] é muito difícil, né? [...]. Pode ser que [...] venha uma sequela aí, venha um trauma e uma... uma hereditariedade (P. 5).

Há quem defenda [...] que uma criança com mais de seis anos, [...] é possível que já, é... dificuldades maiores ocorram a... a você é... educar essa criança porque, segundo declarações, as... a criança já desenvolveu vários aspectos comportamentais que dificilmente você poderia é... interferir e dar uma educação é... dentro dos padrões normalmente aceitos pela nossa sociedade [...]. Na maioria das vezes são crianças que têm um histórico de maus-tratos, são crianças que [...] por conta disso já desenvolveram algum... algum tipo de transtorno ou até doenças é... biológicas (P. 12).

Portanto, conceber a herança genética das crianças adotadas como ruim significa pensar que os filhos biológicos teriam um tipo de “certificado de garantia” de saúde, inteligência e características de personalidade. Em outras palavras, é o mesmo que dizer que o bom gene é o seu, enquanto os dos outros são suspeitos, como refletem Schettini, Amazonas e Dias (2006), sobretudo quando o “outro” advém de um cenário de negação de direitos básicos traduzido sob a forma de pobreza. Ao contrário disso, sabe-se que problemas de ordem comportamental, física, acadêmica e psicológica podem aparecer em qualquer criança, independentemente de ser filho adotivo ou biológico.

O modelo de interação genética-ambiente proposto por Bronfenbrenner admite que a herança genética se constitui em traços e tendências que interagem com os fatores ambientais, e não em algo já acabado e imutável. Assim, cada pessoa é afetada distintamente por cada ambiente, de maneira que essa interação configura diferentes cenários de desenvolvimento (Polonia, Dessen, & Silva, 2008). Nesse sentido, as autoras referidas anteriormente alertam que cada criança se comporta e reage de forma particular em cada um dos ambientes e, de igual modo, os cenários de desenvolvimento influenciam diferentemente cada pessoa.

Além de considerarem a personalidade uma entidade estanque e determinante de toda a conduta do sujeito ao longo da vida, seis participantes também colocam a história pregressa da criança como aspecto elementar de sua vida, pressupondo um passado estigmatizado dotado de carências de diversas ordens que provocam danos irremediáveis

de cunho cognitivo, físico, social, mas sobretudo psicológico, tal qual refletem os trechos a seguir: “Você ‘tá’ tirando a criança de um meio de convivência [...] e aí [...] você gera alguns impactos [...] psicológicos” (P.1). “Conhecendo [a história de vida], talvez eu criasse alguns... medos, eu acho que [...] determinado comportamento poderia associar a isso, gerar um temor [...] da questão genética, [...] achar que ela vai desenvolver esse mesmo comportamento” (P. 4). “Quando a criança é assim abandonada ou tirada dos pais, a... geralmente é alguma coisa séria, né?” (P. 5). “Se a criança tem algum histórico familiar, é importante conhecer mesmo. A gente não vai apagar... a história de uma criança né? De qualquer maneira, ela tem uma... uma trajetória antes dali” (P. 8).

Se for uma criança um pouco mais velha [...] eu acho que é importante isso [conhecer a história de vida] ‘pra’ você ver como [...] converter ou reverter [...] toda essa bagagem que ela traz de família, né? Às vezes mora numa favela, às vezes não teve condição, de repente vai ‘pra’ uma casa que tem outra condição, né? Leva outra vida... acho que tem toda uma estrutura [...] psicológica por trás (P. 2).

Não adianta você dizer: ‘ah, é bebezinho, é zero história’ [...]. Geralmente quando eles destituem da família é porque teve um contexto bem dramático [...]. Se a mãe for usuária de drogas [...], isso interfere no desenvolvimento cerebral [...]. É por isso que [...] ela vai ter que ser vista como uma criança especial [...] porque, possivelmente, ela já vai trazer essas fragilidades, entendeu? (P. 3).

Destaca-se que os pretendentes que atribuem à herança genética e à história pregressa um peso determinante na vida das crianças expressam o desejo implícito de terem filhos moldados ao seu modo, pressupondo que isso seria possível realizar com filhos biológicos. Quanto a isso, enfatiza-se que as práticas parentais são desenvolvidas em direção a crianças que exercem um papel ativo na relação diádica pais-e-filhos. Isto é, as práticas parentais compõem as interações entre pais e filhos, as quais consistem em ações de troca recíprocas e bidirecionais que, assim sendo, não são centradas apenas nas influências que os adultos exercem sobre as crianças, mas em atividades co-construídas (Piccinini *et al.*, 2001; Seidl-de-Moura & Ribas, 1998).

Alguns (n=5) participantes mencionam a importância de conhecer a história de vida da criança para que saibam lidar com questões comportamentais que venham surgir em decorrência de eventos no início da vida, como retratam os trechos seguintes.

A gente sabendo [...] de onde ela vem, talvez a gente compreenda melhor um determinado comportamento que ela tenha no dia a dia, entendeu? [...] De onde ela veio deve ter deixado marcas nela, e essas marcas 'pode' se refletir no comportamento dela [...] e a gente conhecendo pode ser mais fácil 'pra' gente decidir como lidar com aquilo, o que é que eu vou fazer pra é... contornar, caso esse comportamento seja ruim. E se [...] a história de vida dela servir [...] de ímpeto 'pra' ela melhorar, buscar florescer isso nela, então estimular isso nela [...]. Eu acredito que a criança muda, não só a criança, adulto também, a mudança é constante (P. 6).

Eu gostaria de saber [...] todo o histórico 'pra' essa criança ser colocada em adoção, né? [...] Eu acho que saber de onde essa criança veio, né, [...], o que ela traz porque, por mais que seja muito nova, [...] alguns critérios culturais, sociais, já vêm arraigados na criança, entendeu? Então ela, ela já absolveu algumas coisas [...]. Tudo isso [...] vão ser fatores e ferramentas que vão me ajudar a lidar, né, com essa criança que eu 'tô' recebendo [...] pra poder entender e poder agir da melhor maneira possível (P. 9).

A criança vem, talvez, com [...] uma história [...] de vida menos complicada, né? Afinal, é... são crianças [...] de maior vulnerabilidade, né? De famílias que têm é... uma condição socioeconômica geralmente bem frágil [...]. Conhecer o... a história pregressa [...] 'pra' entender a criança, né? Saber pelo que ela passou [...] nos primeiros meses, anos de vida, talvez nos ajude a entender alguns processos que vão acontecer, é... durante o convívio, né? E... o próprio aprendizado dela, né? A gente sabe [...] que traumas no futuro, [...] ou comportamentos no futuro [...] se apresentem em função de... exposições [...] pregressas no início da... da infância. Então conhecer um pouco disso eu acho que ajuda a lidar melhor com as questões (P. 10).

Eu não sei como vai ser, se vai ser uma história mais fácil ou uma história mais difícil, mas por fazer parte dela, então é, é extremamente importante [conhecer], inclusive 'pra'... saber lidar com algumas questões, né? Com algumas questões inclusive que essa criança traga que seja resultado (P. 11).

Uma criança que passou por um... abandono, ou por uma agressão física ou emocional, ela vai ter aquele determinado comportamento que... é... eu posso não entender se eu não... souber do histórico dela. Então, assim... eu acho que é importante sim você saber o que que ela passou, é... como ela foi parar no abrigo, sabe? 'Pra' que você até acesse essa criança de maneira mais assertiva porque ela pode ter bloqueios, ela pode ter traumas, ela pode ter... dificuldades de relacionamento, de se abrir 'pra' nova família e isso tudo a gente tem que é... trabalhar e 'pra' trabalhar isso a gente tem que entender o porquê desse comportamento, o porquê [...] dessa limitação (P. 13).

Salienta-se que tais pretendentes consideram a possibilidade de contribuir na compreensão de fenômenos psicológicos decorrentes de experiências anteriores à adoção. Deve-se atentar ao peso que é atribuído à genética e à história pregressa na vida da criança, uma vez que enxergar tais fatores como decisivos corresponde a abdicar da capacidade da criança de reconstruir seus vínculos afetivos e ressignificar sua história. Ademais, reitera-se que os eventos do presente podem ser tão ou mais significativos que os do passado, como mencionam Rossetti-Ferreira *et al.* (2012).

Nessa direção, a adoção tem o potencial de impactar positivamente o desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional das crianças adotadas (Baptista, Soares, & Henriques, 2013), à medida que fornece um vínculo de parentalidade e filiação sólido, sendo capaz de favorecer determinadas condições e direções para o desenvolvimento da criança (Rossetti-Ferreira *et al.*, 2012). A esse respeito, Passos, Cavallari e Gomes (2018) defendem que a adoção pode reverter comprometimentos no desenvolvimento infantil até das crianças que tenham sido vítimas de negligência e abusos extremos no início da vida.

Consoante com essa perspectiva, três participantes apresentam concepções que se coadunam com o que se pretende fomentar através do presente estudo: contribuir na construção de uma nova cultura de adoção, desmistificando concepções equivocadas e apontar possibilidades de desenvolvimento infantil mediante as interações desenvolvidas no seio da família adotiva: “Não quer dizer que elas mais velhas não possam se adequar ao modo de vida que a gente quer, nem significa que a mais nova vai se adequar também futuramente a um padrão de vida” (P. 14).

Os fatores externos eles contribuem [...] a ponto de modificar, inclusive o que é genético [...]. Quando a gente parte ‘pra’ uma adoção, a gente já parte com essa ideia de que o que ele foi, de onde ele vem não... não faz diferença, faz diferença a história que vocês vão construir quando vocês se cruzarem (P. 7).

Muita gente fala ‘ah, mas ela vai vir com a opinião formada, com o caráter formado’, mas eu acho que o meio faz a criança né? [...]. Então eu acho que ela vai aprender os nossos valores, [...] o nosso modo de vida (P. 13).

Assim, concorda-se com a importância dos eventos que ocorrem nos anos iniciais da criança como também na vida intrauterina para o seu desenvolvimento posterior, todavia defende-se que as possibilidades de desenvolvimento não podem ser limitadas em torno disso, apontando-se, portanto, a chance de novos aprendizados, superação, reconstrução e ressignificação da história.

Logo, percebe-se, por um lado, uma tendência em limitar à criança à sua herança genética, no sentido de que seu desenvolvimento físico, cognitivo e sócio-emocional são vistos apenas da perspectiva de suas carências, dificuldades e limitações. E, por outro lado, vê-se postulantes aptos a se enxergarem como facilitadores do desenvolvimento infantil, apesar das dificuldades que, porventura, a criança tenha padecido, dispostos a tentar compreender fenômenos emocionais e intervir sobre eles no intuito de que a criança possa transcendê-los.

Apesar dos estereótipos e preconceitos que emergiram no discurso de alguns pretendentes, relacionados à herança genética e familiar da criança, verificou-se que os postulantes mencionaram aspectos que julgam potencializadores do desenvolvimento infantil. Desta feita, pode-se subdividir os aspectos mencionados pelos participantes em: (1) ambiente físico e social da criança, (2) costumes e práticas dos cuidadores, e (3) psicologia dos cuidadores, à semelhança da teoria dos nichos de desenvolvimento de Harkness e Super (1994), que elenca esses três sistemas que funcionam de maneira interconectada entre si e com o contexto social mais amplo, emergindo sobre o desenvolvimento da criança.

Assim, na subcategoria referente ao ambiente físico e social, os pretendentes à adoção destacaram a importância de ambientes que potencializem o desenvolvimento

infantil, como se vê nos trechos seguintes e na Figura 11 “O meio social da criança [...] é bastante incisivo no desenvolvimento [...] emocional, cognitivo. Então você incluir uma criança num meio onde seja propulsor desse desenvolvimento” (P. 9).

O que influencia vai ser o ambiente [...] de maneira [...] mais holística possível [...]. Ambiente escolar [...]. A família mais próxima, mas também os laços familiares [...] com a família ampliada. [...] Não tem como pensar ‘num’ [...] desenvolvimento que não seja por uma visão, né, ecológica, [...] que passa aí por [...] diferentes ambientes (P. 10).

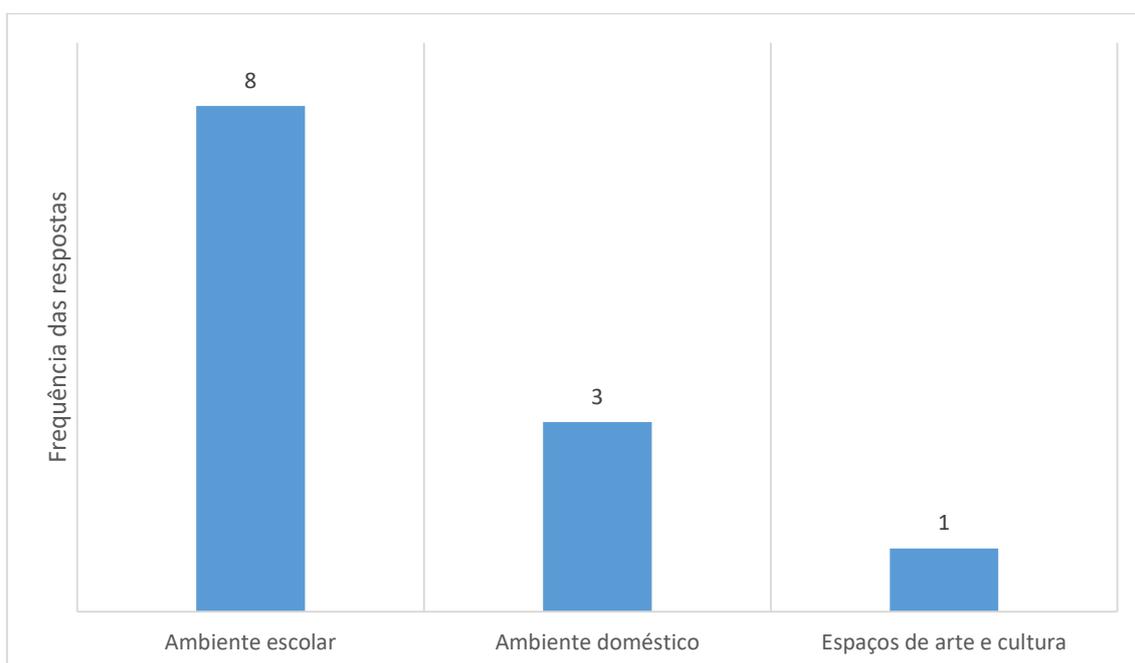


Figura 11. Ambientes promotores do desenvolvimento infantil.

De modo especial, três participantes enfatizaram o ambiente familiar na promoção do desenvolvimento infantil, sobretudo que o mesmo seja capaz de suprir as necessidades biológicas e emocionais da criança, como se verifica nos seguintes trechos representativos dessa subcategoria: “Um ambiente saudável ‘pra’ se alimentar, ‘pra’ dormir [...] o mínimo, né? Alimentação, sono” (P. 3).

A criança tendo uma família, se sentindo participante de um grupo familiar, eu acho que influencia a... o desenvolvimento cognitivo, emocional dela [...]. Uma família que tenha [...] condições financeiras de dar à criança [...] a certeza de que

ela vai ter uma casa limpa, roupa limpa, comida, isso ajuda. Ajuda, não; isso é determinante [...]. Um ambiente familiar saudável pautado sempre na visão humana de respeito, de solidariedade, de empatia com o próximo, eu acho que é fundamental ‘pro’ desenvolvimento cognitivo e emocional da pessoa (P. 6).

Uma cultura familiar [...] com costumes, [...] ações, com atitudes, sempre de aspectos positivos ‘pra’ essa criança [...]. Eu pretendo [...] que o ambiente da minha casa seja um ambiente atrativo [...] seguro, [...] emocionalmente adequado ‘pra’ essa criança, né? [...] Uma família que consegue estruturar determinados aspectos que estão envoltos [...] da criança [...], eles tendem a... a trilhar um [...] desenvolvimento positivo, adequado (P. 9).

Ademais, outros ambientes externos foram referidos como espaços potencializadores do desenvolvimento, com destaque para o espaço escolar, mencionado por oito participantes. Em geral, a escola foi identificada como espaço para obtenção de conhecimento científico: “Eu acho que tem que ter educação da escola e toda uma pedagogia” (P. 2). “Estudo, né? Isso... isso é fundamental [...]” (P. 5). “Meu filho vai ser [...] aluno de creche. Eu acredito na educação infantil” (P. 8). “A educação formal, [...] eu considero que ela seja extremamente importante, né?” (P. 11). “A... parte educacional, a parte... psicopedagógica em si, né?” (P. 12).

Embora a escola tenha sido associada principalmente ao desenvolvimento cognitivo das crianças, outras dimensões do desenvolvimento, como a dimensão motora e afetivo-social, também foram referidas durante as entrevistas. Assim, os participantes acreditam que diferentes domínios do desenvolvimento infantil podem ser potencializados no ambiente educacional:

Acesso à escola, independente, porque tem famílias, por exemplo, que não ‘pode’ ofertar uma escola bilíngue, por exemplo, mas a criança tem acesso a uma escola na qual ela se relaciona com outros, tem acesso a instruções, ela aprende muito bem, se desenvolve muito bem (P. 3).

Procurar escolher a escola certa, escola que tenha disciplina [...]. Aqui eu conheço uma escolinha que [...] ninguém chama palavrão na escola e isso pode, isso não pode, [...] eu acho que essas regras têm que ter, é muito interessante... ‘pra’ ajudar em casa (P. 5).

Tem que ter educação formal porque a gente sabe que sem educação formal, dificilmente ela vai ter [...] um emprego ou até mesmo, se for empreendedor, construir [...] seu empreendimento. Sem educação formal é complicado, difícil [...]. Frequentar uma escola, uma escola que tem um projeto pedagógico [...] bom, que não aborde apenas o lado da educação formal de aprender ciências, é... história, geografia, essas coisas [...]. Tem que haver a formação humana também (P. 6).

Na escola a gente [tem] um ambiente aí que é mais formal [...] que contribui ‘pra’ [...] essa construção das relações, né? De como é... estar com o outro, né? E aí [...] desenvolver-se com o outro [...] A escola tem um papel importante [...] na dimensão cognitiva, [...] porque sistematiza, né, a parte [...] de uma lógica, [...] de exposição à criança de diferentes conceitos, conteúdos, né? (P. 10).

É importante destacar que a subdivisão do desenvolvimento humano em dimensões, como as mencionadas acima, auxilia no estudo desse processo em termos didáticos, mas na prática o desenvolvimento acontece de maneira holística, interconectado, de modo que progressos em um domínio do desenvolvimento repercutem em outras esferas. Um dos participantes apresenta essa concepção holística do desenvolvimento, como se vê no seguinte trecho:

Tanto na dimensão cognitiva [...] quanto na questão motora que [...] principalmente ‘pra’ criança tá muito ‘linkada’ com o desenvolvimento cognitivo, né? Não tem como separar uma coisa ‘do outro’, principalmente nos anos iniciais; quanto na dimensão afetiva-social [...] (P. 10).

Em contrapartida, isso não implica em concentrar esforços em apenas uma área em detrimento das demais. Pelo contrário, quando o sujeito é concebido como um ser integral, e não compartimentado, é possível empreender esforços que sejam capazes de estimular diferentes habilidades da criança. Nesse sentido, o mesmo participante citado acima menciona o seguinte: “Não centrar, como muita gente centra desde o início, né? Já na... na dimensão cognitiva, né? [...] Não adianta botar uma criança numa escola bilíngue aos dois anos de idade, se você não ‘tá’ dando atenção ‘pra’ essas outras questões” (P. 10).

Além do ambiente familiar e escolar, uma participante fez referência a espaços alternativos que oferecem opções de lazer, cultura e artes, que podem favorecer o desenvolvimento infantil:

Eu acho que tem outros espaços que leva o aprendizado, o desenvolvimento fora desse ambiente mais formal, né? [...]. Voltado ‘pra’ questão das artes, ou da cultura, da música ou do teatro... essas outras áreas que fogem um pouco [...] da educação formal, né? (P. 11).

Em relação aos costumes e práticas de cuidado dos adultos, os participantes assinalaram os seguintes: participar ativamente da rotina dos filhos (n=6), ensinar bons modos, princípios e valores (n=5), dialogar, impor limites ao comportamento da criança, ser exemplo para os filhos e reforçar o comportamento deles (n=5), tal qual se verifica na Figura 12.

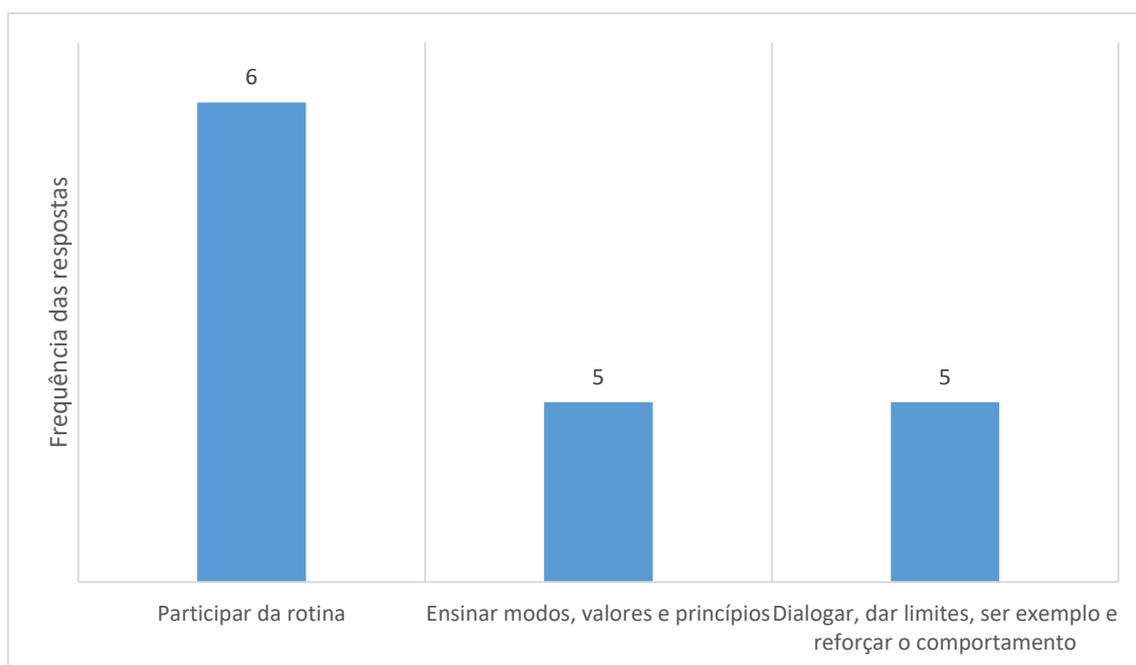


Figura 12. Práticas parentais que promovem o desenvolvimento infantil.

Ao destacar a relevância da presença dos pais na rotina dos filhos, no sentido de estar junto física e emocionalmente dos mesmos, os participantes referiram: “Acho que sempre uma família presente, né?” (P. 2). “Pensando o desenvolvimento completo dessa

criança, [...] eu penso muito [...] nessa ideia [...] do ser próximo, [...] de encorajar” (P. 7). “Eu penso que os pais devem acompanhar sempre [...], a criança precisa [...] do suporte familiar muito fortemente” (P. 8). “Participar das tarefinhas de casa” (P. 10). “A minha mãe [...] sentava comigo no chão ‘pra’ brincar [...]. Ela produzia brinquedos comigo [...]. Aquele momento [...] de interação [...] era um momento único [...]. Eu considero que [...] também seja importante ter esse momento, né?” (P. 11).

É o acompanhamento de perto, é a presença constante dos pais, né? [...] Quando... os pais são presentes [...] as crianças são mais ‘independente’, é mais... segura... e uma criança que os pais não são tão presentes, [...] de certa forma ela é revoltada, [...] ela tem essa dificuldade de rebeldia (P.4).

Polonia, Dessen e Silva (2008) pontuam que os diversos papéis que as pessoas assumem, como o de mãe, pai, tios, avós, irmãos, entre outros, estabelecem vários repertórios para a criança em desenvolvimento. Logo, a interação social, a participação e o engajamento da pessoa em diferentes ambientes pode inibir ou estimular o desenvolvimento humano.

O ensinamento de bons modos, princípios e valores ressaltado por cinco pretendentes aponta que os mesmos valorizam o desenvolvimento moral das crianças. Nesse ínterim, tais participantes ressaltaram a importância de que os filhos aprendam regras de etiqueta social, as quais pressupõem que as crianças não trazem consigo de suas vivências anteriores, além de pontuarem os princípios de viver em comunidade, empatia, respeito e vida religiosa, como se vê nas unidades de registro a seguir: “Passar ‘pra’ ele os meus valores” (P. 4). “Ensinar tudo aquilo que deve se usar, né? O viver em comunidade, a importância de ser educado” (P. 1). “Mostrar quais são [...] os verdadeiros valores da família, [...] os padrões de comportamento que a gente precisa observar [...] para conviver harmonicamente no meio social” (P. 12).

Os princípios [...]. Respeito [...]. Quero ensinar a respeitar, respeitar a família, respeitar os mais velhos, respeitar a opinião dos outros, sabe? [...]. Respeitar a religião [...]. A gente pensa em [...] levar todos os domingos à missa, ‘pra’ saber o que [...] é importante, e a participar [...] da igreja [...], a... comer todo mundo na mesa, a rezar antes das refeições (P. 5).

Educação familiar, aquela questão, né, do... do... bons modos, de uma criança ser humana, ter empatia com os outros, se colocar sempre no lugar dos outros [...] a questão [...] de você tratar as pessoas como seres humanos, e não, é... simplesmente como um objeto útil, entendeu? Ter um sentimento de humanidade com o próximo. [...]. Você ensinar ela a respeitar as pessoas (P. 6).

Dialogar com a criança, estabelecer limites para ela, reforçar o seu comportamento positivo e ser exemplo para ela também foram práticas mencionadas pelos pretendentes, os quais acreditam ser importantes no exercício da parentalidade: “Impor limites... toda essa questão, né, de respeito, de obediência, de... de amor [...]. A questão do exemplo, né? [...] Sempre ‘tá’ reforçando [...] as atitudes, [...] da criança” (P. 4). “Saber pôr limites com amor [...]. Dialogar sempre com a criança ‘pra’ contribuir com o seu desenvolvimento cognitivo” (P. 8). “Colocando os limites, dizendo não e [...] conversar, né? [...] Quando ele tiver fazendo alguma coisa errada, conversar, acolher, fazer entender” (P. 13). “O espelho que ela vai ter dentro de casa [...] o exemplo tem um fator mais preponderante do que [...] o estudo em si de leitura e tudo o mais” (P. 14).

Eu acho [...] que tudo é possível [...] dialogar com uma criança, né? De acordo com a idade, [...] com a forma que você vai colocar, né? [...]. Dizer quando é possível algo que ela deseje [...] ou, se não for possível, colocar também ‘pra’ criança que aquilo não é possível, né? (P. 11).

A terceira subcategoria referente aos aspectos que os pretendentes acreditam que promovem o desenvolvimento infantil diz respeito às formas de pensar e sentir dos cuidadores, as quais organizam a vida das famílias à medida que modulam os costumes parentais e o ambiente físico e social da criança.

Nesse sentido, tal qual retrata a Figura 13, os participantes reportaram a importância da afetividade através da demonstração de amor, atenção, carinho e respeito

pela criança (n=10); a concepção de cada criança como sujeito único (n=2); a concepção da importância de estimular o desenvolvimento (n=5), especialmente através do brincar e da leitura (n=6); a relevância de estabelecer horários definidos para as diversas atividades da rotina da criança (n=4) e a interação com outras crianças (n=4).

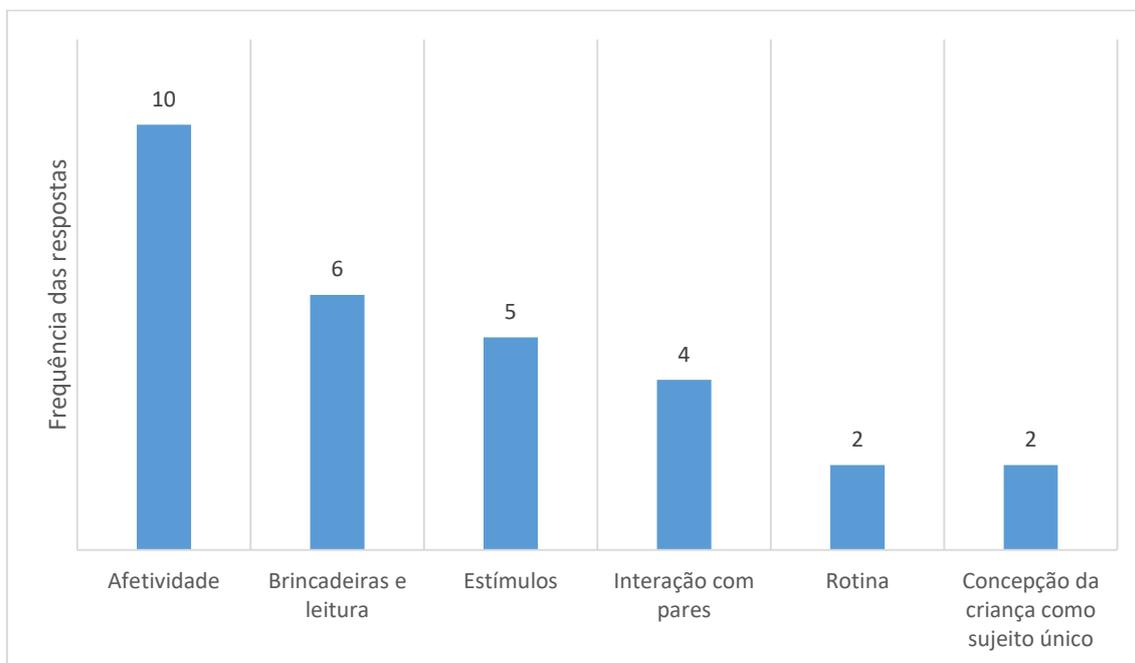


Figura 13. Concepções dos aspectos que promovem o desenvolvimento infantil.

A importância de fomentar expressões de afeto entre os membros da família e, especialmente, pela criança, pode ser verificada nos trechos extraídos das falas de dez participantes: “Primeiramente amor” (P. 1). “O amor de uma família, o carinho” (P. 2). “O principal são boas relações de afeto” (P. 3). “Atenção, respeito [...], você respeitar ela também” (P. 6). “Eu acho que atenção é primordial, que respeito é primordial, [...] que o amor, atenção, o respeito, elas são as bases ‘pra’ que o... uma criança possa se desenvolver dentro [...] do que a gente chama de normal e saudável” (P. 7). “Eu acho que [...] tem que começar pelo respeito, né? Eu acho que você respeitar, né, a, a criança, né? [...]. Eu acho que... que amor, né? Muito amor, muito carinho, [...] atenção, eu acho que isso é primordial [...], respeitar a criança, [...] saber ouvir, né?” (P. 11). “Crianças que têm [...]

maior atenção, maior afeto, [...] maior carinho e amor por parte da família, [...] têm um desenvolvimento [...] cognitivo [...] superior, né?” (P. 12). “Amor, porque são crianças que são abandonadas, muitas delas não tiveram nenhuma referência de pai e mãe, a referência que eles têm de adulto é... a cuidadora, o cuidador que tá lá no abrigo. Então, [...] é muito amor” (P. 13). “O amor que a gente vai dar ‘pra’ ela, a atenção” (P. 14).

Atenção do adulto também, aquela atenção direcionada [...]. O afeto é importante, [...] porque se você for falar de uma forma rígida sem afeto, eles entendem que você ‘tá’ sendo grosseiro e quando você fala com afeto [...], com amor... alguma correção, alguma coisa [...], eles se convencem mais e... e reconhece que aquilo ali não é uma [...] agressão (P. 8).

A concepção de que a criança é um ser único foi mencionada por duas participantes: “Como dizem todos os pais: cinco filhos parecem os dedos da mão, um maior, um menor, um mais gordinho, um mais magrinho, uma unha assim, enfim...” (P. 3). “Entender que a criança não é um ser raso [...] e que cada um é diferente, que existe as nuances, que mesmo que eu tenha dois, três, quatro filhos, todos terão diferentes” (P. 7). Essa concepção traz às participantes o entendimento de que é preciso atentar às particularidades de cada filho, a fim de saber como lidar com as demandas de cada um que, por sua vez, seguirão percursos de desenvolvimento diferentes.

Isso, entretanto, não exclui a necessidade de estimular o desenvolvimento das crianças e a respectiva responsabilidade parental em fazê-lo. Assim, ao falar sobre aspectos que contribuem para promover o desenvolvimento infantil, os participantes incluíram a importância da estimulação: “Criar estímulos, né? [...] Gerando estímulo é que você consegue [...] aumentar o potencial daquela criança a ter um desenvolvimento melhor quando adulto” (P. 1). “Eu acho que tudo depende do estímulo que você dá” (P. 2). “Acho que é mais essa coisa de estímulo” (P. 3). “Ela tem que ser oportunizada, [...] eu tenho que ter estímulos [...] diversificados, né? [...]. Dando chances [...] da criança ser

ativa” (P. 10). “Elas viveram num ambiente pouco diversificado, [...], então [...] demonstrar ‘pra’ ela que existe um mundo [...] bem mais amplo [...]. Levar ‘pra’ [...] cinema, praia, parque... sabe? [...]. Isso [...] ajuda no desenvolvimento dela, viajar ‘pra’ outros lugares...” (P. 14).

Assim, estimular o desenvolvimento significa, de modo geral, ofertar oportunidades para que a criança tenha diferentes experiências e seja ativa sobre o ambiente. Dessa maneira, ela pode explorar seus potenciais e desenvolver-se em diferentes domínios do desenvolvimento. Desta feita, o brincar e a leitura foram frisados como ocasiões favoráveis ao desenvolvimento da criança: “Estimular a leitura” (P. 1). “A leitura, é... o brincar mesmo, o, o... o brincar é muito importante também [...]. A literatura infantil [...], trazendo essa literatura infantil dentro de casa também é um aspecto muito importante, necessário” (P. 8). “Eu tenho a pretensão de criar um ambiente específico ‘pra’ fazer leituras [...] ‘pra’ que ela tenha um mundo de culturalidade que aí ajude e potencialize o desenvolvimento dela” (P. 9).

Dar chance [...] da criança brincar, [...] jogar, recrear, sozinha e com outros [...]. Eu acho que entra também a... a dimensão afetivo-social que a gente pode aproveitar muito essa dimensão do... do jogo, do se relacionar com o outro, é... por meio da brincadeira [...]. Pela leitura, [...] fazer a criança botar [...] os miolinhas dela ‘pra’ funcionar de uma maneira, é... mais natural, né? Menos sistematizado como a escola, mas gerar essas oportunidades, né? Ler ‘pra’ criança, ler com a criança, [...] é... jogos diversos de tabuleiro (P. 10).

Eu acho que [...] o momento dos pais é... brincar com a criança, claro que [...] é importante que a criança tenha o momento dela sozinha também com os brinquedos, até porque ela vai se descobrindo, né? [...] Contribuir com [...] o despertar dela e o desejo dela ‘pra’ leitura, né? Então assim, [...] eu acho que tudo isso, eu acho que contribui ‘pra’ esse desenvolvimento (P. 11).

Brincar também, eu acho que é importante, sabe? Não só... dizer as regras, mas elas precisam [...] do momento [...] de liberdade, de brincadeira, que é assim que desenvolve né? É caindo, levantando, ralando o joelho e... até eu falo ‘pro’ meu marido assim ‘elas vão ali ‘pra’ praça, vão comer terra e, e... tá tudo certo’, isso faz parte do desenvolvimento né? Não adianta também a gente ficar... prendendo [...] no apartamento, num mundinho imaginário, não; elas têm que ir ‘pra’ vida,

tem que... é... perceber que se... correr muito vai cair, e que se subir muito alto na árvore vai ter uma consequência (P. 13).

Por fim, dois participantes salientaram a necessidade de estabelecer uma rotina para as crianças, respeitando horários e tempo determinado para diferentes atividades, seja de lazer, higiene, alimentação, dentre outras atribuições da criança.

Como é uma pessoa que ‘tá’ em formação, a necessidade [...] de ter horários [...]; saber que tem horários [...] ‘pra’ se alimentar, [...] ‘pra’ brincar, [...] ‘pra’ dormir, né? Eu acho que isso é fundamental ‘pra’ organização de qualquer pessoa, então eu acho que a criança ela precisa [...] aprender isso, né? (P. 11).

Ter o... horário... ‘pra’ estudo, horário ‘pra’ brincar, eles precisam de rotina, né? [...] ‘Pra’ entender o que é certo e o que é errado, elas precisam de disciplina na vida, né? Porque na nossa vida, se a gente não tiver disciplina, a gente não faz nada (P. 13).

A interação das crianças com outras pessoas fora do contexto familiar foi salientada por alguns participantes como aspecto importante no desenvolvimento infantil, destacando-se, especialmente, as relações interpessoais entre os pares: “O contato com outras crianças também é importante” (P. 8). “Convívio com outras crianças [...] na escola, [...] com colegas da rua, com [...] os primos” (P. 10). “Eles convivem lá [na instituição de acolhimento] em grupos e com os amigos do colégio; ter novos amigos, amigos diferentes ‘pra’ saber lidar com a diversidade, eles vão ver outras pessoas” (P. 14).

Acho que é toda a socialização, né? Acho importante isso. Uma criança isolada em casa, só com a babá ou só com a empregada ou com quem for, não tem todo o desenvolvimento necessário porque não tem o estímulo (P. 2).

Por fim, os participantes apresentaram concepções acerca da rede de apoio e fontes de informações que esperam ter para subsidiar suas práticas educativas, esclarecendo dúvidas acerca da educação e do desenvolvimento das crianças e servindo de modelos a serem seguidos, as quais podem dar suporte à adequação dos papéis parentais por parte dos pretendentes à adoção. A esse respeito, os pretendentes à adoção

aludiram a profissionais (n=10), familiares (n=7), amigos (n=4), grupo de apoio à adoção (n=4), literatura (n=1) e *internet* (n=1). Essas menções não foram excludentes, ou seja, cada participante pode ter citado mais de uma fonte de ajuda e informação. Tais dados podem ser melhor visualizados na Figura 14.

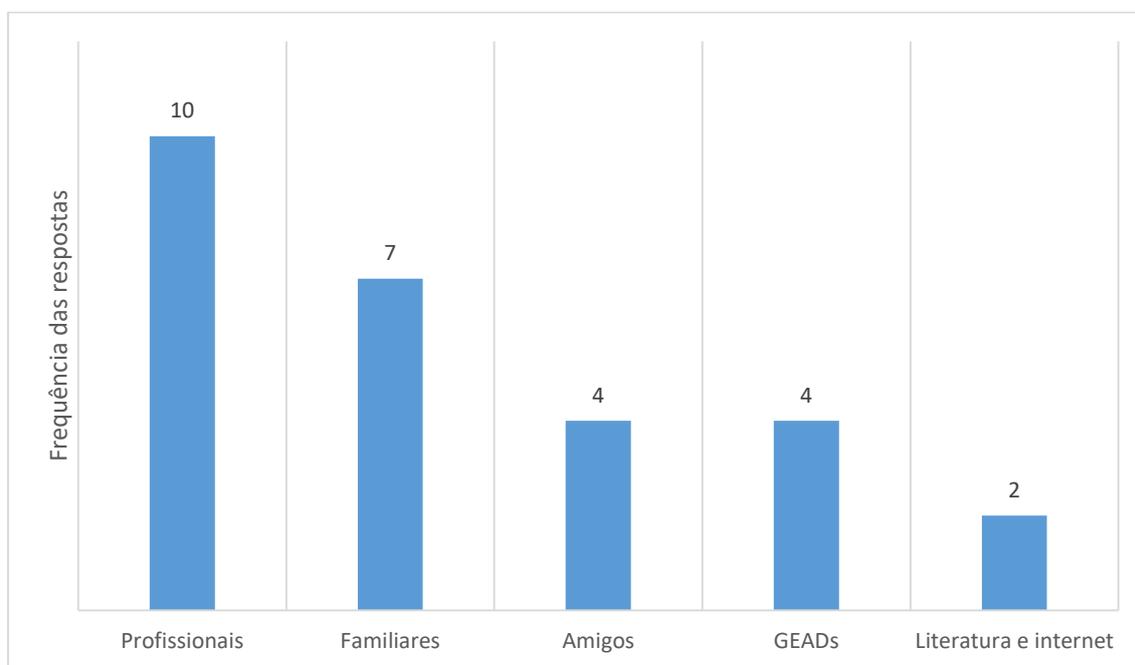


Figura 14. Frequência das respostas quanto à rede de apoio.

Dentre as fontes de informação, dois participantes citaram a busca na *internet* ou na literatura por informações que possam contribuir para o exercício da parentalidade: “A priori, [...] eu teria uma busca profunda na literatura ‘pra’ me embasar, [...], tentando entender como era que eu poderia criar mecanismos ‘pra’ ajudar essa criança” (P. 9). “Atualmente eu tenho recorrido muito [...] à internet, eu [...] vejo vídeo de pessoas que adotaram, vejo vídeos de especialista sobre determinadas situações” (P. 14).

Quatro pretendentes também mencionaram os grupos de estudo e apoio à adoção como possibilidade para encontrar ajuda e informação quando necessário: “Vou procurar esse GEAD, né? ‘Pra’ ver se a gente consegue mais informação” (P. 2). “Grupo de apoio também é importante [...] a minha pretensão é entrar no grupo de apoio, não entrei ainda

por questão de tempo mesmo” (P. 8). “No grupo de apoio [...] de adoção, né?” (P. 13). “Recorreria ao GEAD” (P. 14)

A ajuda de familiares mais próximos, como os pais e sogros, foi citada por sete participantes, busca essa que pode ser motivada pela afetividade e pela confiança na experiência de tais parentes no exercício de suas respectivas parentalidades, como se verifica nos seguintes relatos: “Aos meus pais, primeiro, que tem toda a experiência, né? Que me teve, teve meus irmãos... é... à família da minha esposa também” (P. 1). “Minha mãe, meu pai... me educaram, deram jeito em mim, então [risos] pode me ajudar também [...] a educar a criança” (P. 6). “Minha mãe [risos], sempre minha mãe” (P. 7). “Tenho, é... um pai e uma mãe muito presente até hoje e eu penso que eu recorreria muito a eles” (P. 8). “Meus pais estão bem longe daqui, né? Estão lá no Rio de Janeiro, mas [...] eu recorreria a eles, em parte” (P. 14).

O apoio dos familiares [...] mais próximos, né, da gente? Tanto da parte dela quanto da minha parte [...]. Não tem como você dizer que essas pessoas não vão fazer parte do desenvolvimento dessa criança [...]. Da minha irmã, que já tem filhos, da minha mãe, né? (P. 9).

Além de parentes próximos, os participantes mencionaram os amigos como potenciais ajudadores no processo de educação dos filhos: “E a amigos por perto, né? [...] amigos, parentes, pessoas de confiança, né?” (P. 1). “Eu tenho uma... figura de pessoas que [...] adotaram [...] eu penso que eles são referências ‘pra’ mim porque [...] eu sei que eles adotaram e passaram por muitas dificuldades, então essa pessoas servem de apoio” (P. 8).

Eu [...] tenho amigas, assim, da área da Pedagogia e tem uma que [...] pesquisa [...] nessa área, sabe, infantil? [...] Então é uma pessoa de muita referência ‘pra’ mim, é... não só como profissional, mas como pessoa, como amiga [...] Então [...] seria [...] uma das pessoas que com certeza eu contaria [...] em tirar dúvidas, né? Eu tenho amigas também da área da Psicologia, que também poderiam me ajudar, né? (P. 11).

Procuraria também [...] pessoas da minha família e amigos que são pais e [...] que desempenharam [...] um bom papel como pai porque... tem assim... crianças espetaculares, bem desenvolvidas, muito amáveis, ‘obediente’, bem educadas, então eu acho que são exemplos que a gente precisa copiar (P. 12).

Por fim, a maioria dos participantes (n=11) citou a ajuda profissional como parte de sua rede de apoio e informação: “Ao psicólogo” (P. 4). “Acho que psicólogo, né? Psicólogo, até ‘pra’ orientar a gente, também, de alguma forma” (P. 5). “Recorreria a [...] psicólogos, pedagogo... se a criança precisar, fonoaudiólogo, enfim, qualquer profissional que precise. Agora, creio eu que seja mais nessa parte de professor, se precisar de um reforço, você vai e leva” (P. 6). “Vendo que a gente sozinhos não teríamos condições, buscaríamos profissionais é... psicólogos, ‘terapeuta’ ocupacionais, pediatras, [...] outros profissionais que pudessem, né, agregar, [...] e nos direcionar na... na questão de... dar o melhor suporte possível ‘pra’ essa criança” (P. 9). “Eu acho que nessa fase do [...] estágio de convivência, [...] essas questões seriam tiradas mais com os profissionais da própria Vara” (P. 11). “Inicialmente, eu [...] procuraria os profissionais da área: pedagogos, psicólogos” (P. 12).

Eu faço terapia sempre, [...], eu acho que é fundamental, eu procuraria, claro, alguém voltado ‘pra’ parte infantil, né? [...]. Então acho que ‘pra’ todo o desenvolvimento, desde escola [...] até... [...] um psicólogo mesmo, acho que seria um trabalho multidisciplinar, né? (P. 2)

Eu acho que esse apoio psicológico ele deve estar presente [...] desde o início [...] porque, mesmo sendo pequena [...], mas ele carrega experiências que eu não sei se foram boas ou más, enfim... eu acho que auxilia [...] no desenvolvimento cognitivo, emocional e físico da criança [...]. Se a gente precisar de algum apoio psicológico, como lidar com o filho, [...] eu recorreria a eles [equipe da Vara da Infância e Juventude] e a profissionais de modo geral, dependendo do problema, né? (P. 3).

Se eu percebo que [...] o meu filho ‘taria’ com problema de aprendizado, um primeiro contato que eu teria era com a própria escola, né? [...] E aí dentro da própria escola a gente tem [...] uma infraestrutura de apoio ‘pra’ isso, né? Tem uma psicopedagoga que vai [...] ter [...] uma formação mais qualificada, né, ‘pra’ pensar [...] nos processos do desenvolvimento [...]. Se fosse um problema de relacionamento, [...] de aprendizado, [...] um problema motor, [...] eu acho que ficaria ali pela Pedagogia, Psicopedagogia e Psicologia (P. 10).

A gente já tem uma psicóloga que a gente faz terapia, só que ela não é psicóloga infantil, né? Lá no consultório dela tem uma psicóloga infantil [...]. De repente, só... a conversa com a gente não vai resolver, de repente tem que ter um... um apoio profissional (P. 13).

Como se vê, foram citados profissionais de diferentes competências, como pedagogos, psicopedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e pediatras. Ademais, alguns desses profissionais foram vinculados a diferentes instituições, como a Vara da Infância e Juventude e a escola. Apesar de serem citados diferentes profissionais, houve menção recorrente ao papel do psicólogo, destacando-se, assim, o protagonismo desse profissional frente às demandas dos pretendentes à adoção. Isso indica a responsabilidade do psicólogo diante de tais questões e a necessidade de conhecer sobre os diferentes aspectos ligados à adoção e ao desenvolvimento infantil.

No âmbito da ajuda profissional, os participantes desse estudo reafirmaram a importância de serviços especializados que realizem o acompanhamento familiar, especialmente após a adoção, a fim de fortalecer o processo de filiação e parentalidade que os adotantes e as crianças enfrentam.

Uma participante salientou a importância de tais serviços antes mesmo da chegada da criança:

Durante uma gestação você tem todo aquele... aquele período que você já sabe que vai chegar na... naquele determinado momento, mas no processo de adoção, não. Eles [...] ligam, né, 'pra' você 'oh, seu filho 'tá' disponível, venha pegar agora'. Então assim, é tudo muito rápido, então é... eu acho que é muito brusco assim, teria que ter uma preparação (P. 4).

Ademais, os pretendentes salientaram a importância de orientações quanto ao desenvolvimento da criança, o compartilhamento de experiências, suporte para a adaptação familiar, dentre outros aspectos: “Na medida que vai tendo esse acompanhamento, eles vão criando [...] um norral: [...] ‘a criança se comporta de tal forma, assim, assado, tal’. [...] Em vez de você ficar fazendo experimento, você vai

aprender com a experiência anterior” (P. 6). “É importante todo esse acompanhamento ‘pra’ nos ajudar enquanto [...] pais. [...] Esse acompanhamento de dar um suporte, de dialogar com a gente também, tudo é válido” (P. 8). “Se você tivesse um centro de apoio com profissionais ligados diretamente ao... ao estudo [...] da adoção, com certeza as famílias estariam mais [...] amparadas [...]. Porque a gente necessita de outras pessoas [...] ‘pra’ nos auxiliar nesse processo” (P. 9).

‘Pra’ passar alguma experiência de alguns outros casos [...]. Acho que um acompanhamento ali de alguns anos ‘pra’ frente, [...] seria importante. [...] No começo um acompanhamento muito mais próximo e aí com o tempo vai diminuindo essa frequência (P. 1).

Embora [...] eu não veja diferença entre o biológico e entre a adoção, mas eu penso [...] que a adoção ela vai um pouco além exatamente por não ser uma tábula rasa que vem sem história, ele tem uma história e isso muitas vezes pode confrontar com a história da minha casa e da minha família e... então eu... eu gostaria de que esse apoio pudesse permanecer após a adoção (P. 7).

Ter instituições, ter profissionais que [...] apoiassem, né, esses pais nessas dúvidas, nessas questões, seria extremamente importante porque esses pais eles estariam mais fortalecidos, né? [...] Talvez, inclusive, esses processos que ‘acaba’ não dando certo no estágio de convivência, poderiam ser... diminuídos (P. 11).

Eu gostaria que tivesse um lugar [...] que só atendesse pais que adotaram e crianças que foram adotadas porque eu acho que aí o foco, o olhar é outro, entendeu? [...]. Não que uma psicóloga é... que não seja especializada em adoção não consiga [...] ajudar, mas eu acho que eu me sentiria mais segura se fosse especializada [...]. Você não nasce mãe, não nasce pai, você aprende, mas assim, você aprende o quê? Errando, batendo cabeça? [...]. Acredito eu que em determinado momento a gente vá precisar de ajuda, eu vou ficar sem saber o que fazer, sem saber o que dizer (P. 13).

Vai ter momento de dificuldade em que a gente vai [...] falar assim: ‘cara, ‘pra’ onde eu vou agora?’ [...]. E... ‘pra’ isso, [...] a gente vai ter que [...] um ponto de luz ‘pra’ se guiar, não que a gente vá fazer o que propõe, mas que nos dê pelo menos ‘oh, o caminho é esse’. [...] Quando a gente fez o curso ‘pra’ adoção, [...] o responsável pelo curso [...] me colocou em situações em que eu [...] jamais imaginasse que pudesse [...] acontecer e que ele depois falou que foram realmente casos reais [...]. Então, eu gostaria que tivesse um acompanhamento (P. 14).

Acho fundamental [...] porque... por mais que a gente tenha um curso de formação, [...] pesquise e tenha consciência do que é realmente adotar uma criança, constituir uma família vai ter impacto na tua vida [...], muitas coisas precisam ser repensadas, [...] replanejadas, revistas e é fundamental esse acompanhamento pós-

adoção com profissionais realmente habilitados, capacitados, porque [...] você sabe que você vai ter [...] uma fonte que vai te dar apoio em algum momento, né? (P. 12).

Em contraste à perspectiva dos participantes acima, os quais afirmam a necessidade de acompanhamento pós-adoção por diversas razões, um dos participantes reconhece a importância desse apoio somente em casos específicos, diante de alguma carência que a criança demande.

Um acompanhamento [...] especializado, talvez nas situações em que hã... são mais problemáticas essa... essa adaptação, né? Tanto por parte da criança, né, de ter dificuldade de se colocar naquele novo é... contexto, né, uma nova família que eles não conheciam antes, quanto dos pais de... de encarar os problemas que... que podem surgir. [...] Espero não precisar de um serviço especializado ou precisar de alguém 'pra' discutir isso porque é... quando a gente é pai, é... ninguém procura ajuda é... se não tiver um problema, né? [...] Então o fato de você adotar não quer dizer que você vai, necessariamente, precisar de uma ajuda. Você 'tá' sendo pai, assim como a minha irmã, o meu irmão, foram pais e não procuraram ajuda, a menos que... que a criança demande isso né? (P. 10).

Embora uma participante tenha mencionado a necessidade de serviços especializados como suporte à equipe da Vara da Infância e Juventude, como se vê em seu discurso: “Seria muito importante... porque eu sinto que o pessoal da Vara, aquela equipe [...] ela é muito sobrecarregada, entendeu?” (P. 3), destaca-se que o acompanhamento familiar junto à esta instituição cessa após a conclusão da adoção, uma vez que a partir daí forma-se um novo núcleo familiar que garantirá os direitos da criança. Todavia, isso não é prerrogativa de que a nova família não enfrentará percalços no processo de vinculação ou de outras naturezas que demandem assistência profissional, como bem colocaram vários pretendentes deste estudo.

Outra questão que emergiu nos relatos diz respeito à necessidade de serviços especializados que sejam gratuitos: “Psicólogo a gente sabe que é um pouquinho caro e às vezes não dá 'pra' ir muito tempo, só algumas sessões e tem que parar, e aí essa ajuda aí ia ser muito bom, muito interessante” (P. 5).

Alguns participantes explicitaram uma postura ativa diante da educação dos filhos, partindo da compreensão de sua autonomia e responsabilidade nesse processo. Em outras palavras, eles desejam ser instruídos, orientados, mas se colocam ativamente frente a tais instruções, refletindo acerca das mesmas e tomando as decisões que creditam ser cabíveis para sua família. Os trechos seguintes representam essa perspectiva: “Você... recebe orientação, reflete sobre aquilo e implementa, ou não, aí vai depender da pessoa” (P. 6). “Lógico que a gente tem que caminhar com as próprias pernas, mas assim, [...] toda ajuda é bem-vinda” (P. 8). “Não significa que eu, é... tomaria como posição o que eles disseram, mas eu [...] tiraria a minha [...] conclusão, entendeu?” (P. 14).

Em suma, enquanto a maioria dos pretendentes à adoção acredita na relevância de buscar e receber apoio profissional para subsidiar suas práticas parentais, as demandas apresentadas são referentes a apoio psicológico para os filhos e para si, como também à orientação para tomar decisões pertinentes à educação das crianças, como retratam os trechos a seguir: “A gente não sabe se faz o certo ou errado, [...] eu procuraria ajuda profissional” (P. 2). “Psicólogo, dependendo do estado emocional da criança, do meu, da minha esposa também, talvez a gente também precise, né?” (P. 6). “Quando nosso filho chegar, eu acho que tanto nós quanto ele, vai precisar ter um acompanhamento psicológico” (P. 7). Assim, ao mencionar a procura por psicólogos, os participantes aludem às demandas citadas acima.

Desta feita, destaca-se que questões relacionadas ao desenvolvimento infantil são pouco mencionadas e, quando citadas, também são pouco associadas à figura do profissional da Psicologia. Nesse ínterim, dois participantes mencionaram questões relacionadas ao desenvolvimento infantil e um deles fez menção explícita ao profissional da Psicologia para lidar com as mesmas: “Até ‘pra’... os pais... durante o desenvolvimento, né? [...] O período que a criança vai entrar, [...] talvez eles não estejam

tão preparados ‘pra’ isso, ou até com uma criança maior que tenha... dificuldade maior, né, de... de adaptação?” (P. 4). “Na Psicologia também tem [...] subáreas [...] que estuda o desenvolvimento infantil” (P. 10).

As concepções dos pretendentes à adoção sobre o desenvolvimento infantil são importantes para desmistificar preconceitos e instrumentalizá-los para suprir as necessidades de seus filhos e serem intermediadores de seu desenvolvimento.

Portanto, os resultados do presente estudo abarcaram questões relacionadas ao perfil das crianças que os pretendentes desejam adotar, suas concepções sobre a adoção e o desenvolvimento infantil. A partir da análise do perfil delineado pelos participantes e do conteúdo de suas entrevistas, apreende-se a emergência de concepções positivas e emancipadoras acerca do processo adotivo e do desenvolvimento infantil, como a participação masculina numa perspectiva paterna, a aceitação de crianças maiores, a não restrição do sexo da criança, a permanência no processo de adoção concomitante a uma gestação, a disponibilidade para realizar adoções inter-raciais e a preponderância de expectativas positivas quanto à vinculação paterno-filial, apesar das dificuldades que esperam vivenciar ao longo do processo.

Em contrapartida, não se pode deixar de discutir a respeito de mitos e preconceitos remanescentes, pois eles são propagados na sociedade e alimentam os estereótipos e a discriminação que atingem as crianças adotadas. Assim, tais concepções servem à manutenção de um cenário que, direta ou indiretamente, afeta o desenvolvimento das crianças inseridas num lar adotivo, uma vez que influenciam as motivações para a adoção e subsidiam as práticas parentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar as concepções de pretendentes à adoção sobre o processo de adoção e o desenvolvimento infantil, verificando a importância que os mesmos atribuem aos aspectos genéticos e ambientais para o desenvolvimento das crianças. De modo geral, as concepções parentais oferecem subsídios para compreender as práticas e decisões dos pais que afetam, direta ou indiretamente, o desenvolvimento dos filhos. Essas concepções são construídas concomitantemente à construção dos papéis parentais e vão sendo constantemente transformadas mediante as interações sociais e à aquisição de novas informações.

Nesse sentido, a fase de preparação para adoção enquanto os postulantes se habilitam e aguardam a chegada da criança é um momento propício para refletir acerca de concepções e práticas que os mesmos têm e desejam desempenhar no exercício de sua parentalidade. Ademais, é preciso considerar as vicissitudes inerentes à parentalidade e filiação adotivas, uma vez que essas demandam processos específicos que precisam ser considerados, a fim de que se estabeleça um vínculo genuíno e seguro entre pais e filhos por adoção.

Outra questão que perpassa a adoção é a existência de preconceitos e concepções equivocadas, dentre as quais se destaca a concepção de que a criança adotada apresenta carências, déficits e anormalidades decorrentes da carga hereditária, supostamente inferior a dos adotantes. Tal concepção incide sobre as práticas parentais e, conseqüentemente, sobre o desenvolvimento das crianças. Compreendendo que a família é um importante espaço de promoção do desenvolvimento e que a adoção viabiliza esse processo à criança, este estudo buscou conhecer as concepções de pretendentes à adoção, a fim de potencializar as possibilidades de promoção do desenvolvimento infantil no seio da família adotiva.

Ao analisar o perfil delineado pelos participantes das crianças que desejam adotar, percebe-se que a tendência é a adoção de até duas crianças, até cinco anos de idade, independente do sexo e da cor, podendo ter alguma enfermidade passível de tratamento. Assim, verifica-se uma certa abertura à adoção de crianças maiores de dois anos, embora a preferência seja por bebês, especialmente pelo desejo de vivenciar todas as fases do desenvolvimento e contribuir com estas, pela concepção de que crianças menores se adaptam mais facilmente e pela concepção de que crianças maiores têm a personalidade formada.

Os pretendentes tendem a atribuir à adoção significados relacionados a um gesto de amor, além de acreditarem ser uma oportunidade de desenvolvimento para a criança. Alguns deles reportam a existência de um suposto encantamento por uma criança específica, o que determinaria a escolha da criança a ser adotada, caso fosse possível. A principal motivação para a adoção está relacionada a dificuldades de fertilidade nos pretendentes, embora o desejo de ter filhos e exercer a parentalidade seja a razão pela qual decidem adotar uma criança.

Os pretendentes à adoção relataram mecanismos de planejamento e preparação para a parentalidade, de modo geral, e para a adoção, especificamente, além de planejamentos e expectativas para chegada da criança, como a expectativa de conhecer a criança, conviver com ela e colocar em prática os sonhos e planejamentos que vêm sendo construídos.

Apesar das expectativas promissoras, os postulantes vivenciam dificuldades e desafios ao longo do processo de adoção, que é percebido por eles como moroso e burocrático, além de ter conhecimento da realização de adoções ilegais, conjuntura essa que acarreta sentimentos de ansiedade e frustração diante da espera pela criança. Também foram mencionados preconceitos de outros contra a adoção e desafios relacionados à

adaptação da nova constituição familiar e educação da criança, os quais acreditam que devam vivenciar futuramente.

Aspectos genéticos e da história pregressa das crianças foram relacionados ao seu desenvolvimento das crianças adotadas no sentido de determinar comportamentos e gerar dificuldades e anormalidades na criança adotada. Mesmo diante de tal concepção, notou-se uma disposição dos pretendentes a pais adotivos em intermediar o desenvolvimento dos seus filhos mediante os ambientes que disponibilizam a eles, sobretudo o espaço doméstico e escolar, além de espaços de lazer, cultura e artes, nos quais as crianças podem ter acesso a diferentes estímulos, brincadeiras, leitura, afetividade e interação com pares.

Além disso, os pretendentes à adoção acreditam que estabelecer uma rotina com horários pré-fixados para os filhos desempenharem suas atividades de higiene, educação, lazer, dentre outras, participar ativamente dessa rotina, ensinar modos, valores e princípios, dialogar, ser exemplo, impor limites e reforçar o bom comportamento das crianças são fatores que promovem o desenvolvimento das mesmas.

Por fim, os participantes deste estudo fizeram referência a *internet*, literatura, familiares, amigos, grupos de apoio à adoção e profissionais diversos como fontes de informação e rede de apoio para dar suporte às necessidades e dúvidas que porventura venham surgir tangentes à educação e desenvolvimento das crianças. Ressalta-se que a rede de apoio social é um importante instrumento para auxiliar na aquisição de papéis e adequação parental dos pretendentes à adoção.

No âmbito da atuação profissional, chama-se a atenção para a necessidade de serviços especializados que acompanhem as famílias no pós-adoção, especialmente a partir do momento em que as famílias ficam desassistidas pela equipe técnica da Vara da Infância e Juventude que acompanha os processos de adoção até o momento em que esta se realiza. Nesse quesito, como pontuado pelos participantes, salienta-se a indicação da

Psicologia como uma área importante nesse processo. Ademais, destaca-se que os grupos de estudo e apoio à adoção consistem num importante braço da rede de apoio social, uma vez que neles é possível trocar experiências com outras famílias adotantes, sanar dúvidas, compartilhar ansiedades, medos e descobertas. A participação nos grupos de apoio à adoção é rica desde o momento da habilitação para adoção até após a concretização da adoção.

Nesse quesito, os resultados deste estudo são importantes para profissionais que lidam diretamente com o processo de adoção, seja no âmbito jurídico, clínico ou em outras instituições, oferecendo subsídios para elaboração de estratégias mais eficazes de orientação de postulantes, pais e profissionais.

Reconhece-se como limitações da pesquisa o fato de que os dados são referentes a um grupo específico de pretendentes à adoção formado por aqueles à espera da chegada da criança; além de que os participantes ainda não exerciam a parentalidade. Logo, sugere-se a realização de estudos longitudinais para acompanhar as concepções ao longo das diferentes etapas do processo de adoção, a saber: habilitação para adoção, estágio de aproximação com a criança, estágio de convivência e pós-adoção. Assim, de forma específica, sugere-se também comparar as concepções de pais e pretendentes à adoção.

REFERÊNCIAS

- Agripino-Ramos, C. S., & Salomão, N. R. (2014). Autismo e Síndrome de Down: concepções de profissionais de diferentes áreas. *Psicologia em Estudo*, 19(1), 103-114.
- Albuquerque, L. A. F. P. de, Souza, A. X., de A. & de Silva, J. (2019). Representações Sociais Elaboradas por Postulantes sobre Adoção Convencional e Adoção Tardia. *Revista de Psicologia da IMED*, 11(2), 15-33.
- Altoé, S., & Silva, M. M. (2013). Características de uma clínica psicanalítica com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Estilos clin. (São Paulo)*, 18(1), 125-141.
- Alvarenga, L. L. D., & Bittencourt, M. I. G. D. F. (2013). A delicada construção de um vínculo de filiação: o papel do psicólogo em processos de adoção. *Pensando famílias*, 17(1), 41-53.
- Álvaro, J. L., & Garrido, A. (2006). *Psicologia Social: Perspectivas psicológicas e sociológicas* (M. C. Fernandes, Trad.). São Paulo: McGraw-Hill.
- Alves, J. R., Hueb, M. F. D., & Scorsolini-Comin, F. (2017). Desenvolvimento emocional de crianças que vivenciaram o processo adotivo: revisão integrativa da literatura. *Contextos Clínicos*, 10(2), 268-283.
- Amin, A. R. (2016). Doutrina da proteção integral. In: Maciel, K. R. F. L. A. (Coord.). *Curso de direito da criança e do adolescente: aspectos teóricos e práticos* (9. ed.). São Paulo: Saraiva.
- Apolinário, A. S. A. C., & Antunes, M. C. (2015). Adoção de crianças e adolescentes soropositivos. *Boletim-Academia Paulista de Psicologia*, 35(89), 325-349.
- Aquino, F. D. S. B., & Salomão, N. M. R. (2011). Intencionalidade comunicativa e atenção conjunta: uma análise em contextos interativos mãe-bebê. *Psicologia: reflexão e crítica*, 24(1), 107-115.
- Araujo, A. I. dos S. F., & Faro, A. (2017). Motivações, dificuldades e expectativas acerca da adoção: perspectivas de futuros pais adotivos. *Psicologia em Revista*, 23(3), 790-810.
- Ayres, L. S. M., Coutinho, A. P. C., Sá, D. A., de & Albernaz, T. (2010). Abrigo e abrigados: construções e desconstruções de um estigma. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(2), 420-433.
- Baptista, J., Soares, I., & Henriques, M. (2013). Recuperação desenvolvimental após a adoção: características da criança e da família adotiva. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(2), 396-404.
- Barroso, R. G., & Machado, C. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. *Revista Psychologica*, 52(1), 211-229.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bicca, A., & Grzybowski, L. S. (2014). Adoção tardia: percepções dos adotantes em relação aos períodos iniciais de adaptação. *Contextos Clínicos*, 7(2), 155-167.
- Borges, L. C., & Salomão, N. M. R. (2015). Concepções de desenvolvimento infantil e metas de socialização maternas em contexto não urbano. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 20(2), 114-125.
- Borsa, J. C., & Nunes, M. L. T. (2017). Aspectos psicossociais da parentalidade: o papel de homens e mulheres na família nuclear. *Psicologia Argumento*, 29(64).
- Bortolatto, M. de O., Loos, V. N., & Delvan, J. da S. (2016). Grupos de estudo e apoio à adoção e o sucesso das adoções. *Barbarói*, (48), 205-233.
- Brasil (1990). *Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União.

- Brasil (2009). *Lei Nº 12.010, de 3 de agosto de 2009*. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990-Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002-Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Diário Oficial da União.
- Brasil (2017). *Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017*. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Diário Oficial da União.
- Brum, E. H. M. D., & Schermann, L. (2004). Vínculos iniciais e desenvolvimento infantil: abordagem teórica em situação de nascimento de risco. *Ciênc. saúde coletiva*, 9(2), 457-467.
- Bueno, R., Vieira, M. L., & Crepaldi, M. A. (2016). Paternidade no Contexto da Adoção. *Pensando Famílias*, 20(1), 57-67.
- BVS Psicologia Brasil (n.d.). Index Psi Periódicos Técnico-Científicos. Retirado em Junho 15, 2019, de <http://www.bvs-psi.org.br/php/level.php?lang=pt&component=19&item=59>.
- Cadastro Nacional de Adoção (2019). Relatório do Cadastro Nacional de Adoção. Retirado em Maio 05, 2019, de <http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>.
- Cecílio, M. S., Hueb, M. F. D., & Farinelli, M. R. (2018). Vivenciando uma Oficina Preparatória para Adoção: um relato de experiência. *Revista da SPAGESP*, 19(2), 94-109.
- Cecílio, M. S., & Scorsolini-Comin, F. (2016). Parentalidades adotiva e biológica e suas repercussões nas dinâmicas conjugais. *Psicologia: ciência e Profissão*, 36(1), 171-182.
- Conselho Nacional de Justiça. (2020). Relatório de crianças disponíveis. Retirado em Setembro 11, 2020, de: <https://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>.
- Costa, N. R. D. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3).
- Cunha, A. B. N. (2014). *Perspetivas dos profissionais e das famílias adotivas sobre a criação de serviços de pós-adoção em Portugal*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica Portuguesa, Portugal.
- Dela Coleta, J. A., & Dela Coleta, M. F. (2011). Conhecendo a si e ao outro: percepção e atribuição de causalidade. Em C. V. Torres, & E. R. Neiva, *Psicologia Social: Principais temas e vertentes* (pp. 134-152). Porto Alegre: Artmed.
- Donato, H., & Donato, M. (2019). Etapas na Condução de uma Revisão Sistemática. *Acta Medica Portuguesa*, 32(3), 227-235.
- Ebrahim, S. G. (2001). Adoção tardia: altruísmo, maturidade e estabilidade emocional. *Psicologia: Reflexão e crítica*, 14(1), 73-80.
- Ferreira, M. C. (2011). Breve História da Moderna Psicologia Social. Em C. V. Torres, & E. R. Neiva, *Psicologia Social: Principais temas e vertentes* (pp. 13-30). Porto Alegre: Artmed.
- Fonseca, C. (2009). Abandono, adoção e anonimato: questões de moralidade materna suscitadas pelas propostas legais de “parto anônimo”. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 1, 30-62.
- Fonseca, C. (2010). O direito às origens: segredo e desigualdade no controle de informações sobre a identidade pessoal. *Revista de Antropologia*, 53(2), 493-526.

- Fonsêca, P. N. D., Palitot, R. M., Machado, M. D. O. S., Santos, J. L. F. D., & Souza Filho, J. F. D. (2018). Percepção parental acerca do filho adotado: uma análise psicoeducacional. *Pensando famílias*, 22(1), 131-145.
- Galvão, T. F., Pansani, T. D. S. A., & Harrad, D. (2015). Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(2), 335-342.
- Gomes, K. (2006). A adoção à luz da teoria winnicottiana. *Winnicott e-prints*, 1(2), 1-18.
- Gomes, K. P. S. (2008). O manejo da criança adotada a partir da Teoria Winnicottiana. *APRENDER—Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação*, 4(11), 223-239.
- Howat-Rodrigues, A. B. C., Tokumaru, R. S., & Amorim, T. N. de (2009). Mães adotivas e genéticas: habilidades, insegurança e apoio percebido. *PSico*, 40(2), 3.
- Huber, M. Z., & Siqueira, A. C. (2010). Pais por adoção: a adoção na perspectiva dos casais em fila de espera. *Revista Psicologia-Teoria e Prática*, 12(2).
- Hueb, M. F. D. (2016). Acolhimento institucional e adoção: uma interlocução necessária. *Revista da SPAGESP*, 17(1), 28-38.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). Painel de indicadores. Retirado em Junho 15, 2020 de <https://www.ibge.gov.br/indicadores>.
- Kennell, J. & Klaus, M. H. (1998). Vínculo afetivo: observações recentes que alteram o cuidado perinatal. *PediatricRev*, 19(1), 4-12.
- Klaus, M. H., & Kennell, J. H. (1992). *Pais/bebê: a formação do apego*. Porto Alegre: Artes.
- Kobarg, A. P. R., Sachetti, V. A. R., & Vieira, M. L. (2006). Valores e crenças parentais: reflexões teóricas. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*. 16(2), 96-101.
- Kusano, S. M. (2006). *Adoção intuitu personae*. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Lage, S. da R., Santos, I. M. M. dos, & Nazareth, I. V. (2014). Narrativa de vida de mulheres que amamentaram seus filhos adotivos. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*, 15(2), 249-256.
- Lecannelier, F. (2006). Estrategias de intervención temprana em salud mental. *Revista Psicología & Sociedad*, 1-9.
- Levinzon, G. K. (2006). A adoção na clínica psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. *Mudanças: Psicologia da Saúde*, 14(1), 24-31.
- Levinzon, G. K. (2015). A curiosidade na adoção: terreno pantanoso ou saúde psíquica?. *DESIDADES: Revista Electrónica de Divulgación Científica de la Infancia y la Juventud*, 3(7), 10-20.
- Levy, L., Pinho, P. G., & de Faria, M. M. (2009). “Família é muito sofrimento”: um estudo de casos de “devolução” de crianças. *Psico*, 40(1), 5.
- Liminaña, A. R. (2009). Reflexiones acerca del proceso psico-social de valoración de idoneidad para la adopción de menores en la Comunidad Valenciana. *Revista Alternativas-Cuadernos de Trabajo Social*, 16, 101-109.
- Lins, Z. M. B., Salomão, N. M. R., Borges, L. C., Lins, S. L. B., & Carneiro, T. F. (2016). Metas Parentais de Socialização em Relação ao Desenvolvimento de seus Filhos. *Interação em Psicologia*, 19(1).
- Lipp, L. K., Mello, A. B. G., & Ribeiro, M. M. (2011). O patinho feio no imaginário parental. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 14(2), 275-291.
- Macêdo, L. E. D. M. L. (2014). A dinâmica perversa na adoção: Interrogando sobre filiação. *Revista Latinoamericana de Psicopatología Fundamental*, 17(3), 696-705.

- Machado, R. N., Féres-Carneiro, T. F., & Magalhães, A. S. (2015). Parentalidade adotiva: Contextualizando a escolha. *Psico*, 46(4), 442-451.
- Machado, L. V., Ferreira, R. R., & Seron, P. C. (2015). Adoção de crianças maiores: sobre aspectos legais e construção do vínculo afetivo. *Estudos interdisciplinares em Psicologia*, 6(1), 65-81.
- Machin, R. (2016). Homoparentalidade e adoção:(Re) afirmando seu lugar como família. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 350-359.
- Martins, G. D. F., Vieira, M. L., Seidl-de-Moura, M. L., & Macarini, S. M. (2011). Crenças e práticas de cuidado entre mães residentes em capitais e pequenas cidades brasileiras. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 24(4), 692-701.
- Mascagna, G. C. (2009). *Adolescência compreensão histórica a partir de Vigotski* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, PR, Brasil.
- Maux, A. A. B., & Dutra, E. (2009). Do útero à adoção: a experiência de mulheres férteis que adotaram uma criança. *Estudos de Psicologia*, 14(2), 113-121.
- Maux, A. A. B., & Dutra, E. (2010). A adoção no Brasil: algumas reflexões. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(2), 356-372.
- Mendes, E. G. (1995). *Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, SP, Brasil.
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. D. C. P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & contexto enfermagem*, 17(4), 758-764.
- Merçon-Vargas, E. A., Rosa, E. M., & Dell'Aglio, D. D. (2014). Adoção nacional e internacional: Significados, motivações e processos de habilitação. *Revista da SPAGESP*, 15(2), 12-26.
- Miguel, I., Valetim, J. P., & Carugati, F. (2009). Parental ideas and their role in childrearing: the idea-behavior connection. *Italian Journal of Sociology of Education*, 3, 225-253.
- Ministério Público do Estado do Paraná (2018). Comparativo ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e as alterações definidas pela Lei nº 13.509/2017, de 22 de novembro de 2017. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente e da Educação.
- Monteiro, A. P. H. & Manzini, E. J. (2008). Mudanças nas concepções do professor do ensino fundamental em relação à inclusão após a entrada de alunos com deficiência em sua classe. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 14(1), 35-52.
- Morelli, A. B., Scorsolini-Comin, F., & Santeiro, T. V. (2015). O "lugar" do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura. *Psicologia Clínica*, 27(1), 175-194.
- Nakamura, C. R. (2018). Criança e adolescente: sujeito ou objeto da adoção? Reflexões sobre menorismo e proteção integral. *Serv. soc. soc.*, (134), 179-197.
- Nardi, F. L., & Dell'Aglio, D. D. (2012). Adolescentes em Conflito com a Lei: Percepções sobre a Família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília*, 28(2), 181-191.
- Neves, L. M. B., Jankoski, D. A., & Schnaider, M. J. (2013). *Tutorial de Pesquisa Bibliográfica*. Universidade Federal do Paraná - Sistema de Bibliotecas – Biblioteca de Ciências da Saúde - Sede, Curitiba, Paraná.
- Nunes, L. L. (2018). *Concepções parentais sobre o desenvolvimento e a habilidade de comunicação intencional no primeiro ano de vida do bebê* (Tese de Doutorado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.
- Nunes, L. L., Aquino, F. S. B., & Villachan-Lyra, P. (2015). “Mãe Acha que Bebê Sente Tudo, né?”: Concepções Maternas sobre Habilidades Socioemocionais e Comunicativas Infantis. *Psico*, 46(2), 243-253.

- Nunes, L. L., & Salomão, N. M. R. (2016). O bebê aos três meses: Concepções de pais e mães. *Psicologia em Estudo*, 21(2), 245-255.
- Oliveira, P. A. B. A. D., Souto, J. B., & Silva Júnior, E. G. D. (2017). Adoção e psicanálise: a escuta do desejo de filiação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(4), 909-922.
- Otuka, L. K., Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. D. (2009). A configuração dos vínculos na adoção: uma atualização no contexto Latino-Americano. *Journal of Human Growth and Development*, 19(3), 475-486.
- Otuka, L. K., Scorsolini-Comin, F. S., & Santos, M. A. dos (2012a). Adoção suficientemente boa: experiência de um casal com filhos biológicos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(1):55-63.
- Otuka, L. K., Scorsolini-Comin, F. S., & Santos, M. A. dos (2012b). Experiência da parentalidade adotiva na perspectiva de um casal com filhos biológicos. *Revista interamericana de psicologia*, 46(2), 307-316.
- Otuka, L. K., Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. dos (2013). Adoção tardia por casal divorciado e com filhos biológicos: novos contextos para a parentalidade. *Estudos de Psicologia*, 30(1), 89-99.
- Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). *Desenvolvimento humano* (12ª ed.; C. Monteiro & M. de C. Silva, Trads.). Porto Alegre: Artmed.
- Passos, D., Cavallari, M., & Gomes, I. C. (2018). O processo de adoção estrangeira e inter-racial: uma análise sobre a formação vincular. *Pensando famílias*, 22(1), 118-130.
- Pauli, S. C., & Rossetti-Ferreira, M. C. de (2009). Construção das dificuldades de aprendizagem em crianças adotadas. *Cadernos de Pesquisa*, 39(138), 881-895.
- Paulina, E., Ferreira, L., Bobato, S. T., & Becker, A. P. S. (2018). Processo de vinculação afetiva de crianças adotadas na perspectiva dos pais adotantes. *Boletim-Academia Paulista de Psicologia*, 38(94), 77-86.
- Pekny, V. M., & Granato, T. M. M. (2019). Tempo de espera: narrativas de casais que aguardam pelo primeiro filho adotivo. *Psicologia Clínica*, 31(3), 499-519.
- PePSIC (n.d.). PePSIC: Periódicos científicos em Psicologia. Retirado em Junho 15, 2019 de <http://pepsic.bvsalud.org/>.
- Pereira, C. L. (2012). *Adoção tardia: Investigação sobre padrões de relacionamento familiar, comportamento escolar e social*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Piccinini, C. A., Seidl-de-Moura, M. L., Ribas, A. F. P., Bosa, C. A., Oliveira, E. D., Pinto, E. B., ... & Chahon, V. L. (2001). Diferentes perspectivas na análise da interação pais- bebê/criança. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(3), 469-485.
- Piovanotti, M. R. A. (2007). *Crenças maternas sobre práticas de cuidado parental e metas de socialização infantil*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
- Polonia, A. da C., Dessen, M. A., & Silva, N. L. P. (2008). O modelo bioecológico de Bronfenbrenner: contribuições para o desenvolvimento humano. In M. A. Dessen & A. L. Costa Júnior (Orgs.). *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras* (pp. 71-89). Porto Alegre: Artmed.
- Queiroz, A. C. A., & Brito, L. (2013). Adoção Tardia: O desafio da garantia do direito à convivência familiar e comunitária. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 12(1), 55-67.
- Ramírez-Gálvez, M. (2011). Razões técnicas e efeitos simbólicos da incorporação do "progresso tecnocientífico": reprodução assistida e adoção de crianças. *Sociedade e estado*, 26(3), 565-586.

- Ramos, D. D., & Salomão, N. M. R. (2016). Estilos linguísticos de educadoras e habilidades sociocomunicativas infantis aos 24, 30 e 36 meses em contextos de leitura. *Estud. Psicol., (Campinas)*, 33(3), 489-501.
- Ribas, A. F. P., & Seidl-de-Moura, M. L. (1999). Manifestações iniciais de trocas interativas mãe-bebê e suas transformações. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 4(2), 273-288.
- Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (2014). *Psicologia Social* (31ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Rosa, J. M., Boris, G. D. J., Melo, A. K., & Santos, M. A. (2016). A Construção dos Papéis Parentais em Casais Homoafetivos Adotantes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(1), 210-223.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Almeida, I. G. D., Costa, N. R. D. A., Guimarães, L. D. A., Mariano, F. N., Teixeira, S. C. D. P., & Serrano, S. A. (2012). Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(2), 390-399.
- Rossi, P. S. & Batista, N. A. (2006). O ensino da comunicação na graduação em Medicina - uma abordagem. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 10(19), 93-102.
- Ruiz, J. M., Borges, C. A. P., Hueb, M. F. D., Tilio, R. D., & Scorsolini-Comin, F. (2019). Gender and adoption in the brazilian context: an integrative review of the scientific literature. *Trends in Psychology*, 27(2), 293-308.
- Sachetti, V. A. R. (2009). Crenças maternas e desenvolvimento infantil. *Polêmica*.79-85.
- Salomão, N. M. R. (2010). Interação social e desenvolvimento linguístico. In V. L. do R. Luna & Z. A. do Nascimento (Orgs.). *Desafios da psicologia contemporânea* (pp. 91-101). João Pessoa: Editora Universitária UFPB.
- Sampaio, D. D., Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2018). Pedras no caminho da adoção tardia: desafios para o vínculo parento-filial na percepção dos pais. *Temas em Psicologia*, 26(1), 311-324.
- Santos, C. P., Fonsêca, M. C. S. M. da, Fonsêca, C. M. S. M. de S., & Dias, C. M. D. S. B. (2011). Adoção por pais solteiros: desafios e peculiaridades dessa experiência. *Psicologia: teoria e prática*, 13(2), 89-102.
- Santos, C. M. da C., Pimenta, C. A. de M., & Nobre, M. R. C. (2007). A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e busca de evidências. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 15(3).
- Schaefer, M. P., & Donelli, T. M. S. (2017). Intervenções Facilitadoras do Vínculo Pais-Bebês Prematuros Internados em UTIN: uma revisão sistemática. *Avances em Psicología Latinoamericana*, 35(2), 205-218.
- Schermann, L. (2001). Considerações sobre a interação mãe-criança e o nascimento pré-termo. *Temas em psicologia*, 9(1), 55-61.
- Schettini, S. S. M. (2007). Filhos por adoção: *Um estudo sobre o seu processo educativo em famílias com e sem filhos biológicos* (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.
- Schettini, S. S. M., Amazonas, M. C. L. A., & Dias, C. M. S. B. (2006). Famílias adotivas: identidade e diferença. *Psicologia em estudo*, 11(2), 285-293.
- SciELO Brasil (n.d.). SciELO Brasil: Scientific eletronic liberay online. Retirado em Junho 15, 2019 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_home&lng=pt&nrm=iso.
- Seidl-de-Moura, M. L., & Ribas, A. F. P. (1998). Interação precoce mãe-bebê e a concepção do desenvolvimento infantil inicial. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 8(1/2), 15-25.

- Seidl-de-Moura, M. L., & Ribas, A. F. P. (2000). Desenvolvimento e contexto sociocultural: a gênese da atividade mediada nas interações iniciais mãe-bebê. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 13(2).
- Seidl-de-Moura, M. L., & Ribas, A. F. P. (2004). Evidências sobre características de bebês recém-nascidos: um convite a reflexões teóricas. In Seidl-de-Moura, M. L. (Org.). *O bebê do século XXI: a psicologia em desenvolvimento* (pp. 21-60). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Seidl-de-Moura, M. L., Ribas, A. F. P., Seabra, K. D. C., Pessôa, L. F., Nogueira, S. E., Mendes, D. M. L. F., & Vicente, C. C. (2008). Interações mãe-bebê de um e cinco meses: Aspectos afetivos, complexidade e sistemas parentais predominantes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 66-73.
- Senado Federal (2013). Regras de adoção ao redor do mundo. Retirado em Julho 12, 2020, de <http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/adocao/regras-de-adocao-ao-redor-do-mundo.aspx>.
- Sequeira, V. C., & Stella, C. (2013). Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos. *Revista Psicologia-Teoria e Prática*, 16(1).
- Shwalb, D. W., Shwalb, B. J., & Shoji, J. (1995). Japanese mother's ideas about infants and temperamento. In S. Harkness, & C. M. Super, *Parents' Cultural Belief Systems: Their Origins, Expressions, and Consequences* (pp. 169-191).
- Silva, M. E. S. da (2010). Compreendendo a adoção: um estudo com moradores de Aracaju (SE), Brasil. *Pesquisas e Práticas Psicossociais* 4(2), 213-220.
- Silva, P. S.; Cassarino-Perez, L.; Sarriera, J. C.; Frizzo, G. B. (2017). Equipe Psicossocial nos Processos de Adoção. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 608-623.
- Silva, L., Nunes, C., & Almeida, A. S. (2017). Complexidade da concepção de parentalidade em famílias adotivas. *Revista PSICOLOGIA*, 31(2), 198-201.
- Silva, R. S., & Porto, M. C. (2016). A importância da interação mãe-bebê. *Ensaio e Ciência: C. Biológicas, Agrárias e da Saúde*, 20(2), 73-78.
- Souza, C. G. de, Machado, G. M. A., de Lima Nunes, L., & Aquino, F. D. S. B. (2014). Crenças maternas sobre o desenvolvimento sociocomunicativo de bebês. *Temas em Psicologia*, 22(2), 483-495.
- Souza, M. T. D., Silva, M. D. D., & Carvalho, R. D. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, 8(1), 102-106.
- Super, C., & Harkness, S. (1994). The developmental niche. In Lonner, W. J., & Malpass, R. (Eds.), *Psychology and culture* (pp. 95-99). Boston: Allyn & Bacon.
- Tróccoli, B. T. (2011). Cognição Social. Em C. V. Torres, & E. R. Neiva, *Psicologia Social: Principais temas e vertentes* (pp. 79-99). Porto Alegre: Artmed.
- Tudge, J. R. H. & Freitas, L. B. de L. (2012). Parentalidade: Uma abordagem ecológico-cultural. In C. A. Piccinini, & P. Alvarenga (Orgs.). *Maternidade e Paternidade: a parentalidade em diferentes contextos* (pp. 171-196). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Valério, T. A. de M., & Lyra, M. C. (2014). A construção cultural de significados sobre adoção: um processo semiótico. *Psicologia & Sociedade*, 26(3).
- Valsiner, J. (2012). *Fundamentos da Psicologia Cultural - Mundos da mente, mundos da vida...* (A. C. Bastos, Trad.). Porto Alegre: Artmed.
- Verceze, F. A., Silva, J. M., de Oliveira, K. M., & Sei, M. B. (2015). Adoção e a psicoterapia familiar: uma compreensão winnicottiana. *Revista da SPAGESP*, 16(1), 92-106.
- Villachan-Lyra, P.; Queiroz, E, F. F. Moura; R. B., & Gil, M. (2017). *Entendendo o desenvolvimento infantil: contribuições das neurociências e o papel das relações*

- afetivas para pais e educadores (Projeto Pela Primeira Infância)*. Recife/PE: NINAPI/UFRPE.
- Vygotski, L. S. (1991). *A Formação Social da Mente* (4ª ed.; J. Cipolla Neto et al., Trads.). São Paulo: Fontes.
- Weber, L. N. D. (1996). Famílias adotivas e mitos sobre o laço de sangue. *Jornal Contato CRP*, 8(79). Acesso em 19 de Julho de 2018, disponível em http://www.nac.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/07/1996_Familias_adotivas_e_mitos_sob_relacoes_de_sangue.pdf
- Weber, L. N. D. (2000). A pesquisa sobre adoção no Brasil: Uma necessidade. *Psicologia Argumento*, 26, 27-34.
- Weber, L. N. D. (2011). O psicólogo e as práticas de adoção. In E. P. Brandão & H. B. Gonçalves (Orgs.). *Psicologia jurídica no Brasil* (3. Ed.). Rio de Janeiro: Nau.
- Zornig, S. M. A. J. (2015). Parentalidade: uma via de mão dupla. In G. A. Pluciennik, M. C. Lazzari, & M. F. Chicaro (Orgs.). *Fundamentos da família como promotora do desenvolvimento infantil: parentalidade em foco* (pp. 48-57). São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.
- Zornig, S. M. A. J., & Levy, L. (2006). Uma criança em busca de uma janela: função materna e trauma. *Estilos da Clínica. Revista sobre a infância com problemas*, 11(20), 28-37.

APÊNDICE A

Questionário Sociodemográfico

Dados pessoais do pretendente à adoção

Nome: _____

Idade: _____

Sexo: Masculino Feminino

Estado civil: Solteiro(a) Casado(a) União estável
 Viúvo(a) Divorciado(a)

Autodeterminação de raça/cor: Negra Branca Amarela
 Parda Indígena

Religião: _____

Escolaridade: Não alfabetizado Ensino Fundamental Incompleto
 Ensino Fundamental Completo Ensino Médio Incompleto
 Ensino Médio Completo Ensino Superior Incompleto
 Ensino Superior Completo Especialização
 Mestrado Doutorado

Profissão: _____

Renda média mensal: _____

Participa de grupo de apoio à adoção? Sim Não

Se sim, qual? _____

Perfil da(s) criança(s) desejada(s)

Máximo de crianças que deseja adotar: _____

Faixa etária da criança que deseja adotar: _____

Sexo: Masculino Feminino Indiferente

Raça/Cor: Negra Branca Amarela Parda Indígena

Aceita adotar com: Deficiência física
 Deficiência mental
 Vírus HIV
 Outro tipo de doença detectada
 Sem doença detectada no momento do cadastro

APÊNDICE B

Entrevista sobre as Concepções Parentais acerca do Desenvolvimento Global Infantil e das Interações Estabelecidas

1. Fale sobre adoção e o que lhe levou a adotar.
2. Quais os aspectos você considerou ao pensar numa criança nessa faixa etária?
3. Quais os aspectos você considera importante na educação de uma criança?
4. Você acha importante conhecer a história de vida da criança e as características de sua família biológica antes de adotá-la? Por quê?
5. O que você acha que influencia o desenvolvimento de uma criança e o que você considera importante para promover o seu desenvolvimento: cognitivo, emocional e social?
6. A quem / que você recorreria quando precisasse de informação/ajuda ao longo do desenvolvimento do seu filho?
7. Você gostaria que existissem serviços especializados que dessem continuidade ao acompanhamento das famílias após a adoção da criança? Se sim, quais os motivos?
8. Que desafios você tem enfrentado nesse processo e quais expectativas você tem?
9. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa tem por título “Concepções de Pretendentes à Adoção sobre Desenvolvimento Infantil” e está sendo desenvolvida por Maria Cecília Vitorino Alves Florencio Moura, aluna do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (Mestrado) da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Nádia Maria Ribeiro Salomão.

Os objetivos do estudo são analisar as concepções de pretendentes à adoção sobre o processo de adoção, o desenvolvimento global infantil e as interações paterno-filiais estabelecidas no contexto da adoção.

A finalidade deste trabalho é contribuir para compreender a visão dos pretendentes à adoção sobre o desenvolvimento das crianças, devido à influência que as concepções dos adultos têm nas interações estabelecidas com as mesmas. Espera-se que este estudo contribua para o planejamento de intervenções no contexto da adoção, favorecendo a interação adulto-criança e visando o seu bem-estar biopsicossocial. Além disso, a participação nesta pesquisa pode trazer benefícios à medida que as entrevistas podem funcionar como uma intervenção, ao fazer com que os pretendentes à adoção pensem sobre aspectos do desenvolvimento infantil que até então não haviam refletido, possibilitando que novas ações parentais sejam desenvolvidas a partir disso.

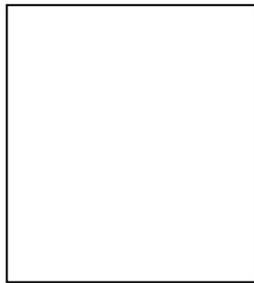
Solicitamos a sua colaboração para participar de uma entrevista, como também sua autorização para gravá-la, apresentar os resultados deste estudo em eventos e publicá-los em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que os riscos que esta pesquisa oferece à sua saúde são mínimos.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do participante da Pesquisa



Espaço para impressão
dactiloscópica

Desde já agradecemos sua participação. Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com a pesquisadora responsável: Maria Cecília Vitorino Alves Florencio Moura pelo telefone (83) 99665-6977 ou e-mail mariaceciliascvaf@hotmail.com

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB
(83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Atenciosamente,

Maria Cecília Vitorino Alves Florencio Moura

João Pessoa, ____/____/____.

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

